



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA

INSTITUTO DE PSICOLOGIA - IPS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PSICOLOGIA – PPGPSI



CAROLINA SILVA PEREIRA REBOUÇAS

**AS SIGNIFICAÇÕES DE PARENTALIDADE PARA PAI E MÃE QUE
VIVENCIARAM VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR NA INFÂNCIA E OU
ADOLESCÊNCIA**

Salvador

2019

CAROLINA SILVA PEREIRA REBOUÇAS

**AS SIGNIFICAÇÕES DE PARENTALIDADE PARA PAI E MÃE QUE
VIVENCIARAM VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR NA INFÂNCIA E OU
ADOLESCÊNCIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia do Desenvolvimento.

Linha de Pesquisa: Transições Desenvolvimentais e Processos Educacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Marilena Ristum

Co-orientadora: Profa. Dra. Elsa de Mattos

Salvador

2019

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Silva Pereira Rebouças, Carolina

As significações da parentalidade para pai e mãe
que vivenciaram violência intrafamiliar na infância e
ou adolescência / Carolina Silva Pereira Rebouças. --
Salvador, 2019.
160 f.

Orientadora: Profa. Dra. Marilena Ristum.

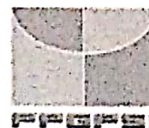
Coorientadora: Profa. Dra. Elsa de Mattos.

Dissertação (Mestrado - Instituto de Psicologia) --
Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal
da Bahia, 2019.

1. Parentalidade. 2. Filialidade. 3. Violência
Intrafamiliar. 4. Significações. 5. Psicologia
Semiótico Cultural. I. Ristum, Profa. Dra. Marilena.
II. de Mattos, Profa. Dra. Elsa. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA
Instituto de Psicologia - IPS
Programa de Pós-Graduação em Psicologia - PPGPS/
MESTRADO ACADÊMICO E DOUTORADO



TERMO DE APROVAÇÃO

**“AS SIGNIFICAÇÕES DA PARENTALIDADE PARA PAIS E MÃES QUE
VIVENCIARAM A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR NA INFÂNCIA E OU
ADOLESCÊNCIA”**

Carolina Silva Pereira Rebouças

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Marilena Ristum (Orientadora)
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Prof.^a Dr.^a Luciana Melo e Souza
Faculdade Adventista da Bahia - FADBA

Prof.^a Dr.^a Vivian Volkmer Pontes
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Salvador, 10 de outubro de 2019.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à **Deus** que me guiou até aqui, me amparando nos momentos mais difíceis que vivenciei. Nesses dois anos minha vida foi tomada um emaranhado de ganhos e perdas (irreparáveis) mas Ele se fez presente em todos os momentos, me sustentado e me reerguendo quando pensei não ter mais forças para seguir na construção deste trabalho.

Minha gratidão especial a minha avó **Elza Farias Mendes**, meu grande amor, meu exemplo de fortaleza, minha guardiã. Agradeço pelo nosso encontro extraordinário, pela cumplicidade, amizade, pelo ensino de valores como lealdade e honra e por tantas outras coisas que só nós duas sabemos. Nada será maior que isso, nada irá degradar o que vivemos juntas. Tudo valeu a pena, Vó! E entre erros e acertos, estou aqui como prometi. Seguirei cumprindo com o que combinamos na nossa última conversa. Como diz aquela música que traduz a nossa história: *“Somos a vida e o sonho, nós somos o amor...”*

Ao meu avô **Reginaldo Mendes** pelas lembranças mais doces, pela atenção, afeto singelo e cuidado e por juntamente com minha avó, tentar assegurar proteção e um futuro mais digno para mim e para a minha irmã.

À minha mãe **Iara** – meu *“alecrim dourado”* – e minha irmã **Maísa**, serei eternamente grata por serem minhas companheiras nessa vida e em tantas outras. Vivemos tempos difíceis e atravessamos alguns “infernos” juntas mas sempre nos mantemos íntegras, zelando pela nossa relação e unidas num laço de lealdade proporcional ao nosso amor. Obrigada pelo incentivo, pela força e por me ensinar a recomeçar sempre. Nós somos flores de aço!

À **Alexandre**, meu marido, meu amor, meu amigo, minha paz! Toda a minha gratidão por você estar ao meu lado, por compartilhar a vida comigo, pela cumplicidade e compreensão, por apoiar incondicionalmente os meus sonhos e despertar o melhor em mim sempre. Agradeço por proporcionar à minha vida tantos momentos de alegria, leveza e prazer, sem os quais, não teria sido possível chegar até aqui.

À **Marvin e Juca**, meus meninos, meus amores, que com pureza, leveza, alegria e graciosidade preenchem a minha existência com um amor sem igual, tornando-a mais bela, trazendo luz e mais vida para a minha vida.

À **Sandra Rolemberg**, pela competência e afetuosidade. Por fazer parte da minha trajetória e, por ao longo desses anos, construir comigo uma relação de solidez, confiança e segurança. Obrigada pelos nossos momentos.

À **Sandra Andrade**, amiga querida com quem dividi e divido angústias e alegrias do mestrado e da vida! Obrigada por sua sensibilidade, delicadeza e pelas palavras de incentivo nos momentos mais difíceis desta jornada.

Ao meu amigo **Bruno Trindade** com quem pude dividir minhas dúvidas, angústias e medos durante o estágio docente. Compartilhamos momentos de risos e tensão que tornaram essa experiência um pouco mais leve e muito significativa. Uma das melhores lembranças desse mestrado.

Agradeço à minha querida mestra **Nina Vasconcelos Guimarães**, meu espelho e minha inspiração, com quem vivi e dividi momentos incríveis da minha vida, lembranças que levo comigo para onde vou. Agradeço pelos abraços, por ter me acolhido quando precisei e por ter cuidado tão bem da minha família. Obrigado por mostrar-me “o possível” e também por despertar em mim o desejo de querer mais da vida e da profissão. Agradeço também ao **Instituto Humanitas**, local onde finalmente comecei a me reconhecer enquanto “sujeito”.

À equipe de acolhedores do **Projeto Brincando em Família**, que me receberam tão bem e me ajudaram a viabilizar esta pesquisa. Saliento a forma generosa e atenciosa como me recepcionaram, facilitando o meu contato com os participantes do estudo. Estendo a minha gratidão também aos demais profissionais do Projeto que se mostraram bastante prestativos.

À Profa. Dra. **Vivian Volkmer Pontes**, agradeço pelas contribuições fundamentais para o aprimoramento desta dissertação ao realizar as primeiras críticas sobre o meu projeto de pesquisa e pela leitura cuidadosa no Seminário de Qualificação II. Obrigada por acreditar no potencial e na relevância acadêmica do meu trabalho.

Profa. Dra. **Maria Virgínia Machado Dazzani** agradeço por ter me acolhido carinhosamente em seu grupo de pesquisa Investigações em Psicologia Cultural: Cultura, Linguagem, Transições e Trajetórias Desenvolvimentais (CULTS/UFBA) no início do mestrado. Agradeço também pelas observações bastante pertinentes e o olhar cuidadoso, atencioso e acolhedor comigo.

À **todos os membros grupo de pesquisa Cultura e Desenvolvimento em Saúde e Educação** coordenado pela Profa. Dra. Marilena Ristum que desde o início contribuíram com sugestões

valiosas para o aprimoramento do meu trabalho. Em especial a **Brena Carvalho, Agnaldo Santana, Julianin Araújo** pela importantíssima colaboração na reta final, pelas sugestões que estimularam a minha escrita e a **Ramiro Coni** pelas sugestões iniciais, pela leitura atenta e pelas observações pertinentes.

Agradeço à querida Profa. Dra. **Elsa de Mattos**, minha co-orientadora, pessoa de suma importância em minha trajetória durante esses anos de mestrado e também no meu percurso pessoal. Com Elsa compartilhei as dificuldades que vivi neste período e pude contar com seu acolhimento, paciência, suporte, carinho, compreensão e as cobranças necessárias, em todos os momentos. Eu agradeço imensamente por confiar em mim, por sua generosidade acadêmica, pelos ensinamentos, por me guiar nesse caminho quando me encontrei perdida e pelo seu comprometimento de sempre.

E, finalmente, um **AGRADECIMENTO MUITO ESPECIAL** à minha querida orientadora Prof. Dra. **Marilena Ristum**, sendo que talvez nem as minhas palavras sejam suficientes para expressar o quanto foi importante o seu apoio. Obrigada por aceitar trilhar comigo esta última etapa. Obrigada pela confiança, pela aposta no meu potencial, por me fazer acreditar que eu poderia concluir este trabalho, pelo sentimento de segurança que me proporcionou e por ter me acolhido mesmo ciente das tantas dificuldades que tive para escrever esta dissertação, compreendendo que estas não me definem (isso foi fundamental!). Agradeço ainda por sua admirável sabedoria, pelo modo generoso de compartilhar o seu saber, pelas valiosas lições, pela disponibilidade, cuidado e compromisso dedicados ao meu trabalho.

Agradeço à **CAPES**, que forneceu o suporte financeiro para que eu pudesse dar continuidade meus estudos.

RESUMO

Rebouças, C.S.P. (2019). As significações de parentalidade para pai e mãe que vivenciaram violência intrafamiliar na infância e ou adolescência. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

O presente estudo aborda as significações da parentalidade para genitores que vivenciaram a violência intrafamiliar na infância e adolescência. Para tanto, foram integradas discussões sobre filialidade, parentalidade e violência intrafamiliar contra a criança e ou adolescente. Tendo em vista esta problemática, o referencial teórico adotado foi o da Psicologia Semiótico Cultural. Buscou-se analisar especificamente: os modos como a experiência de violência perpetrada pelos pais na infância se relacionam com as significações sobre filialidade e as significações que os participantes constroem sobre suas experiências de parentalidade. Como método, foi escolhida uma abordagem qualitativa com o uso da narrativa dos sujeitos, elegendo o estudo de casos múltiplos, sendo a análise realizada de forma que atendesse aos objetivos específicos. O estudo foi realizado no contexto do “Brincando em Família” do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia que oferece atendimento psicológico em grupo a partir do brincar para as crianças e suas famílias. Desta forma, alguns pais que se adequaram aos critérios estabelecidos, foram convidados a participar da pesquisa empreendida, sendo o convite realizado a partir de uma breve explicação sobre os objetivos. Este estudo foi realizado com dois sujeitos (um pai e uma mãe). Entre os resultados, percebeu-se que para os participantes as significações sobre a filialidade foram atravessadas pela vulnerabilidade social e econômica e pela violência intrafamiliar. Na narrativa de José, a filialidade relacionada à figura paterna foi significada como violenta e permeada por sentimentos de ambivalência. No que diz respeito a sua mãe, José define a relação entre ambos como permeada por muito amor, cuidado mútuo, companheirismo e proteção. Também fica claro que suas significações atuais de parentalidade (principalmente com Laura e Josiel) estão também relacionadas com o seu próprio pai, descrevendo pontos negativos da relação que estabeleceu com ele, refletindo criticamente sobre como tais atitudes o impactaram e, deste modo, buscando agir diferente em relação ao próprio filho. As significações de filialidade desenvolvidas por Diana, referentes à própria mãe, assumem, primeiramente, sentimentos positivos como o de ser amada, querida e acarinhada. Entretanto, com a saída da mãe do contexto familiar, tais significações foram atravessadas pelo abandono material e afetivo, tristeza, ambiguidade, sentimento de inferioridade, além de violência física e psicológica sofrida por parte das irmãs. Quanto ao pai, seus relatos evidenciam as significações de filialidade perpassadas pelo distanciamento afetivo e a negligência. Para Diana, a experiência da maternidade mostrou-se como um evento disruptivo na sua trajetória. Em sua narrativa, a participante expressa que seus interesses pessoais conflitam com o exercício da maternidade, evidenciando especialmente na falta de investimento afetivo. Com os dois sujeitos desta pesquisa percebemos que a violência intrafamiliar experienciada na infância com os próprios pais, mesmo sendo um evento passado pode estar imbricada na experiência presente da parentalidade, embora sem determina-la.

Palavras-chave: Parentalidade, Filialidade, Significações, violência intrafamiliar, narrativa; Psicologia Semiótico Cultural.

ABSTRACT

Rebouças, C.S.P. (2019) The meanings of parenting for father and mother who experienced intrafamily violence in childhood and or adolescence. (Master Thesis), Graduate Program in Psychology, Federal University of Bahia, Salvador.

This study addresses the meanings of parenting for parents who experienced intrafamily violence in childhood and adolescence. To this end, discussions on affiliation, parenting and intrafamily violence against children and / or adolescents were integrated. Given this problem, the theoretical framework adopted was the Cultural Semiotic Psychology. It was specifically analyzed: the ways in which the experience of violence perpetrated by parents in childhood is related to the meanings about affiliation and the meanings that participants construct about their parenting experiences. As a method, a qualitative approach was chosen using the narrative of the subjects, electing the study of multiple cases, and the analysis was performed in a way that met the specific objectives. The study was conducted in the context of the "Playing in Family" of the Institute of Psychology of the Federal University of Bahia that offers group psychological care based on playing for children and their families. Thus, some parents who met the established criteria were invited to participate in the research undertaken, and the invitation was made from a brief explanation of the objectives. This study was conducted with two subjects (one father and one mother). Among the results, it was noticed that for the participants, the meanings about affiliation were crossed by social and economic vulnerability and intrafamily violence. In Joseph's narrative, the fatherhood-related affiliation was signified as violent and permeated by feelings of ambivalence. Concerning his mother, Joseph defines their relationship as permeated by much love, mutual care, companionship, and protection. It is also clear that his current meanings of parenting (especially with Laura and Josiel) are also related to his own father, describing negative aspects of his relationship with him, critically reflecting on how such attitudes impacted him and thus seeking to act. different from his own son. The meanings of affiliation developed by Diana, referring to her mother, first assume positive feelings such as being loved, loved and cherished. However, with the mother leaving the family context, these meanings were crossed by material and emotional abandonment, sadness, ambiguity, feeling of inferiority, as well as physical and psychological violence suffered by the sisters. As for the father, his reports highlight the meanings of filialness permeated by affective distancing and neglect. For Diana, the experience of motherhood proved to be a disruptive event in her career. In her narrative, the participant expresses that her personal interests conflict with the exercise of motherhood, evidencing especially in the lack of affective investment. With both subjects of this research we realize that the intrafamilial violence experienced in childhood with their own parents, even being a past event may be imbricated in the present experience of parenting, although without determining it.

Keywords: Parenting, Filiality, Meanings, intrafamily violence, narrative; Cultural Semiotic Psychology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa ilustrativo da revisão de literatura sobre Parentalidade e Violência intrafamiliar na infância e ou adolescência.....	18
Figura 2. As onze dimensões da parentalidade propostas por Hoghughi (2004).....	20
Figura 3. Determinantes da parentalidade (Belsky & Jafee, 2006)	23
Figura 4. Eixos que definem a parentalidade de acordo com a proposta de Houzel (2004)	26
Figura 5. Relação entre a cultura geracional de cada genitor e a cultura social ampla.....	27
Figura 6. Mapa da revisão de literatura sobre Parentalidade.....	28
Figura 7. Mapa da literatura sobre violência intrafamiliar contra a criança e ou adolescente...	43
Figura 8. Delineamento do problema de pesquisa (adaptado de Bastos, 2019)	64
Figura 9. Trajetória da vida de José.....	74
Figura 10. Síntese integrativa das significações de filialidade e de paternidade na trajetória de vida de José.....	101
Figura 11. Trajetória da vida de Diana.....	104
Figura 12. Síntese integrativa das significações de filialidade e de maternidade na trajetória de vida de Diana.....	126

SUMÁRIO

Apresentação.....	11
1 Introdução.....	17
1.1 Revisão de Literatura.....	17
1.1.1 Parentalidade.....	19
1.2.2 Violência Intrafamiliar contra a criança e/ou adolescente.....	40
2. Fundamentação Teórica.....	54
2.1 Psicologia Cultural Semiótica.....	54
3. Delineamento Metodológico.....	64
3.1 Objetivos.....	65
3.1.1 Objetivo geral.....	65
3.1.2 Objetivos específicos.....	65
3.2 Método.....	65
3.3 Contexto de seleção dos participantes: projeto Brincando em Família.....	66
3.4 Entrada no contexto de pesquisa e seleção dos participantes.....	68
3.5 Instrumentos e procedimentos de construção dos dados.....	70
3.6. Considerações Éticas.....	71
4. Estudos de Caso.....	72
4.1 Caso I – José.....	72
4.1.1. Significações de filialidade e sua relação com a experiência parental.....	74
4.1.2. Significações sobre as experiências de parentalidade.....	85
4.2 Caso II – Diana.....	102
4.2.1 Significações de filialidade e sua relação com a experiência parental.....	104

4.2.2 Significações sobre as experiências de parentalidade.....	115
5. Discussão dos Casos.....	127
6. Considerações finais.....	134
Referências Bibliográficas.....	137
Apêndices.....	150
Apêndice A. Roteiro Temático da Entrevista Narrativa.....	150
Apêndice B. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	155

1. Apresentação

O presente estudo aborda as significações da parentalidade para pais e mães que vivenciaram a violência intrafamiliar na infância e adolescência. Para fundamentar tal proposta, procuramos construir um diálogo integrando a discussão sobre parentalidade e violência intrafamiliar contra a criança e ou adolescente, tendo como suporte teórico a Psicologia Cultural Semiótica.

Bastos e Trad (1998) afirmam que as relações pessoa-contexto promovem o desenvolvimento humano, configurando-o enquanto estrutura aberta e dinamicamente mutável, existindo em seus significados “coletivo-culturais”. Ao considerar os processos-em-contexto, salientando como pressuposto que os contextos são historicamente criados por pessoas, as autoras abordam a família como principal contexto de desenvolvimento (sendo este último, entendido enquanto um processo). Afirmam que as famílias ocupam espaços diferenciados em sua luta pela sobrevivência e pela reprodução da vida, estabelecendo relações de convivência, conflituosas ou não, trocam experiências, acumulam saberes, habilidades, hábitos e costumes, produzindo e reproduzindo concepções e cultura, representando o eixo de organização do espaço social imediato dos indivíduos.

A família é permanentemente afetada pelo acelerado processo de transformação da sociedade, cabendo a ela operar como importante agente de recriação das subjetividades e como suporte dos seus membros. Revelando a mutabilidade histórica como uma de suas principais características, a família contemporânea apresenta-se através das composições e dos arranjos mais diversificados. Entretanto, independente das múltiplas maneiras em que a organização familiar possa se apresentar, na literatura existem consensos no que diz respeito à sua função socializadora na vida dos indivíduos e sobre como o contexto familiar torna-se como responsável pela construção, sustentação e expressão dos vínculos afetivos (Gorin, Mello, Machado & Fêres-Carneiro, 2015; Lebovici, 2004; Fêres-Carneiro, Machado, Mello & Magalhães, 2017). Torna-se, assim, inegável, nesse sistema familiar, a importância de quem desempenha as funções parentais, e das diferentes formas de parentalidade, para a promoção do desenvolvimento humano dos filhos.

O conceito comumente utilizado de família é oriundo de diversos aspectos sociais e culturais que se apresentam de maneiras diferentes sendo, portanto, instável e modificável ao longo do tempo, na medida em que os valores sociais também se modificam.

Desse modo, parte das famílias contemporâneas são, primordialmente, constituídas, de acordo com Gorin, Mello, Machado e Fères-Carneiro (2015), sob as bases da busca pela satisfação, que passa a determinar o tempo e a estabilidade do vínculo entre as pessoas. Diante desta perspectiva, acompanhamos o surgimento de novas relações de parentesco, o aumento crescente do número de separações e recasamentos, bem como, a multiplicação do número de famílias monoparentais e homoparentais (Gorin et al., 2015). Assim, o rompimento das relações em função de insatisfações individuais (ausência de amor e/ou desejo sexual pelo parceiro), a busca por uma maior igualdade entre os sexos e o movimento de valorização da infância nas últimas décadas se conjugam para uma remodelação das práticas parentais para homens e mulheres.

Estudos contemporâneos têm designado a parentalidade para referir-se ao campo dos cuidados parentais e das interações pais e filhos, sem negligenciar as transformações das configurações familiares vigentes na atualidade (Gorin et al., 2015). Esse processo excede as determinações biológicas, já que a construção da parentalidade é marcada pelo contexto sociocultural, pela história do sujeito na sua família de origem, pelas memórias da própria infância e pelos modelos parentais percebidos ao longo da vivência enquanto filho, que podem contribuir para a construção do próprio modelo de pai ou mãe a ser adotado diante da experiência da parentalidade (Lebovici, 2004).

Pesquisas voltadas para a compreensão da experiência da parentalidade de acordo com a percepção de pais e filhos sugerem a necessidade de reconhecimento e diferenciação dos lugares e das funções familiares, o lugar que a criança ocupa na família contemporânea e as implicações da família para sua formação psíquica (Fères-Carneiro et al., 2017).

Segundo alguns autores (Belsky & Jafee, 2006; Belsky & Vondra 1985), existem múltiplos determinantes do comportamento dos pais, entre os quais circunstâncias individuais, históricas e sociais que parecem influenciar o funcionamento parental. Sobre maus tratos parentais, os mesmos autores consideram que estes refletem uma baixa qualidade dos cuidados e uma análise dos processos parentais que se encontram presentes nestas situações poderá permitir uma melhor compreensão do fenômeno (Belsky & Jafee, 2006).

Outras pesquisas abordam a experiência da parentalidade referindo-se às significações e estratégias de enfrentamento (Magalhães, Gomes, Mota, Campos & Camargo, 2017; Sell & Osterman, 2015; Gabatz, Neves, Beuter & Padoin, 2010); aos fatores de risco e proteção (Bittar & Nikano, 2011; Antoni, Rodriguez & Koller, 2007); às repercussões, na vida adulta, da

violência intrafamiliar experienciada na infância (Lisboa & Koller, 2000; Lira, Rodrigues, Rodrigues, Couto, Gomes & Diniz, 2017; Broad & Wheeler, 2006; Moura, 2015; Bérغامo & Bazon, 2011; Rodrigues & Chalhub, 2014). Para compreender as significações da violência experienciada na infância, torna-se necessário incluir a perspectiva dos sujeitos que sofreram violência enquanto filhos. Para tanto, ressaltamos a noção de filialidade, desenvolvida por Carvalho (2019). De acordo com a autora, a o termo filialidade está voltado para o reconhecimento, compreensão e a análise das experiências dos sujeitos enquanto filhos.

O termo “filialidade” foi cunhado aqui no sentido de possibilitar não apenas a compreensão da experiência das mães - haja vista que o conceito de maternidade está centrado sobre a experiência das mulheres, mas também analisar como as crianças e os adolescentes se reconhecem enquanto filhos. Como eles se veem enquanto filhos de suas mães? O que significa, para essas crianças e adolescentes, “serem filhos”? Que papéis acreditam que devem cumprir? Quais dimensões afetivas pressupõem que estejam envolvidas? (Carvalho, 2019 pp. 15-16).

Sendo assim, o termo “filialidade” está voltado para a compreensão da experiência da criança e/ou adolescente com relação ao lugar que ocupa (enquanto filho ou filha) nas dinâmicas familiares. Atendendo ao interesse deste estudo (voltado para a compreensão sobre as significações sobre parentalidade construídas por pessoas que sofreram violência intrafamiliar na infância e que, no momento atual, encontram-se diante da experiência de ser pai ou mãe), do mesmo modo, considera-se importante o entendimento sobre a violência intrafamiliar presente nas relações entre pais e filhos.

Para apreender o fenômeno da violência faz-se necessário o reconhecimento da sua dimensão complexa, polissêmica e multicausal (Ristum, 2001). Transcendente aos tempos, suas causas e impactos estão enraizados nos tecidos sociais e culturais, configurando-se como um dos grandes problemas da prática relacional humana. Quando presente no ambiente familiar e cometida contra a criança, reflete uma coisificação da infância e desvela uma dinâmica interacional disfuncional, marcada por comportamentos e comunicação paradoxais, sendo, por vezes, distorcida e reconhecida como método educativo, disciplinador e socializador, sendo cometida justamente por quem deveria proteger. (Minayo, 2006; Deslandes, Assis & Santos, 2005; Ristum, 2001).

Azevedo e Guerra (2001), afirmam que a violência intrafamiliar contra crianças representa um abuso do poder disciplinar e coercitivo dos pais ou responsáveis, configurando um processo que reduz a vítima à condição de objeto de maus-tratos, violando os seus direitos

essenciais e refletindo uma negação de valores humanos. Para as referidas autoras, implica, de um lado, numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa subvalorização da infância, retratando uma negação do direito que crianças e adolescentes.

Os efeitos desta violência comprometem o desenvolvimento e representam um fator de risco para a adequada integração social, deixando marcas direta ou indiretamente na criança que a vivencia. Origina danos reais e potenciais à saúde física e mental, tendo repercussões a curto e longo prazo, ou seja, refletindo também na vida adulta destas pessoas. Se não identificada e problematizada, a violência intrafamiliar pode ainda tornar-se um problema intergeracional, considerando que sujeitos que tiveram a violência como padrão relacional, nas suas famílias de origem, podem reproduzir o contexto familiar violento durante a formação das suas próprias famílias (Ramires, 1997).

É importante ressaltar que nem todos os que foram vítimas de violência na infância reproduzem o comportamento familiar violento quando adultos, não se constituindo, necessariamente, em fator determinante para que, ao se tornar pais ou mães, essas pessoas se tornem violentas nas relações com os filhos. A possibilidade de não repetição de padrões familiares disfuncionais reforça a concepção de que o sujeito tem a possibilidade de aceitá-los, elaborá-los ou transformá-los.

Entretanto, a violência contra a criança ainda revela uma naturalização que por vezes se encontra fundamentada em uma visão distorcida das práticas educativas e dos cuidados e compromissos parentais. Neste cenário, a família que deveria promover um ambiente favorável para o desenvolvimento saudável, voltado para a socialização primária e a vivência de amor e afeto, ao adotar práticas violentas transforma-se em um espaço de risco psicológico, físico e social para suas crianças.

Diante do que foi exposto, este estudo preocupa-se em responder a seguinte problemática: Como indivíduos adultos que vivenciaram violência em seus contextos familiares de origem significam a experiência da parentalidade? Para responder a essa indagação, o presente trabalho investigou pessoas adultas que foram vítimas de violência intrafamiliar quando crianças e/ou adolescentes e que atualmente exercem a parentalidade. Considera-se a possibilidade de que os resultados encontrados possam contribuir para os estudos sobre família, sobre a violência vivenciada durante a infância na família de origem e, em especial, sobre os significados da experiência parental, justificando-se pelas seguintes razões: (1) poucos estudos na literatura nacional abordam o tema da violência intrafamiliar e suas repercussões sobre o

desenvolvimento de crianças e adolescentes quando este encontra-se na fase adulta; (2) do mesmo modo, poucos estudos analisam os significados construídos na trajetória de sujeitos que experienciaram a violência intrafamiliar na infância acerca da parentalidade quando estes tornam-se pais e (3) os estudos sobre parentalidade podem contribuir para instrumentalizar a prática profissional no sentido da prevenção e intervenção em situação de desenvolvimento infanto-juvenil subsidiando práticas de cuidado às crianças e suas famílias.

O referencial teórico escolhido para compreender os fenômenos focalizados neste estudo foi o da Psicologia Cultural Semiótica, que parte da premissa sobre a capacidade humana de se distanciar de seu contexto de vida imediato e sua tendência para construir e utilizar instrumentos semióticos (signos) para produzir significações sobre si e sobre o mundo. De acordo com esta perspectiva, a pessoa é considerada ao mesmo tempo, como um sujeito ativo, envolvido no contexto de atividade, e um agente reflexivo, distanciado psicologicamente desse mesmo contexto. A mediação semiótica possibilita ao ser humano construir e atribuir significado às suas próprias experiências e às interações com outros. (Valsiner, 2007, 2012).

Valsiner (2007) aborda a questão da mediação semiótica a partir das relações entre cultura pessoal e cultura coletiva. A cultura pessoal compreende os significados pessoais subjetivamente construídos. Este sistema é interdependente da cultura coletiva – mas não determinada por este. A cultura coletiva, por sua vez, compreende a multiplicidade de mensagens comunicativas mediadas por signos interpessoais, ou seja, consiste no “conjunto de produções e significados compartilhados pelo grupo, historicamente construídos e continuamente negociados nos processos interativos entre os seres humanos. Constantemente co-construídas nos contextos das interações humanas, tanto a cultura pessoal como a coletiva relacionam-se de modo dialético e contínuo.

A adoção da Psicologia Cultural Semiótica como fundamentação teórica para o presente estudo torna-se pertinente uma vez que os critérios que definem a parentalidade na contemporaneidade são socialmente construídos e as práticas parentais dependem tanto da subjetividade dos sujeitos (cultura pessoal) quanto das significações culturais que são construídas intersubjetivamente (cultura coletiva). Desta forma, as significações sobre experiências parentais delineadas através da cultura coletiva são culturalmente partilhadas e particularmente internalizadas nas culturas pessoais.

Para atender aos objetivos desta pesquisa, tornou-se necessário organizá-la em seis seções. A primeira consiste em uma revisão de literatura destinada a fazer um levantamento

dos estudos acadêmicos a respeito da parentalidade e da violência intrafamiliar contra a criança e ou adolescente para explicitar os principais achados acadêmicos nas seguintes bases indexadoras: Scielo Brasil, Periódicos Eletrônicos de Psicologia – Pepsic, e Indexpsi.

A segunda seção aborda o referencial teórico deste trabalho constituído pela Psicologia Cultural Semiótica, com a definição e análise dos conceitos mais importantes para o entendimento da parentalidade enquanto um fenômeno cultural.

A terceira seção está voltada para a delimitação do problema de pesquisa e, conseqüentemente, os objetivos (geral e específicos) que compõem o estudo, além dos critérios para a seleção dos sujeitos e uma breve caracterização do contexto escolhido para a realização do estudo – o projeto Brincando em Família, finalizando com as considerações éticas.

A quarta seção destina-se a análise dos casos. Neste estudo são apresentados dois casos relacionados à um pai e uma mãe que participaram desta pesquisa. A quinta seção, forma complementar, foram apresentados e discutidos os dados relativos aos casos objetivando a construção de uma síntese compreensiva dos dados analisados neste trabalho.

E, por fim, a sexta seção compreende as considerações finais desta pesquisa. São articulações entre os casos estudados, destacando suas semelhanças e contrastes.

1. Introdução

A introdução deste trabalho é composta pela a revisão da literatura sobre a Parentalidade e a Violência intrafamiliar contra a criança e ou adolescente. Através de um levantamento dos principais estudos acadêmicos nacionais e internacionais sobre tais assuntos, realizados durante os últimos doze anos, as subseções fornecem: formulações teóricas e um apanhado geral sobre os principais estudos sobre a Parentalidade e a Violência intrafamiliar contra a criança e ou adolescente, apresentando as principais evidências empíricas sobre os assuntos.

1.1 Revisão de Literatura

Visando delinear o campo das publicações acerca da Parentalidade e da Violência intrafamiliar vivenciada na infância e/ou adolescência, foi realizada uma revisão de literatura nas seguintes bases de dados: SCIELO Brasil, Periódicos Eletrônicos de Psicologia – PEPSIC e INDEXPSI. Foram considerados os trabalhos publicados nos últimos doze anos (2007 a 2019). Não foram estabelecidas restrições ao delineamento metodológico, abordagem teórica ou área do conhecimento em que o estudo foi desenvolvido. Foram utilizados os seguintes descritores: “parentalidade”, “exercício parental”, “práticas parentais”, “interação parental”, “experiência parental”, “parentalidade e violência”, “violência intrafamiliar”, “violência parental” e “maus-tratos infantis”.

Durante a busca, foi necessário combinar as palavras (ao invés de utilizar somente o termo “parentalidade” ou o termo “violência intrafamiliar”) objetivando maior acesso ao material de interesse. Sendo assim, para refinar a pesquisa, foram adicionadas a cada busca os seguintes termos: “família”, “filhos”, “criança”, “pais”. A escolha das palavras-chave baseou-se na diversidade encontrada na literatura especializada sobre parentalidade e violência intrafamiliar contra crianças e adolescente

Desta forma, a presente revisão de literatura encontra-se dividida em dois tópicos principais: o primeiro aborda o fenômeno da parentalidade, reunindo uma revisão conceitual, os principais modelos teóricos que propõem uma exploração ampliada para a compreensão deste fenômeno e a apresentação de artigos nacionais e internacionais sobre o mesmo tema.

O segundo tópico contempla os estudos voltados para a violência intrafamiliar contra a criança e/ou adolescente, reunindo uma revisão conceitual, os principais modelos teóricos que

sobre este fenômeno e também a apresentação de artigos nacionais e internacionais sobre o mesmo tema.

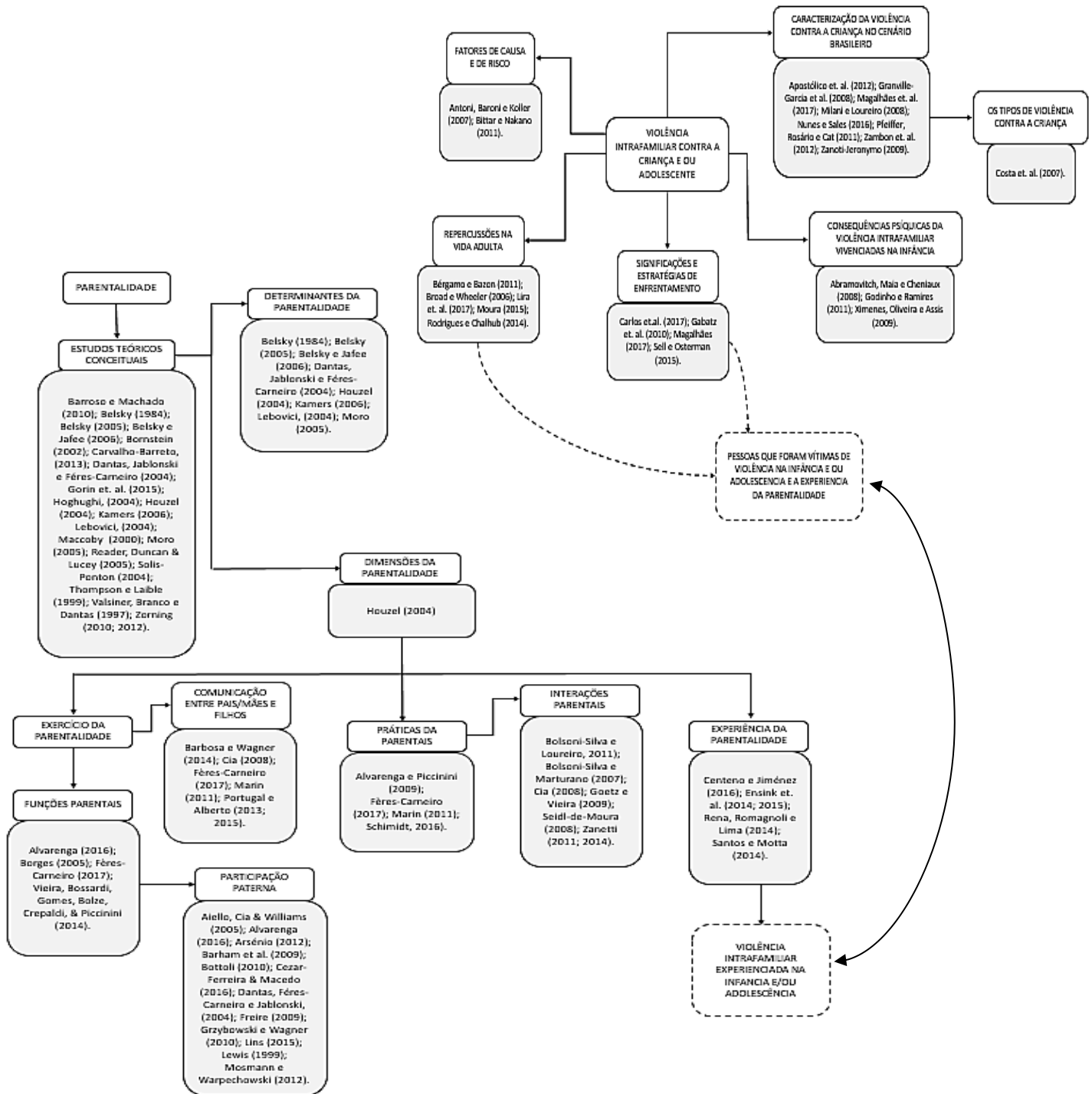


Figura 1. Mapa ilustrativo da revisão de literatura sobre Parentalidade e Violência intrafamiliar na infância e ou adolescência.

1.1.1 Parentalidade

A temática parentalidade tem sido amplamente explorada pelos psicólogos do desenvolvimento. A abrangência e relevância dessa área é retratada a partir da utilização de diversas abordagens metodológicas e vastas pesquisas que abordam os processos psíquicos e as mudanças subjetivas produzidas nos pais a partir do desejo de ter um filho (Zorning, 2010).

Parentalidade é um termo que primordialmente começou a ser utilizado na literatura psicanalítica francesa para dimensionar o processo e construção das relações entre pais e filhos. Em meados dos anos 80, o francês Serge Lebovici, psiquiatra infantil e psicanalista, definiu a parentalidade “como o resultado de ser pai ou mãe”, e também da “parentalização dos pais”, que vai além do processo biológico: tornando-se um processo psíquico”. Além disso, a parentalidade poderia ser definida como um estudo dos vínculos de parentesco e dos processos psicológicos que se desenvolvem a partir destes vínculos (Solis-Ponton, 2004).

Em relação à disseminação do conceito, Valsiner, Branco e Dantas (1997) salientam que embora seja um termo utilizado frequentemente na literatura científica, “parenting” foi, primeiramente, considerado como intraduzível para outras línguas (Português, Russo, Alemão, Espanhol, entre outras). Para o mesmo autor, trata-se de um termo genérico, utilizado para caracterizar um processo (atividade contínua) de um adulto que encontra-se no papel de pai ou mãe de uma criança (Barroso & Machado, 2010).

O conceito de parentalidade também pode ser definido como sendo o conjunto de atividades voltadas intencionalmente para assegurar a sobrevivência e o desenvolvimento e segurança para a criança, promovendo sua socialização, tornando-a progressivamente mais autônoma. Como cita Barroso e Machado (2010):

Mantendo-se como a principal tarefa de uma geração (pais), de modo a preparar a segunda geração (filhos) para as situações físicas, econômicas e psicossociais com que irão debater-se ao longo do seu ciclo de desenvolvimento, oferecendo orientação e instrução, exercendo autoridade, partilhando experiências do dia-a-dia e promovendo trocas afetivas” (Barroso & Machado, 2010 p. 18).

Os critérios que poderão definir a parentalidade como “suficiente” são socialmente construídos e dependem de impressões subjetiva e crenças culturais. (Bornstein 2002; Hoghughi, 2004; Reader, Duncan & Lucey, 2005; Maccoby, 2000; Thompson & Laible, 1999).

Observa-se que esta concepção coloca em evidência a complexidade do fenômeno da parentalidade. Ao admitir que sua abrangência contempla aspectos que estão além da perspectiva biológica da parentalização, os autores apresentam que a parentalidade é construída dentro de uma perspectiva subjetiva e psicossocial e não está separada da dimensão histórico-cultural.

Para compreender a parentalidade, Hoghugh (2004) estabeleceu um modelo teórico que indica a existência de onze dimensões da parentalidade. Segundo este autor, a parentalidade subdivide-se em: atividades parentais, aspectos do funcionamento da criança que requerem atenção parental e os requisitos necessários para o desenvolvimento da atividade parental. A Figura 2 apresenta uma tentativa de representar graficamente, os aspectos que compõem o modelo desenvolvido pelo autor para compreensão da parentalidade.

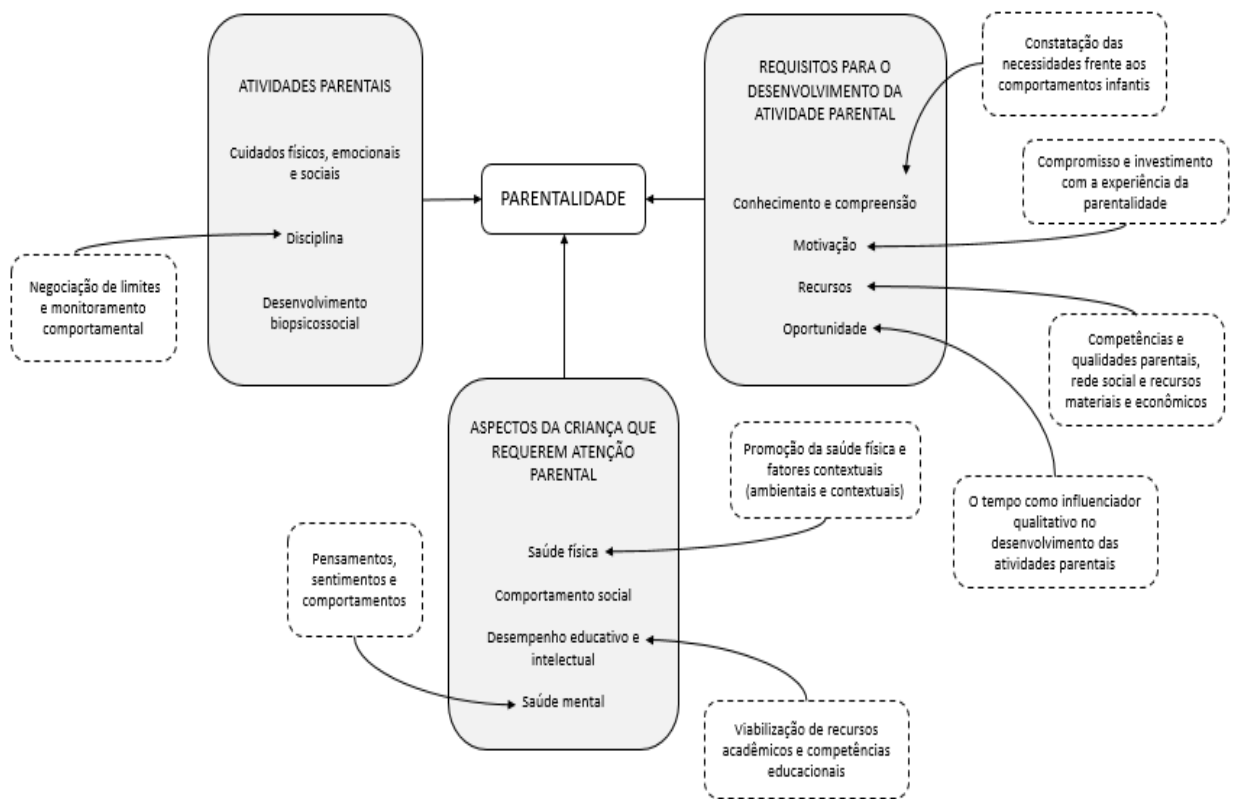


Figura 2. As onze dimensões da parentalidade propostas por Hoghugh (2004).

No que refere-se as atividades parentais, destacam-se as dimensões de cuidado, disciplina e desenvolvimento. Os cuidados físicos relacionam-se a preservação da criança frente as adversidades e a satisfação de suas necessidades básicas de sobrevivência. Os cuidados emocionais englobam os comportamentos e atitudes que garantem afeto pela criança, a sua percepção de ser estimada e, também, e o favorecimento de oportunidades para que ela possa gerir os seus riscos e fazer as suas próprias escolhas de forma autônoma. No que diz respeito aos cuidados sociais, o seu objetivo é garantir a socialização da criança e que não seja isolada dos seus outros significativos no curso do seu desenvolvimento. Além de destacar o auxílio para que esta se torne socialmente competente e aceite progressivas as responsabilidades na execução de tarefas e no relacionamento com os outros.

Estes pressupostos destinam-se à busca por uma interação consistente e estável entre a criança, o contexto e as relações interpessoais, promovendo a compreensão de que uma vinculação segura e a qualidade da educação são aspectos fundamentais para o desenvolvimento infantil (Hoghughi, 2004). A dimensão da disciplina, por sua vez, é composta por uma série de atividades relacionadas ao aprendizado de limites pelas crianças, de forma culturalmente apropriada à sua idade, colocando-se a ênfase no monitoramento comportamental que se constitui como um conjunto de atividades que os pais realizam com os seus filhos, incluindo estimulá-los para a realização de atividades, a supervisão desse desempenho, como uma forma de favorecer o desenvolvimento de sua autonomia (Hoghughi, 2004).

No que concerne ao monitoramento comportamental e as atividades que visam negociações de limites, estas são moderadas pelas aspirações parentais de que a criança alcance todo o seu potencial, principalmente no que se refere a promoção de competências e também a construção de valores tais como a tolerância, honestidade, coragem e respeito, entre outros que são essenciais para lidar com a realidade da vida em sociedade.

Sobre os elementos próprios do funcionamento da criança que exigem o direcionamento e atenção parental, Hoghughi (2004) refere que o funcionamento físico satisfatório da criança relaciona-se primordialmente com as condições de saúde (atendimento às suas necessidades de sobrevivência e o seu bem-estar) e os fatores contextuais (ambientais e pessoais). Do mesmo modo, para um bom desempenho intelectual é requisitado aos pais providenciar recursos para a aquisição de conteúdos acadêmicos e potencializar as competências educacionais, de trabalho e de resolução de problemas nos seus filhos.

No que diz respeito ao comportamento social, Hoghughi (2004) reitera a participação dos na facilitação do desenvolvimento social infantil, enfatizando o desenvolvimento de competências sociais e o reconhecimento e a internalização das normas culturais e legais do comportamento. Por último, estão os elementos relacionados com a saúde mental, constituída por pensamentos, sentimentos e comportamentos que a criança manifesta em relação a si própria e aos outros.

Finalmente, o autor integra ao seu modelo enfatizando os requisitos necessários para o desenvolvimento da atividade parental, onde se incluem o conhecimento e compreensão, motivação, recursos e oportunidades. As duas primeiras (conhecimento e compreensão) consistem em reconhecer as necessidades das crianças quando as mesmas apresentam determinado comportamento antes de responderem apropriadamente. O autor reconhece que o conhecimento e a compreensão são essenciais para a existência de um processo parental efetivo, envolvendo reconhecer o estado da criança, interpretá-lo adequadamente e responder de forma apropriada. Estas tarefas envolvem crenças e competências parentais que são atravessadas pelo conhecimento e o envolvimento com o desenvolvimento do próprio filho e a capacidade dos pais de serem assertivos diante de determinados comportamentos da criança (Hoghughi, 2004).

O requisito motivação para a parentalidade diz respeito ao compromisso e investimento dos pais em empreender esforços para manter e melhorias nas condições de socialização da criança. A motivação para a parentalidade está relacionada com as questões ligadas aos papéis sociais e à identidade de cada um dos progenitores.

Em relação aos recursos, Hoghughi (2004) refere as qualidades e competências parentais (abordagem interativa com a criança adquiridas formalmente ou através de suas próprias experiências ou observando outros pais), as redes sociais (presença e envolvimento de amigos, vizinhos ou familiares) e os recursos materiais e económicos (provimento necessários para a subsistência e para o desenvolvimento da criança). No que diz respeito às oportunidades, o mesmo autor destaca os condicionantes que impactam a experiência da parentalidade, entre eles encontra-se a disponibilidade temporal, importante para o desenvolvimento qualitativo das atividades parentais.

São muitos os fatores que podem influenciar (condicionar ou comprometer) os comportamentos parentais. Sendo assim, para melhor compreender a parentalidade, tem-se procurado discriminar as características individuais e sociais que influenciam a parentalidade enquanto um processo. Segundo Belsky (2005) múltiplos fatores estão correlacionados com o

comportamento parental, entre os quais destacam-se circunstâncias individuais, históricas e sociais.

Belsky e Jafee (2006), afirmam que a parentalidade é influenciada por três determinantes: fatores individuais dos pais (influência de recursos pessoais e psicológicos das figuras parentais), as características individuais da criança e os fatores do contexto social onde a relação pais-criança se encontra estabelecida (considerando as fontes de stress/suporte). Este modelo de compreensão dos determinantes da parentalidade é dinâmico e possibilita a observação dos sistemas de proteção e de riscos sobre o fenômeno. A Figura 3 ilustra esquematicamente o modelo desenvolvido por Belsky e Jafee (2006), salientando os determinantes do processo parental.

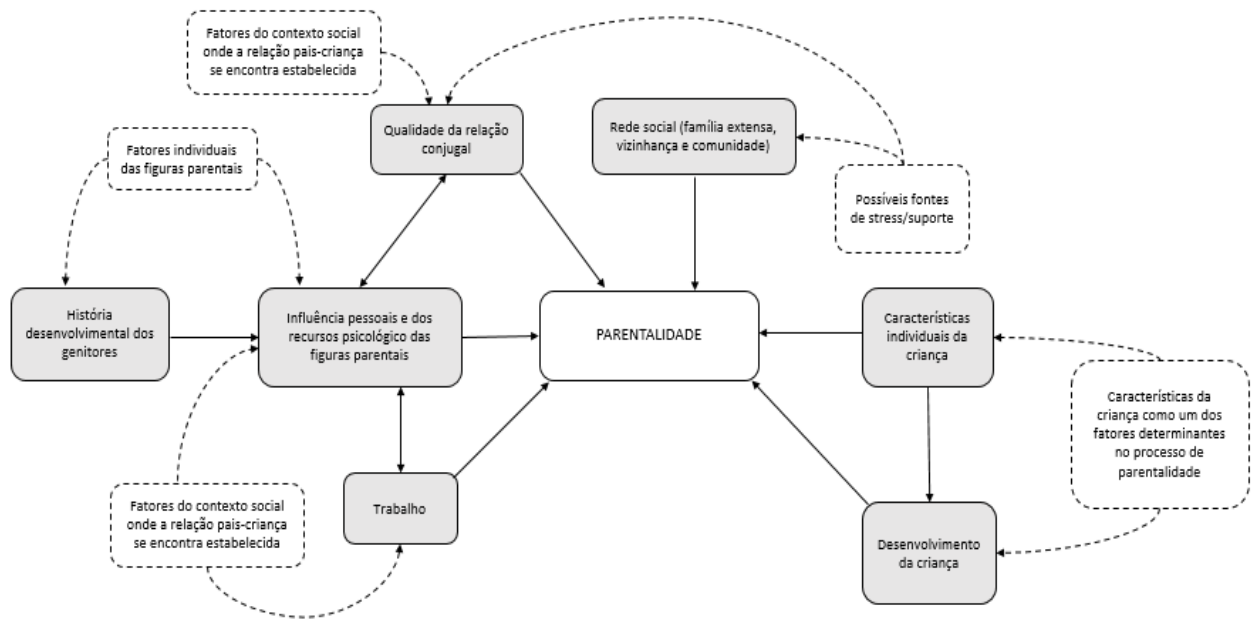


Figura 3. Determinantes da parentalidade (Belsky & Jafee, 2006).

Em relação às características individuais parentais, Belsky e Jafee (2006) evidenciam o fato de que baseados nas suas experiências de vida, os indivíduos (pais e mães) tendem a desenvolver sistemas cognitivos e afetivos que medeiam suas respostas à criança ou as respostas ao comportamento apresentado por ela. As experiências desenvolvimentais dos genitores têm

um papel fundamental neste modelo teórico, demonstrando que as próprias experiências parentais durante a infância podem influenciar os comportamentos dos pais.

Ainda sobre os determinantes da parentalidade, a inclusão das características da criança como um fator determinante no processo de parentalidade se deve a importância da conciliabilidade entre as características da criança e a dos pais, uma vez que, segundo este autor o temperamento e o comportamento dos filhos podem desencadear determinados comportamentos das figuras parentais (Belsky, 1984). Entretanto, torna-se importante salientar que não são somente as características da criança que podem influenciar a parentalidade mas sim um conjunto de fatores associados entre si (Belsky & Jafee, 2006).

Como terceiro determinante do processo de parentalidade, Belsky e Jafee (2006) salientam os fatores sócio contextuais onde ocorrem as interações parento-filiais. Tais autores referem que as vivências associadas ao trabalho dos pais, a rede de suporte social e apoio e a qualidade da relação conjugal podem influenciar alguns comportamentos na atividade parental. Assim, os autores assumem que as histórias desenvolvimentais dos pais, o seu relacionamento conjugal e a sua posição profissional influenciam os recursos pessoais e estados psicológicos, que, por sua vez, afetam o processo de parentalidade e, conseqüentemente, o desenvolvimento infantil (Belsky & Jafee, 2006).

Para Houzel (2004) a parentalidade inclui aspectos que estão relacionados a realidade psíquica de cada um dos pais considerando as modificações produzidas em cada um deles no decorrer da gestação, do pós-parto, assim como ao processo de parentificação que se relaciona aos campos dos cuidados parentais e as trocas estabelecidas entre os pais e as crianças.

O citado autor reflete sobre o conceito de parentalidade destacando três eixos principais: o exercício, a experiência e a prática da parentalidade. O primeiro diz respeito ao exercício da parentalidade tomado no sentido de função que define, organiza e situa cada indivíduo nos seus laços complexos de parentesco, de filiação e de senso de pertencimento e a transmissão dos direitos e deveres, regras e valores de um determinado grupo social. Cabe sublinhar que esta noção de exercício aproxima-se do sentido jurídico e, desta forma, muitas vezes essas questões são perpassadas por definições jurídicas, onde se dá o exercício da parentalidade, havendo questionamentos em relação à dissociação entre laços jurídicos, biológicos e sociais. Contudo, esta é uma noção que encontra-se em constante transformação devido a evolução dos costumes e configurações familiares e da legislação.

O segundo eixo se refere-se a experiência da parentalidade que compreende as modificações psíquicas no decorrer do processo de transição para a parentalidade. Compreende também a transmissão dos interditos estruturantes para o sujeito. Nesse sentido, a experiência da parentalidade se encontra remetida ao fato de cumprir papéis parentais, os quais englobam processos conscientes e inconscientes. O desejo pela criança e a parentalização dos indivíduos fazem parte desses processos.

O terceiro eixo designa as práticas da parentalidade, que envolvem o campo dos cuidados parentais, físicos e psíquicos, e das interações afetivas entre pais e filhos, ou seja, inclui o conjunto de compromissos cotidianos que os pais devem executar junto a criança. Esses três eixos articulam-se entre si e definem o processo de constituição de um lugar parental. Nesse aspecto, Houzel (2004) descreve que as relações entre os pais e a criança contemplam as interações comportamentais que se observam e podem ser descritas objetivamente; interações afetivas parentofiliais; interações que se relacionam com a história e a personalidade dos pais, e funcionamento do casal; interações e transmissões simbólicas que se operam na família e presentes na condição do sujeito enquanto filho.

É importante notar que, ao propor uma tríplice perspectiva da parentalidade, o autor sustenta e evidencia a complexidade própria do fenômeno. Tal forma de compreensão permite considerar que, atualmente, a parentalidade passou a ser mais pensada e planejada, corroborando a ideia de que seu estatuto, socialmente normativo, pode ser relativizado, passível de escolhas que vão desde o adiamento desta experiência até o desejo de não vivenciá-la. Neste sentido, a perspectiva que valoriza os aspectos biológicos e a naturalização da experiência parental como um script a ser universalmente seguido, está sendo modificada pra que seja assumida prioritariamente a relevância de seus aspectos sociais e psicológicos. E, além disso, tal perspectiva reconhece a influência da realidade psíquica de cada um dos pais, as transformações ocorridas nas formas de parentalidade de uma determinada cultura, assim como a importância das interações e trocas entre pais e filhos. A seguir a Figura 4 apresenta-se como uma tentativa de estruturar graficamente o modelo proposto pelo referido autor.

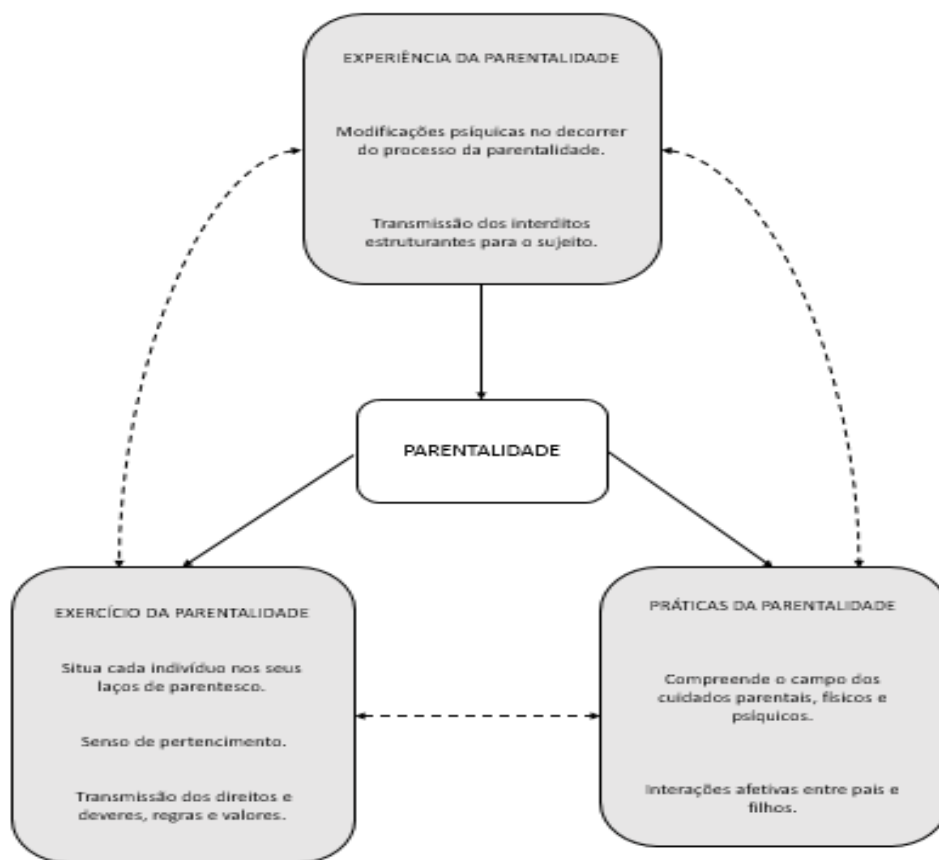


Figura 4. Eixos que definem a parentalidade de acordo com a proposta de Houzel (2004).

Entretanto, o modelo de estudo sobre a parentalidade como o proposto por Houzel (2004), contempla este tema sob uma perspectiva didática ao dimensionar a parentalidade através de três níveis. A linha que separa a experiência, a prática e o exercício torna-se bastante tênue podendo considerar que tanto a prática parental e seu exercício são partes constituintes de um grupo maior: a experiência parental, tomando a concepção desenvolvida por Mesquita (2005) de que a experiência individual reflete uma realidade psicológica única, tornando-se fundamental para a construção de significado e processos de significação.

Ainda considerando os modelos já citados desenvolvidos pelos autores para a ampliar a compreensão sobre o fenômeno da parentalidade. Desta forma, podemos conjecturar que embora exista a ressalva de que o elemento cultural garante uma diversidade na forma de praticar a parentalidade, ainda existe uma lacuna sobre trabalhos cujo o tema esteja voltado para experiência e os significados que dela emergem. Do mesmo modo, ao construir modelos que vislumbram uma norma para a experiência da parentalidade, pode ocorrer um negligenciamento

do potencial de agenciamento do sujeito. Logo, não podemos perder de vista que estes modelos são elementos didáticos que buscam facilitar a teorização e a compreensão acerca do tema deste tema tão complexo e, por vezes, impreciso.

Solis-Ponton (2004) afirma que o fenômeno da parentalidade, contempla histórias e experiências pessoais de cada genitor e a capacidade da pessoa de refletir e criar novas estratégias para se posicionar diante desta nova realidade que se apresenta, além de instaurar e estabelecer assimetrias, heterogeneidades e todos os demais elementos que estruturam as relações entre pais e filhos. Sendo assim, a parentalidade em seu processo, convida o sujeito a reorganizar-se subjetivamente frente às singularidades experienciadas (incluindo a organização do pensamento dos pais diante da criança e a estruturação da própria criança frente aos seus pais) defrontando-se com a cultura geracional familiar, cultura social mais ampla e a própria experiência (Lebovici, 2004; Moro, 2005). Segue abaixo a Figura 5 que esquematiza de forma sistêmica o fenômeno da parentalidade correlacionando-a com a cultura coletiva e a cultura pessoal.

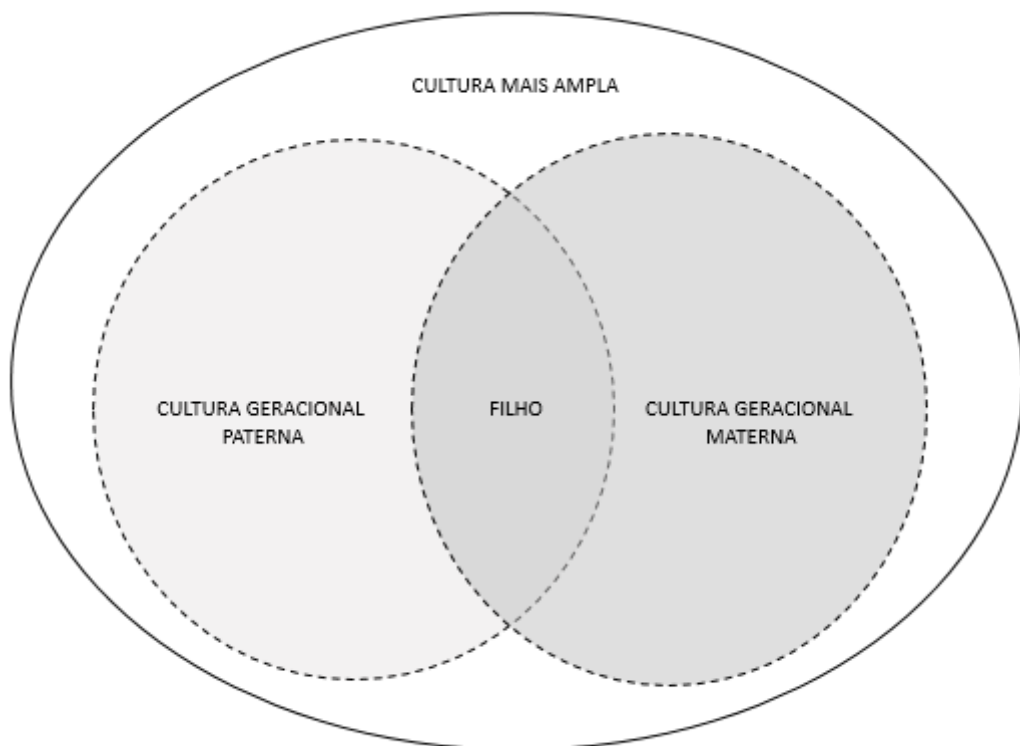


Figura 5. Relação entre a cultura geracional de cada genitor e a cultura social ampla.

Além disso, a parentalidade também está relacionada a um processo que permite contemplar as múltiplas formas de configuração familiar como as que são encontradas na atualidade. Deste modo, as mudanças percebidas no âmbito do casamento, as análises voltadas para a importância dos papéis de gênero e suas redefinições não permitem mais a intensa valorização das funções parentais pertencentes a um modelo de família com papéis estritamente delimitado, indicando a incorporação de valores distintos daqueles das gerações anteriores (Dantas, Jablonski & Féres-Carneiro, 2004; Kamers, 2006).

Desta forma, torna-se possível compreender que a interação com outras pessoas, contextos, eventos e com modelos parentais percebidos na própria família de origem são importantes e constituem a experiência da parental, uma vez que é na interação com o ambiente, com os outros indivíduos e com seu próprio self que se constitui o papel de ser pai e/ou mãe. Esta perspectiva revela a parentalidade como um fenômeno desenvolvimental, processual, afetado diretamente pelas mudanças históricas, sociais e culturais. Tal consideração permite afirmar que este é um fenômeno de natureza interacional e multideterminado (Féres-Carneiro, 2004).

Assim, o fenômeno da parentalidade não pode ser estudado sem considerar o seu contexto relacional. A maternidade e a paternidade são construções de múltiplos significados para homens e mulheres. À esta complexidade, são agregados outros elementos familiares, sociais e culturais que agem conjuntamente, sendo a parentalidade compreendida como um signo carregado de valores socioculturais que promove modos de agir, de pensar e de se comportar.

A partir dos aspectos levantados, podemos considerar que a parentalidade apresenta características relacionadas a ambos os pais, principalmente, no que diz respeito ao passado de cada um, bem como a conformação de suas culturas pessoais, evidenciando uma relação bidirecional na qual devem ser considerados em seu âmbito erros, acertos e desafios a serem enfrentados. Entretanto, mesmo existindo a influência do passado dos pais na experiência atual da parentalidade, este fenômeno não se encontra unicamente determinado por este fator, aparentando ser também motivado por determinantes psicossociais e culturais.

Para compor esta revisão de literatura, foram selecionados os artigos que englobassem o tema da parentalidade de acordo com os seguintes aspectos: o seu exercício (considerando enquanto interação e participações), a sua experiência (modificações psíquicas no decorrer do processo; a transmissão dos interditos estruturantes para o sujeito; o cumprimento de papéis

parentais; e a parentalização dos indivíduos), as práticas da parentalidade (campo dos cuidados parentais, físicos e psíquicos, e das interações afetivas entre pais e filhos), privilegiando as produções que estavam em consonância com este estudo, ou seja, que se relacionassem à vivência da parentalidade enquanto um processo. Sendo assim, foram obtidos um total de vinte e três publicações que passaram a compor esta revisão de literatura. Na etapa seguinte, foi realizada a leitura completa de cada um dos trabalhos, elaborando uma síntese das principais informações, tais como: a temática abordada, seus objetivos, participantes, metodologia e conclusões.

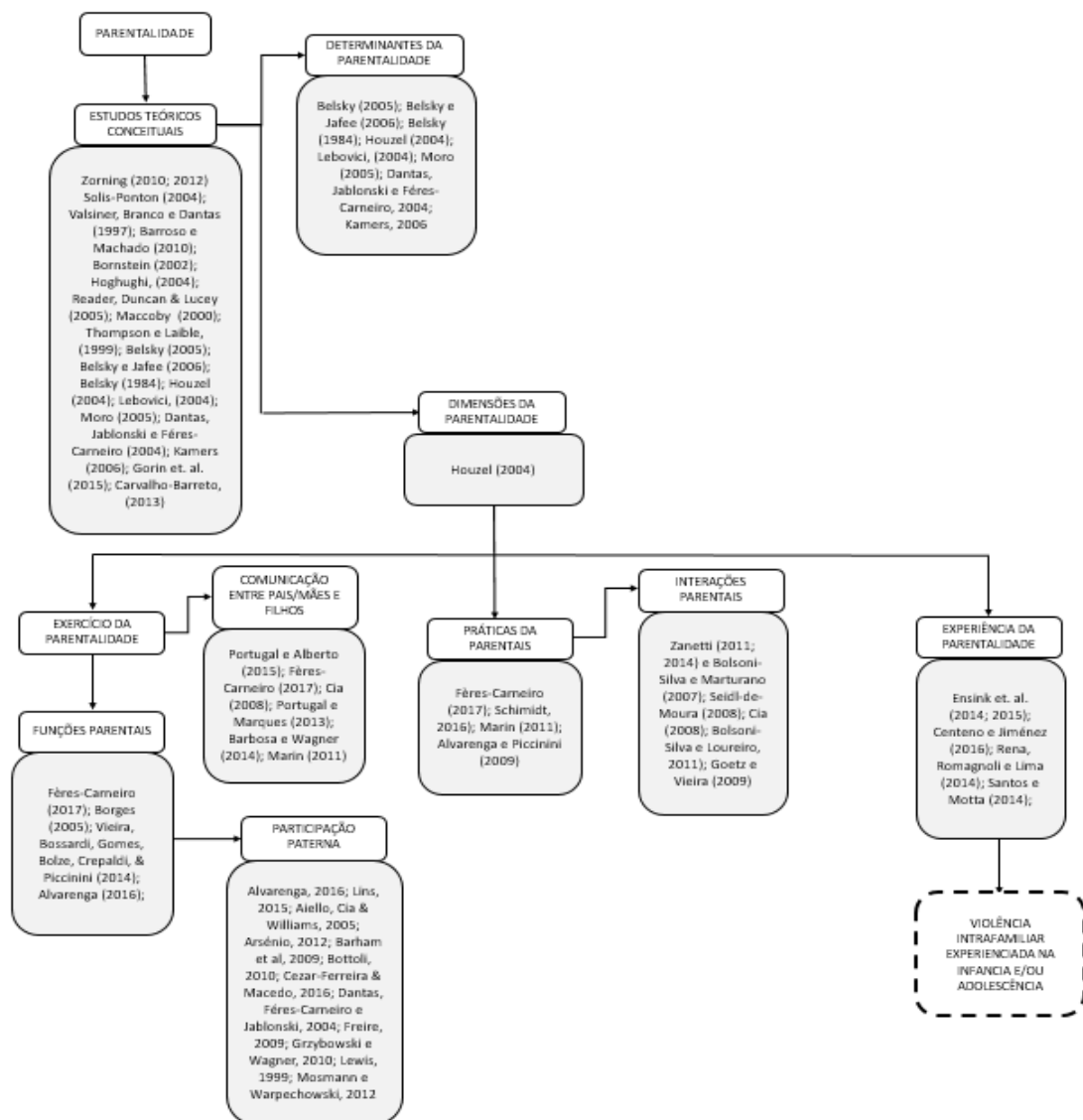


Figura 6. Mapa da revisão de literatura sobre Parentalidade.

Dos vinte e três artigos encontrados, seis apresentam a revisão de literatura como metodologia de investigação sobre o tema parentalidade (Gorin et al., 2015; Carvalho-Barreto, 2013; Zorning, 2012; Schimidt, Staudt & Wagner 2016; Zanetti & Gomes, 2011 e Ensink, 2015); três estudos foram desenvolvidos a partir de uma metodologia qualitativa (Fères-Carneiro et. al. 2017; Zanetti & Gomes, 2014; Barbosa & Wagner, 2014; Centeno & Jiménez, 2016); nove dos estudos formularam suas pesquisas sob a abordagem quantitativa (Freitas & Alvarenga, 2016; Portugal & Alberto, 2015; Bolsoni-Silva & Marturano, 2007; Seidl-de-Moura, 2008; Cia, Pamplin, & Williams 2008; Marin et al. 2011; Goetz & Vieira, 2009; Alvarenga & Piccinini, 2009 e Santos & Mota, 2015); e dois apresentaram metodologia de pesquisa mista qualitativa/quantitativa (Portugal & Marques, 2013; Bolsoni-Silva & Loureiro, 2011; Rena, Romagnoli & Lima, 2014).

No que se refere aos estudos que evidenciam aspectos teórico-conceituais da parentalidade baseados em revisões de literatura, os mesmos atentam para o fato desta ser permeada por tradições históricas e atravessada pelas demandas da contemporaneidade, abordando características como a polissemia e a imprecisão no conceito. (Gorin et. al. 2015; Carvalho-Barreto, 2013). Entre as produções se encontra a pesquisa realizada por Zorning (2012). A partir de uma revisão de literatura com referencial psicanalítico, a autora afirma que o processo de tornar-se pai ou mãe inicia-se muito antes do nascimento de um filho, na infância de cada um dos pais, produzindo mudanças irreversíveis no psiquismo parental, podendo até auxiliar na retificação de sua história infantil e refletindo que a experiência parental é uma relação bidirecional.

Segundo Fères-Carneiro, Machado, Mello & Magalhães (2017), percebe-se que as funções materna e paterna não são mais exercidas segundo identidades tradicionais rígidas associadas à condição de ser homem ou ser mulher. Desta forma, pais e mães exercem suas funções parentais segundo suas próprias condições psicoemocionais, sem estabelecer diferenciação de gênero, e revezam entre si, quanto a seu exercício (Borges, 2005; Fères-Carneiro, 2017). Tem-se discutido muito o quanto as funções parentais contemporâneas estão desatreladas dos papéis de gênero, porém relacionadas às suas especificidades, tendo como efeito a redefinição dos modelos parentais tradicionais (Vieira et al., 2014; Alvarenga, 2016).

Alguns estudos (Alvarenga, 2016; Lins, 2015) referem uma crescente participação masculina nos cuidados do recém-nascido que corresponde a um co-protagonismo e um desejo dos pais de fazer parte destes momentos de cuidado e atenção exclusiva dedicada a criança,

resultando em uma participação masculina no seu processo de tornar-se pai, o que nos permite considerar que as mudanças e transformações com a chegada de um filho existem para ambos os pais e não somente no domínio materno.

A literatura aponta também uma mudança nas atitudes dos pais contemporâneos, em relação às gerações anteriores, quanto às formas de se relacionar com esta etapa do desenvolvimento (Aiello, Cia & Williams, 2005; Arsénio, 2012; Barham et al, 2009; Bottoli, 2010; Cezar-Ferreira & Macedo, 2016; Dantas et al., 2004; Freire, 2009; Grzybowski & Wagner, 2010; Lewis, 1999; Mosmann & Warpechowski, 2012). Os autores indicam mudanças no imaginário social sobre a paternidade, apontando a coexistência de definições tradicionais (nas quais o signo “pai” está associado a conceitos como omissão, no contexto das questões relativas ao cotidiano da criação dos filhos; com atitudes de afastamento físico e afetivo; com autoritarismo na forma de relacionar-se; e com responsabilidade quanto à função de provimento financeiro da família) com novas conceituações contemporâneas (nas quais o signo “pai” associa-se a conceitos como confidencialidade e envolvimento afetivo).

Os estudos sugerem que a forma tradicional através da qual os pais costumavam ocupar o seu espaço na família e na sociedade passou a não responder mais de forma adaptativa às mudanças sociais que vêm ocorrendo desde o último século - como a inserção da mulher no mercado de trabalho; o aumento do desemprego e da violência; os elevados preços das escolas e dos profissionais voltados para o cuidado infantil (Barham & Cia, 2009; Cezar-Ferreira & Macedo, 2016; Dantas et al. 2004; Lewis, 1999). Como consequência dessas reconfigurações sociais, a literatura indica que os pais passaram a estar mais tempo no ambiente doméstico, entrando mais frequentemente em contato com as rotinas do lar – tradicionalmente desempenhadas pelas mulheres.

Pesquisas voltadas para a compreensão do exercício da parentalidade sugerem a necessidade de reconhecimento e diferenciação dos lugares e das funções familiares, o lugar que a criança ocupa na família contemporânea e as implicações da família para sua formação psíquica (Féres-Carneiro et al., 2017). Além disso, evidenciam a necessidade de investigar as dimensões da comunicação entre pais e filhos, considerando a influência das variáveis sócio-demográficas (Portugal & Alberto, 2015). As investigações sobre este tema também revelam que a dinâmica dessas interações é influenciada por inúmeros fatores, dentre os quais destacam-se as práticas educativas parentais. Nessa mesma linha, as pesquisas apontam para a

necessidade de conhecer e analisar as intervenções voltadas para promover programas de educação parental e práticas parentais positivas (Schmidt et al., 2016).

Portugal e Alberto (2015), em uma pesquisa de desenho quantitativo/transversal realizado com 336 pais e 268 adolescentes, com o objetivo de analisar a comunicação em famílias com filhos adolescentes, considerando as variáveis: sexo, área de residência, nível socioeconômico, escolaridade e estrutura familiar, verificaram que os rapazes tendem a partilhar os seus problemas com os progenitores do sexo masculino; as mães destacam-se na percepção de maior expressão do afeto/apoio emocional; não se registram diferenças significativas ao nível do sexo no conflito comunicacional; membros de classes socioeconômicas altas e expressam melhor a comunicação; e filhos de famílias pós-divórcio revelam partilhar mais os seus problemas com as mães do que filhos de agregados monoparentais. Desta forma, percebe-se a necessidade de se prestar maior atenção a contextos particulares (classes rurais e socioeconômicas baixas). Estes resultados desmistificam a crença de que as famílias pós-divórcio têm mais dificuldades do que famílias nucleares intactas.

Quanto às práticas parentais, de um modo geral os artigos apresentam como temáticas: a percepção de pais e filhos acerca da parentalidade; a necessidade de reconhecimento e diferenciação dos lugares e das funções familiares; o papel da criança na família contemporânea, as implicações da família para sua formação psíquica e a necessidade de conhecer e analisar as intervenções voltadas para promover práticas parentais positivas junto a pais de crianças, em situações de desenvolvimento normativo (Fères-Carneiro et al., 2017; Schmidt, 2016).

Fères-Carneiro et al. (2017) pesquisou a percepção de pais e filhos em relação ao exercício da parentalidade nas diferentes configurações famílias contemporâneas, investigando as práticas de nomeação. Segundo as autoras, a atribuição de nomes específicos aos membros da família apresenta um importante papel na formação da identidade e subjetividade dos sujeitos, além de abranger significações, responsabilidades sociais e problematizar as nomeações de funções e papéis na cadeia familiar. Participaram desta pesquisa 132 sujeitos membros de diferentes arranjos familiares, pertencentes aos segmentos médios da população carioca. Para os autores, a atribuição de nomes específicos, por pais e filhos, aos membros da família, expressa a necessidade de reconhecimento e diferenciação dos lugares e das funções familiares, não só para ampliar o entendimento sobre as especificidades das configurações

familiares, mas também sobre o processo de criação de nomeação, representante da constituição de sentido dos lugares na cadeia genealógica.

Contudo, no que se refere à dinâmica familiar, os autores sugerem que a escolha do nome próprio, ou no caso de outras formas de nomeação, significa uma antecipação do tipo de investimento afetivo que os familiares desejam realizar uns nos outros, reforçando que o senso de pertencimento implica em reconhecer-se como alguém singular na cadeia genealógica e, ao mesmo tempo, em reconhecer a semelhança com aqueles que formam os laços de parentesco.

Um estudo realizado por Schimidt et al. (2016) a partir de uma revisão de literatura integrativa, buscou conhecer e analisar as intervenções voltadas para a promoção de práticas parentais positivas junto a pais de crianças, em situações de desenvolvimento normativo. Com um recorte temporal entre os anos de 2005 e 2015, foram encontrados 12 artigos, sendo que não foram identificados estudos brasileiros sobre esta temática, segundo este autor. As análises foram realizadas em um cenário internacional, incluindo países como Austrália, China, Estados Unidos e Noruega, nos quais a realidade política, econômica e sócio-demográficas diverge significativamente da realidade Brasileira.

Com base na pesquisa realizada pelo autor supracitado, foram identificadas que as intervenções voltadas para práticas parentais consideradas positivas ao desenvolvimento infantil consistem na promoção de ações ainda com caráter prescritivo (Schimidt et al., 2016). Tais intervenções não podem ser vistas como universais pois devem ser consideradas quando diretamente relacionadas aos valores e as crenças de dados grupos culturais. Quando “importadas” de outros países, sua eficácia torna-se comprometida uma vez que não existe uma única realidade, mas múltiplas realidades as quais variam de acordo com a cultura.

Entretanto, as experiências relatadas nos estudos analisados por Schimidt et al. (2016) tornam-se valiosas, uma vez que, podem beneficiar intervenções futuras desenvolvidas em âmbito nacional, baseando-se no que já foi realizado em outros países mas, evidentemente, com as devidas adaptações as culturas e as demandas condizentes ao contexto brasileiro.

Sobre as interações entre pais e filhos, os estudos realizados por Zanetti (2011, 2014) e Bolsoni-Silva & Marturano (2007) revelam a importância da relação entre a fragilização das funções parentais (exercidas com pouca consistência e coerência) e a frequência de comportamentos de agressividade, teimosia e/ou agitação em crianças. Para as autoras, tal

fenômeno relaciona-se a dificuldades que os pais possuem em educar seus filhos, na atualidade, devido à insegurança e a dúvidas no exercício de suas funções.

Ao estudar as interações iniciais entre pais e filhos Seidl-de-Moura et al. (2008), comparou dados de observações de díades mãe-bebê, analisando seus comportamentos, a complexidade das trocas e seu componente afetivo. Participaram 56 díades (28 com bebês de um mês e 28 com bebês de cinco meses), filmadas em suas casas em situações livres. As autoras afirmam que as interações iniciais são adaptativas, e conhecê-las principalmente em sua complexidade de trocas e componente afetivo, é fundamental para compreender a ontogênese humana reconhecendo e enfatizando seu papel constitutivo nas interações, de fundamental importância no desenvolvimento infantil. Os resultados confirmam a literatura quanto à possibilidade de trocas em etapas iniciais do desenvolvimento, e o estudo contribui para o conhecimento de suas características. É destacada a afetividade e enfatizado seu papel constitutivo nas interações, de fundamental importância no desenvolvimento infantil.

Sobre a importância da qualidade das relações entre pais e filhos para o desenvolvimento infantil, Cia et al. (2008), a partir de um estudo quantitativo do qual participaram 110 crianças da 4ª série do Ensino Fundamental, com idades entre 10 e 12 anos, confirmaram aspectos da literatura referentes à importância da comunicação pais-filhos e da participação dos pais na vida da criança enquanto fatores que contribuem para um desenvolvimento sócio emocional saudável na infância.

O estudo sugere que quanto mais expressiva a comunicação e participação dos pais em relação aos filhos, melhor o repertório de habilidades sociais das crianças. Além disso, os resultados apontam que a participação ativa de ambos os pais nas atividades escolares, culturais e de lazer dos filhos, melhora o desempenho acadêmico das crianças. Tais resultados sugerem a importância do envolvimento parental no desempenho acadêmico dos filhos e, em caso de déficits nessa área, a necessidade de programas, visando melhorar a qualidade das interações entre pais e filhos. (Cia et. al., 2008).

A contínua negociação e definição das relações entre os seus membros de uma família ocorre, principalmente, através de processos comunicacionais que nesse sentido, torna-se um construto central para a qualidade do exercício da parentalidade. Entretanto, verifica-se uma escassez de estudos de caráter qualitativo e que contemplem os aspectos comunicacionais da interação rotineira entre progenitores e filhos. (Portugal & Marques, 2013).

Para Portugal e Marques (2013) a comunicação desempenha um papel central na relação pais-filhos, particularmente no exercício da parentalidade. Assim, foi desenhado um estudo misto (qualitativo/quantitativo) com o intuito de identificar as dimensões da comunicação mais destacadas por pais e filhos (7-16 anos). Para atingir este objetivo foram entrevistados dez progenitores e realizaram-se dois grupos focais com dez filhos. A análise de conteúdo revelou consistência e coerência com a literatura teórica que tem contextualizado a importância da qualidade comunicacional na relação parento-filial pautada em características como a clareza comunicacional, clarificação de papéis, livre expressão, entre outros (Portugal & Marques, 2013).

Neste contexto, a comunicação torna-se um elemento importante no estabelecimento de regras, limites e negociações com os filhos como é possível perceber através do estudo desenvolvido por Barbosa e Wagner (2014) sobre os valores e regras familiares, que estes contribuem para a construção da estabilidade necessária ao desenvolvimento saudável da família e de seus membros. Para conhecer como as regras são construídas e exercidas na família, realizou-se um grupo focal, durante uma hora e meia, com 15 adolescentes de 15 a 18 anos (oito meninas e sete meninos) numa escola privada do Sul do Brasil. Os resultados apontam que, enquanto algumas regras são prescritas pelos pais, muitas são construídas juntamente com os filhos e são adaptáveis ao contexto, sendo a conversa relatada como a estratégia mais eficaz para manutenção das regras.

Cabe aqui ressaltar que a maior parte dos artigos pesquisados voltados para o exercício da parentalidade e interatividades (Seidl-de-Moura et. al 2008; Cia et. al., 2008; Bolsoni-Silva & Loureiro, 2011) utiliza escalas como principal técnica de coleta de dados, buscando quantificar este exercício. Tais escalas de medidas, algumas criadas em outros países, não devem ser concebidas como universais ao buscar avaliar valores, crenças e práticas que podem ter nuances específicas dos contextos locais. Desta forma, é importante compreender o nosso contexto cultural a partir de seus próprios parâmetros, levando em consideração suas especificidades.

Sobre as práticas educativas maternas e paternas, Marin (2011) pesquisou as práticas educativas, em especial, as indutivas, coercitivas e de não interferência parentais aos 24 e 72 meses de vida da criança, examinando as eventuais diferenças entre as práticas relatadas pelas mães e pelos pais. Deste estudo quantitativo, participaram 24 mães e pais que tinham filho/a únicos, que responderam uma entrevista para avaliação dessas práticas. Análises estatísticas

revelaram que as mães foram significativamente mais indutivas que os pais aos 24 meses, mas aos 72 meses não houve diferenças.

Enfatiza-se que as mães tendem a conversar mais com seus filhos/as, expressar sentimentos, opiniões, estabelecer limites e elogiar comportamentos adequados. As mães também apresentaram médias mais elevadas no total de práticas relatadas, o que pode ser explicado pelo papel predominante que ainda exercem na socialização infantil, embora os pais venham participando mais da educação dos filhos/as. Entretanto, os autores salientam que considerando o conceito de co-parentalidade, que diz respeito a como os pais lidam em conjunto com as questões relativas à parentalidade, apoiam um ao outro e administram conflitos quanto à forma de educar suas crianças, tem sido apontado como mais importante que as eventuais diferenças que mães e pais venham a apresentar (Marin, 2011).

Alvarenga e Piccinini (2009), investigaram as relações entre as práticas educativas maternas e indicadores dos problemas de externalização e da competência social. Participaram deste estudo 23 díades mãe-criança de diferentes níveis socioeconômicos, com 13 meninos e 10 meninas, que tinham 30 meses de idade. As crianças eram saudáveis e nascidas a termo. Todas as mães eram primíparas, com idade entre 24 e 39 anos, casadas e residentes na região metropolitana de Porto Alegre. Os resultados apontam para a relevância das práticas educativas parentais para a compreensão do desenvolvimento social, enfatizando a importância de práticas menos referidas na literatura, como a autorização de autonomia, a intrusividade e o controle ambíguo.

A partir deste estudo, percebe-se a relevância da compreensão acerca do exercício parental quando abordado em seus aspectos sociais. Neste sentido, a parentalidade diz respeito a valores e crenças que regem a educação das crianças. A cultura e história estão implicadas neste processo, uma vez que valores e crenças variam em diferentes grupos culturais e ao longo do tempo. Desta forma, a parentalidade pode ser entendida como sendo principalmente o “fazer”, que ocorre cotidianamente nas práticas educativas e são amplamente influenciadas por valores e crenças, forjados na cultura e na história. (Alvarenga e Piccinini, 2009)

Bolsoni-Silva e Loureiro (2011) desenvolveram um estudo voltado para a identificação de práticas parentais contingentes aos comportamentos dos filhos enfatizando sua importância para subsidiar intervenções. O objetivo deste estudo qualitativo/quantitativo foi comparar práticas educativas parentais e comportamentos de crianças de um grupo de crianças considerado clínico/com problema de comportamento, com um grupo de crianças não

clínico/sem problema de comportamento. A partir da comparação dos dois grupos, as autoras concluíram que os comportamentos que diferenciam os grupos clínico e não clínico são, sobretudo, os relacionados às práticas educativas positivas e às habilidades sociais infantis. As autoras apontam para a necessidade de ampliar o entendimento das habilidades sociais educativas parentais na promoção de habilidades sociais e redução de problemas de comportamento dos filhos e enfatizam a promoção das competências sociais de pais e filhos para a redução dos problemas de comportamento das crianças e das práticas negativas de educação dos pais.

Entretanto, nesse estudo, o surgimento e manutenção dos problemas comportamentais foram mais associados às características da criança e aos processos familiares, deixando de lado outras interferências presentes no contexto que podem influenciar a emergência de problemas de comportamento.

Goetz e Vieira (2009) realizaram uma pesquisa objetivando identificar a percepção e as diferenças que crianças têm em relação aos comportamentos parentais (materno e paterno) de cuidado considerando possíveis implicações para o desenvolvimento infantil. Participaram do estudo 216 crianças de duas escolas da rede municipal de ensino de Florianópolis, com faixa etária compreendida entre 10 e 11 anos. Os resultados indicam diferenças significativas entre a percepção que os filhos têm do pai real em relação ao ideal. Quanto à percepção real da mãe, aproxima-se do ideal dos filhos. As percepções das crianças sobre comportamentos parentais de cuidado são compreendidas a partir de suas atividades, papéis e relações humanas (subjetivas e objetivas) estabelecidas com os próprios pais. Como conclusão geral, pode-se afirmar que as crianças percebem o pai real bastante afastado do ideal em aspectos referentes ao cuidado e à interação. Quanto à mãe real, ela está predominantemente mais próxima do modelo ideal percebido nesses mesmos aspectos.

Conhecer as percepções e expectativas dos filhos sobre o cuidado parental é importante para os pais e também para o contexto familiar, possibilita que eles saibam mais a respeito dos papéis que lhes são atribuídos, tanto ao nível real quanto ideal. Essas percepções, caracterizadas e atualizadas no meio familiar, podem ter repercussão também em outros ambientes nos quais a criança interage, além de evidenciar diferenças no desempenho dos papéis parentais no que diz respeito ao gênero.

Destacam-se também as pesquisas que abordam o fenômeno da violência intrafamiliar vivenciada pelos pais quando criança ou adolescentes e a experiência parental. Neste sentido, a

revisão de literatura desenvolvida por Ensink et. al. (2015) reconhece que as experiências de abuso e de trauma na infância, prejudicam o desenvolvimento do sentimento fundamental de segurança em relação ao outro. Quando tornam-se pais, esses sujeitos podem apresentar dificuldades em superar psicologicamente tais experiências traumáticas. Entretanto, segundo os autores, pais que são conscientes do trauma e da própria vulnerabilidade diante das lembranças associadas as experiências traumáticas estão menos propícios a reproduzir a violência vivida com seus filhos. Desta forma, os autores sugerem que a mentalização de uma experiência traumática é um fator importante de resiliência de pais vítimas de violência de qualquer natureza durante a própria infância, apresentando “um papel central na transmissão transgeracional das vulnerabilidades associadas ao trauma” (Ensink et al. 2015).

Dentre as pesquisas que enfocam o abandono vivenciado na infância como uma violência intrafamiliar, faz-se pertinente analisar o estudo desenvolvido por Centeno e Jiménez (2016). A partir de um estudo exploratório de casos na prática clínica, foram analisados diálogos biográficos das experiências de maus tratos ou ausência do pai biológico na infância. Este estudo torna-se interessante por focar especialmente no fato de outras pessoas da rede de apoio poderem cumprir com uma parentalidade nutrícia¹, pontuando uma perspectiva menos fatalista e restauradora do papel parental, especialmente o papel paterno.

Este estudo apresenta uma crítica ao modelo familiar tradicional baseado em crenças que enfatizam este modelo como referência única de organização familiar. Aborda também o contexto socioemocional que, nas novas configurações familiares, cumpre com o papel de cuidado, expandindo os laços familiares para além das ligações consanguíneas. Os resultados desse estudo de caso indicam que a possibilidade de inclusão de outras pessoas na família, neste caso pais, pode ser eficaz para uma ressignificação substantiva paternidade, repensando e flexibilizando o conceito de família tradicional e enfatizando a importância da rede de apoio para a inclusão sócio emocional de outros sujeitos que possam cumprir o papel, neste caso do pai.

Segundo os autores Magalhães et al. (2017), La Cruz (2014), Silva, Alves e Araújo (2012), Day et. al (2003), Arón (2010) o abandono constitui-se enquanto uma das mais graves expressões da violência, representando rompimentos de vínculos além de ser visto como uma das formas mais graves de descuido.

¹ No contexto do referido artigo, o termo parentalidade nutrícia pode ser compreendido como uma experiência parental fortalecida, revigorada e fortificada (tradução livre da autora).

Rena, Romagnoli e Lima (2014) abordam o estudo da subjetividade da mãe agressora, em articulação à construção social da maternidade. A partir de uma perspectiva psicanalítica, os autores destacam o exercício da maternidade, negligência e intervenção profissional. De acordo com este estudo, não basta o interrompimento das situações de violência excessiva contra os filhos, uma vez que a escuta da mulher em suas questões subjetivas torna-se fundamental.

Dentre os estudos que abordam o significado da maternidade considerando a condição de não repetição do padrão violento vivenciado na infância, Santos e Motta (2014) a partir de entrevistas com três díades (mães/filhos) realizadas em cinco encontros, os autores buscaram compreender a experiência de cada mãe em relação à gestação e à maternidade, a experiência com as diversas formas de violência e o vínculo com o filho. Articulando o conteúdo encontrado com as ideias do psicanalista Donald W. Winnicott, os autores perceberam que nos três casos analisados, o significado da maternidade apresenta-se como a possibilidade de reencontrar uma experiência de afeto significativa, por meio da qual se constitua um sentimento autêntico de preocupação e comprometimento que dificulta a repetição de abandono e violência vivenciados (Santos & Mota, 2014).

Na presente revisão de literatura, foram retratadas algumas das diferentes implicações da parentalidade para o desenvolvimento humano e os múltiplos fatores envolvidos no próprio conceito e no estudo da parentalidade que indicam a magnitude e relevância desta área de conhecimento. Desta forma, foi identificada uma lacuna entre os estudos, uma vez que não foram encontradas pesquisas que abordassem o fenômeno da parentalidade a partir de suas significações para os sujeitos que a vivenciaram no passado, bem como não foram encontrados estudos empíricos que relacionassem a experiência da parentalidade relacionada à violência intrafamiliar infantil a partir de uma metodologia qualitativa.

1.1.2 Violência intrafamiliar contra a criança e/ou adolescente

A violência intrafamiliar constitui um fenômeno histórico-cultural que envolve uma variedade de fatores biopsicossociais, devendo sempre ser identificado e problematizado, uma vez que, a violência no âmbito familiar, contrapõe-se à função protetora que deveria ser exercida pela família, transformando-a em um ambiente hostil, permeado por atos e práticas violentas contra seus integrantes. Desta forma, algumas famílias, ainda hoje, expressam o seu “cuidado” com a criança de forma similar à que prevaleceu por tantos séculos, ou seja, através do abandono, dos maus-tratos e abusos disfarçados sob formas de disciplina, correções e, por vezes, humilhando-a para ser “melhorada”, desconsiderando que a mesma encontra-se em condição peculiar de desenvolvimento. De forma geral, parece que persiste ainda a ideia de que a punição corporal é uma prática educativa aceitável e, muitas vezes, considerada adequada (Cecconello, De Antoni & Koller, 2003; Guerra, 2001; Weber et al., 2002).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a violência intrafamiliar é um problema de ordem social e de grande dimensão, que afeta a sociedade como um todo, porém especialmente mulheres, crianças, adolescentes, idosos e portadores de deficiência. Sendo assim, quando o assunto é violência intrafamiliar, é preciso considerar qualquer tipo de relação de abuso praticada no contexto privativo da família, contra qualquer um dos seus membros (Ministério da Saúde, 2001).

De acordo com o Ministério da Saúde (2001, p. 15):

Violência intrafamiliar é toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir a função parental, ainda que sem laços de consanguinidade e em relação de poder à outra.

O Ministério da Saúde preocupa-se em conceituar a violência intrafamiliar de forma ampla, compreendendo também a violência contra a mulher e contra o idoso, entretanto, neste trabalho abordaremos apenas as conceituações que são aplicáveis à violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, por esta estar compondo o objeto de estudo.

Com base na perspectiva de que este é um tipo de violência interpessoal, para Day et al. (2003) violência intrafamiliar é definida como toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de

um membro da família, podendo ser cometida dentro e fora de casa, por qualquer familiar que esteja em relação de poder com a vítima. É um tipo de violência que ocorre entre as pessoas com algum vínculo afetivo, familiar ou de convivência.

Segundo Guerra (2001), a violência contra crianças e adolescentes, configura uma transgressão do poder disciplinador e coercitivo do adulto, podendo ficar encoberta por longo período de tempo sem ser denunciada. Para a mesma autora, trata-se de um fenômeno universal que pode envolver pessoas de qualquer etnia ou classe social, além de várias gerações familiares.

Azevedo e Guerra (2001), consideram a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes como um processo que reduz a vítima à condição de objeto de maus-tratos, uma forma de violação dos direitos essenciais da criança e do adolescente enquanto pessoas e, portanto, uma negação de valores humanos fundamentais como a vida, a liberdade e a segurança. A partir desta consideração, as autoras classificaram os tipos de violência intrafamiliar, conceituando-os da seguinte forma: violência física, que consiste no uso da força física contra a criança, de forma não acidental, por parte dos pais ou por quem exerce autoridade no âmbito familiar; violência psicológica, que representa o rejeitar, isolar, aterrorizar, ignorar, corromper e criar expectativas irreais ou extremadas sobre a criança ou adolescente; violência verbal/psicológica, que se refere a tortura psíquica, acontecendo quando o adulto constantemente deprecia a criança em suas tarefas, bloqueando os seus esforços na aprendizagem, diminuindo sua autoestima, causando-lhe sofrimento, temor e ansiedade. Nesse último caso, embora não haja a agressão física ou a punição direta contra a criança, a violência é caracterizada pelos gritos rotineiros, as ameaças de abandono, as discussões, os apelidos inadequados, o excesso de 'não'.

Arón (2010) utiliza a expressão maus-tratos e a define como toda conduta que, por ação ou omissão, interfira no desenvolvimento físico, psicológico ou sexual de crianças. Para ele, os maus-tratos contra a criança podem ser físicos ou emocionais. O maltrato físico corresponde a toda agressão física, não acidental, por parte dos pais ou cuidadores, que provoque dano físico, lesão ou enfermidade na criança ou no adolescente. Maltrato emocional consiste em perseguição verbal habitual de uma criança através de insultos, críticas, desqualificações, ridicularizações, constante bloqueio das iniciativas infantis, rejeição implícita ou explícita.

Para o mesmo autor, outras situações que podem ser consideradas como violências são:
a) ser testemunha de violência intrafamiliar ou presenciar situações de violência entre os pais,

contra a mãe ou contra outros membros da família também consiste em um tipo de violência contra a criança; b) a exploração infantil, que se refere a situações nas quais os pais ou cuidadores, buscando vantagens econômicas, forçam a criança a desempenhar trabalhos que não correspondem a sua etapa de desenvolvimento e atenta contra os direitos da criança; c) a violência sexual, que consiste em qualquer forma de contato sexual ou erotização com uma criança por parte de um familiar ou tutor adulto e inclui a exibição, a participação em situações de pornografia, a exploração sexual; d) o abandono e a negligência nos cuidados, que se expressam na falta de proteção e cuidados físicos à criança por parte de seus pais ou cuidadores, assim como a falta de respostas às necessidades de contato afetivo e estimulação cognitiva.

O entendimento sobre a violência contra a criança passou por mudanças nas últimas décadas. Na atualidade, percebe-se uma mudança de discurso, na direção de uma maior consciência acerca da importância de proteger essa parcela da população. No Brasil, as medidas mais significativas neste sentido foi a inclusão do artigo 227 na Constituição Federal de 1988 e a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990. O artigo 227 da Constituição Federal expõe que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar com prioridade à criança e ao adolescente o direito a uma vida digna, colocando-os a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. O ECA é um conjunto de normas inspiradas nas diretrizes do artigo 227 da Constituição Federal de 1988 que assegura e regulamenta os direitos e proteção integral da criança e do adolescente. (Brasil, 1988). O Estado passou a ter instrumentos legais de proteção nas situações de violência na infância e na adolescência, tornando obrigatória sua notificação até mesmo nos casos de suspeita.

Com base na revisão de literatura sobre este tema, foi possível agrupar os vinte e dois estudos sobre violência selecionados em cinco campos temáticos: 1) Sobre a caracterização da violência contra a criança e o adolescente no cenário brasileiro; 2) Consequências psíquicas da violência experienciada na infância a curto prazo; 3) Caracterizações dos tipos de violência contra a criança ou adolescente; 4) As significações e estratégias de enfrentamento; 5) Fatores de causa e risco; 6) As repercussões na vida adulta da violência intrafamiliar experienciada na infância e; 7) Vítimas de violência intrafamiliar na infância e a experiência da parentalidade.

A Figura.7 ilustra a forma como o mapa da literatura sobre violência intrafamiliar foi organizado.

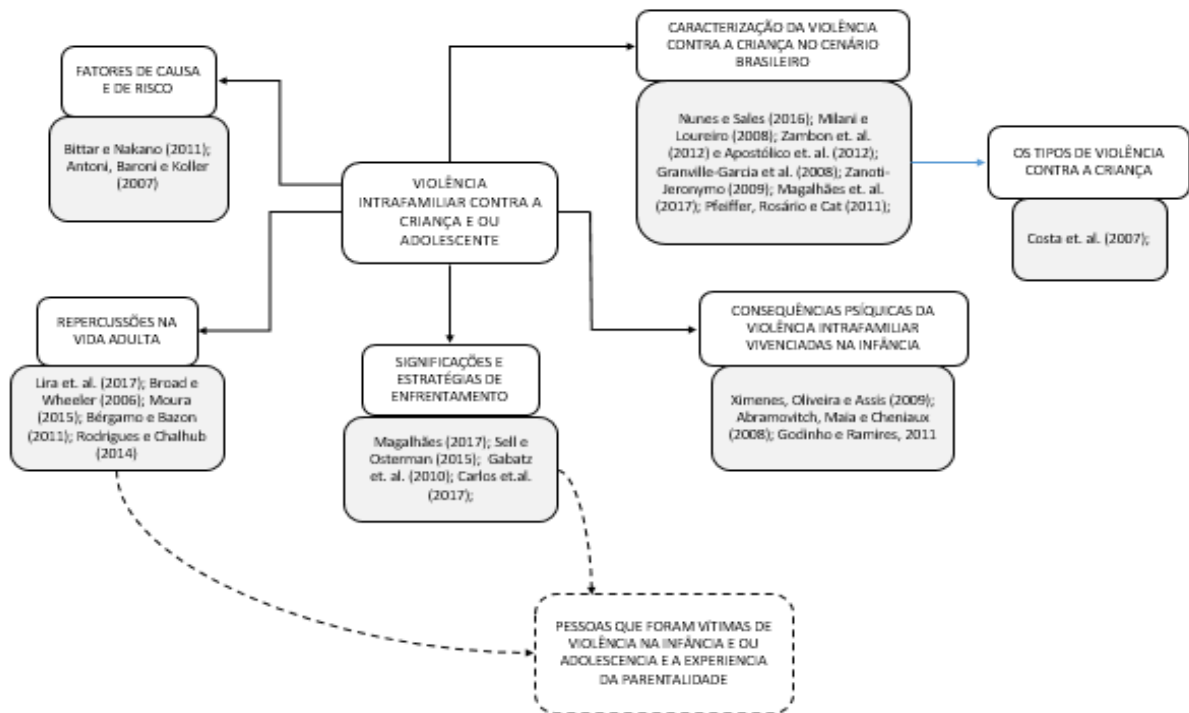


Figura 7. Mapa da literatura sobre violência intrafamiliar contra a criança e ou adolescente.

Sobre a caracterização da violência contra a criança e o adolescente no cenário brasileiro, Nunes e Sales (2016) afirmam que a violência é um fenômeno social e de saúde pública, com um agravo quando acontece na infância, provocando um impacto no desenvolvimento e repercussões no comportamento na vida adulta. Os mesmos autores afirmam que o aumento no número de casos de violência infantil, segundo os dados epidemiológicos mundiais e brasileiros, mostra cada vez mais que é necessário desenvolver ações de controle, por meio de condutas preventivas, pelos setores sociais envolvidos, bem como profissionais de saúde, conselhos tutelares, entre outros. Com o objetivo de caracterizar, por meio das evidências científicas, a violência infantil no cenário brasileiro, os autores realizaram uma revisão de literatura, a partir de pesquisas nas bases de dados Lilacs e Scielo no período entre 2008 e 2012.

Dentre as 12 publicações identificadas pelos autores, seis mostraram a negligência como principal tipo de violência, cinco disseram que o sexo masculino é o gênero mais atingido, principalmente por agressões físicas e pelas violências psicológicas e negligências e o sexo feminino é mais acometido pela violência sexual. Nove dos doze artigos analisados afirmaram que o agressor sempre é um membro da família. Ainda neste cerne, tornou-se evidente que os pais são os maiores perpetradores da violência contra crianças, destacando-se a mãe como a maior agressora. Os resultados demonstram a necessidade de se identificar precocemente todos os tipos de violência, sobretudo a negligência, e reconhecendo que o ambiente familiar o local em que mais ocorrem os eventos violentos (Nunes & Sales, 2016).

Milani e Loureiro (2008) realizaram um estudo abordando as condições familiares implicadas em situações de risco psicossocial, focalizando o problema da violência doméstica e suas repercussões no desenvolvimento psicossocial de crianças. Para os autores, a expressão risco psicossocial significa a presença de eventos negativos e circunstâncias sociais que afetam o bem estar da criança e da família e que limitam a capacidade adaptativa frente a eventos futuros, podendo aumentar a probabilidade de ocorrência de problemas físicos, emocionais ou comportamentais no indivíduo.

A discussão abarca funções e medidas de proteção aplicadas pelo conselho tutelar, partindo da avaliação de famílias notificadas por violência doméstica há três anos. A partir da formação de dois grupos denominados G1 (apresentação de risco psicossocial – violência doméstica, atendidas junto ao conselho tutelar, há três anos, após uma primeira denúncia de risco psicossocial associado a violência doméstica) e o G2 (sem história de psicossocial relatada). Diante disso, os autores compararam os recursos e adversidades dessas famílias, considerando como risco psicossocial o relato de um conjunto de fatores relacionados à violência física, violência psicológica direcionadas à criança, negligência e a violência entre os pais presenciada pela criança. Foram investigadas quarenta famílias, com filhos em idade escolar, que compuseram os dois grupos, cada um com vinte crianças. Os instrumentos utilizados para a investigação foram: entrevista semi-estruturada, inventário de recursos do ambiente familiar e escala de eventos adversos. Os tipos de violência observados predominantemente foram: negligência dos responsáveis, seguida de violência física e psicológica. Também foram destacadas as diferenças quanto à ocorrência de adversidade parental e semelhanças quanto aos recursos do ambiente familiar.

Foi possível notar que, em ambos os estudos, a negligência foi a forma de violência predominantemente identificada, corroborando as observações de Zambon, Jacintho, Medeiro, Guglielminetti & Marmo (2012) e Apostólico, Nóbrega, Guedes, Fonseca, & Egry (2012). Para estes autores, a negligência é uma violência de difícil definição, pois envolve aspectos culturais, sociais e econômicos de cada família ou grupo social, podendo ser considerada como a forma mais frequente de maus-tratos contra crianças e adolescentes.

Ainda, de acordo com Granville-Garcia, Silva & Menezes (2008), a negligência tem alta prevalência nas mais variadas localidades e tem sido descrita na literatura como preocupante, uma vez que este tipo de abuso, apesar de não inspirar o mesmo grau de indignação dos demais, representa cerca de 40% das fatalidades registradas. Desta forma, é possível sugerir o grande impacto social deste tipo de violência contra crianças, mesmo que outros tipos de violência, como a física e sexual, apresentem maior repercussão e impactem de maneira mais intensa a sociedade, obtendo grande visibilidade, uma vez que há diversas políticas públicas direcionadas a estes casos.

O estudo desenvolvido por Zanoti-Jeronymo et al. (2009) objetivou avaliar a prevalência de abuso físico e exposição à violência parental na infância, segundo características sócio-demográficas. Para tanto, foram selecionados 3.007 indivíduos com idades entre 14 anos e 17 anos de idade, entre 2005/2006, incluindo sujeitos de todas as regiões do país, tornando, assim, os resultados nacionalmente representativos. Foram acessadas experiências de abuso físico (bater, bater com alguma coisa, queimar/escaldar, ameaçar/usar faca ou arma) e exposição à violência parental (testemunhar ameaça e/ou agressão física parental) na infância. As análises estatísticas mostraram a prevalência de história de abuso físico na infância de 44,1%, sendo que 33,8% relataram história de abuso físico moderado e 10,3% abuso físico severo. A prevalência de exposição à violência parental foi de 26,1%, sendo que 7,5% testemunharam violência parental moderada e 18,6% testemunharam violência parental severa na infância. Através das análises entre estes dois tipos de violência, foi possível demonstrar significativas associações entre elas. O estudo mostrou que a ocorrência de abuso físico e exposição à violência parental na infância, relatado por adultos, é uma situação comum durante a infância nos lares brasileiros, uma vez que mais da metade da amostra, nacionalmente representativa, tinha experimentado algum tipo de abuso físico na infância. Estes resultados podem ajudar na implementação de estratégias de intervenção, alertando profissionais de saúde para a alta prevalência destes dois tipos de violência na população.

Com uma metodologia qualitativa, Magalhães, Gomes, Mota, Campos & Camargo (2017) direcionou o seu estudo partindo do pressuposto de desvelar a violência intrafamiliar vivenciada por adolescentes e se estes conseguem se identificar em tal situação de violência intrafamiliar. Desta forma, os autores buscaram desvelar as expressões da violência intrafamiliar vivenciadas por adolescentes. Para tanto, foram entrevistadas(os) oito adolescentes matriculadas (os) em uma escola pública de Salvador, Bahia, Brasil, no período de março a maio de 2015. Os dados foram sistematizados conforme a análise temática e respaldados em referenciais teóricos sobre violência doméstica e adolescência. Os resultados mostraram que as(os) adolescentes relatam uma infância e adolescência marcadas pela ausência de atenção às necessidades físicas e emocionais, fundamentais para o crescimento e desenvolvimento, e pela vivência cotidiana de humilhações, depreciações, difamações, calúnias, injúrias, além de agressões físicas. Tais relatos foram organizados nas seguintes categorias: Negligência e abandono; Violência moral e psicológica; e Violência física.

Considerando que a história oral das(os) adolescentes desvela um contexto familiar permeado pelas mais variadas formas de expressão da violência, o estudo ratifica a realidade de abuso a que as crianças e adolescentes encontram-se expostos dentro de seus lares, entendidos socialmente com cenários de proteção e segurança. O estudo alerta, ainda, para a naturalização da violência intrafamiliar, socialmente arraigada na crença da educação dos filhos a partir de medidas punitivas e coercitivas, mais comumente por meio de castigos e agressões físicas. Os autores salientam a necessidade de criação de estratégias que viabilizem a desconstrução dessa cultura de maus tratos a crianças e adolescentes (Magalhães et al. 2017).

Com o objetivo de descrever as formas de apresentação da violência e o método de classificação em níveis de gravidade aplicado no Programa Rede de Proteção das Crianças e Adolescentes em Situação de Risco para Violência da cidade de Curitiba, Pfeiffer, Rosário & Cat (2011) realizaram um estudo constituído por quatro fases: participação e acompanhamento da implantação do programa Rede de Proteção; desenvolvimento de método para classificar os níveis de gravidade das situações de violência contra infância e adolescência; participação na capacitação de profissionais da rede pública para identificação das situações de violência, aplicação do método de classificação e notificação; análise e interpretação dos dados das notificações de violência geradas pelo Programa. No Programa Rede de Proteção de Curitiba foram notificados 1.537 casos de violência contra crianças e adolescentes em 2003, e 1.974 em 2004, sendo 93% casos de violência doméstica.

Dos casos de violência doméstica, em 2003 e 2004, respectivamente, 40,7 e 61,7% foram situações de negligência, 35,2 e 26%, de violência física; 17,5 e 8,8%, sexual e 6,6 e 3,5%, psicológica isolada. Não houve diferença significativa relativa ao sexo da vítima, mas houve predomínio na faixa etária de cinco a nove anos. Em 2003, os casos moderados corresponderam a 41,8%, os graves, a 40% e os leves, a 18,2%. Em 2004, 35,4% foram casos moderados, 33,9%, leves e 30,7%, graves. Este estudo apresenta aspectos e interfaces da violência contra crianças e adolescentes e a aplicação de novo método de classificação de seus níveis de gravidade, o que tornou possível estabelecer critérios de urgência e emergência, além da estruturação de fluxogramas e protocolos de atendimento de acordo com esses níveis.

O segundo grupo temático diz respeito às consequências psíquicas da violência experienciada na infância desenvolvidas a curto prazo. Ximenes, Oliveira & Assis (2009) desenvolveram um artigo voltado para a investigação sobre a prevalência dos sintomas de transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) em crianças escolares (6-13 anos) do município de São Gonçalo, Rio de Janeiro. Também foi investigada a associação entre TEPT, violência e outros eventos de vida adversos. O processo de amostragem utilizado foi por conglomerados em três estágios de seleção. Quinhentos pais dos estudantes foram entrevistados sobre o comportamento de seus filhos. Para avaliar os sintomas de TEPT, foi utilizado a Child Behavior Checklist-Posttraumatic Stress Disorder Scale (CBCL). Também foi aplicada a Escala Tática de Conflitos (CTS), que avalia violência familiar, e outros instrumentos que investigam o perfil socioeconômico da criança, a relação familiar, as características da criança e outros eventos de vida difíceis. A prevalência dos sintomas de TEPT foi 6,5%. A análise estatística multivariada sugeriu um modelo explicativo de TEPT caracterizado por dezoito variáveis, como algumas características da criança, específicos eventos de vida adversos, violência familiar e outros fatores familiares. Os resultados revelam a necessidade de se trabalhar com a criança em momentos de sua vida especialmente difíceis, com a intenção de prevenir ou minimizar o seu impacto no funcionamento mental e social.

Nesta mesma linha, Abramovitch, Maia e Cheniaux (2008) consideraram, em seu estudo (um relato de caso), que muitos transtornos psiquiátricos, geralmente diagnosticados pela primeira vez na infância, estão associados a maus-tratos, entre eles o abuso físico, causando significativo impacto no desenvolvimento das crianças acometidas. O objetivo do estudo foi avaliar a associação entre um diagnóstico psiquiátrico do grupo dos transtornos de déficit de atenção e do comportamento disruptivo em crianças e a história de abuso físico na infância. Desta forma, crianças de 3 a 12 anos, atendidas em um ambulatório de psiquiatria de um

hospital universitário, foram avaliadas por meio do MINI KID, tendo sido diagnosticadas de acordo com os critérios do DSM-IV. A avaliação de abuso físico e de outros eventos traumáticos foi realizada por um questionário específico, o LSC-R e inclui diferentes tipos de maus-tratos. Encontrou-se uma chance mais alta de exposição frequente ao abuso físico no grupo de crianças diagnosticadas com TDACD. Também foi evidenciada uma relação de temporalidade entre o grupo dos TDACD e abuso físico (66,6%). Os meninos demonstraram índices significativamente mais elevados de abuso físico do que meninas. Sendo assim, os achados documentaram associação entre um diagnóstico do grupo dos TDACD em crianças e abuso físico na infância.

A violência contra a criança pode representar um fator de risco ao processo do seu desenvolvimento, trazendo graves consequências para a vítima, implicando problemas de ajuste ao seu meio, perturbação da noção de identidade e outros distúrbios de personalidade. Evidencia-se uma gradativa consciência de que os maus-tratos contra crianças trazem frequentemente consequências negativas significativas às vítimas, especialmente os maus-tratos físicos e sexuais, sendo um importante preditor de problemas comportamentais. Crianças que vivenciam a violência na relação com seus cuidadores, em sua maioria, apresentam uma história pessoal de problemas relacionados ao desenvolvimento do apego, bem como o comprometimento (ausência ou fragilidade) no estabelecimento dos vínculos (Godinho & Ramires, 2011).

Alguns artigos abordam a caracterização dos tipos de violência contra a criança. Costa, Carvalho, Santa Bárbara, Santos, Gomes & Sousa, (2007) estimou a prevalência das formas de violência contra crianças e adolescentes, registradas nos conselhos tutelares, e a associação dessas violências por faixas etárias das vítimas e vínculo com agressores, entre 2003-2004. Foram coletados dados dos prontuários e calculadas as prevalências e associação entre variáveis. Desta forma, totalizaram 1.293 registros de violência. As violências mais frequentes foram a negligência (727), por omissão de cuidados básicos (304) e abandono (259); a violência física (455), por espancamento (392), nas faixas de 2 a 13 anos; a violência psicológica (374), por amedrontamento (219); a violência sexual (68), por abuso (58), principalmente entre adolescentes. A principal forma de denúncia foi anônima, 398 (30,8%); os agressores para negligência foram os pais; para violência física, a madrasta e "outros agressores"; para violência sexual, o padrasto, "outros familiares/ agressores"; a violência psicológica foi prevalente entre todas as categorias de agressores. Os resultados apontam tanto para a necessidade de formação

de conselheiros, quanto para o registro adequado, assim como a implementação de políticas de prevenção da violência contra crianças e adolescentes.

Costa et. al. (2015) realizaram estudos semelhantes com abordagem qualitativa com profissionais da Estratégia Saúde da Família, com o objetivo de investigar suas concepções e práticas acerca da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista semiestruturada, realizada em Unidades Integradas de Saúde da Família em João Pessoa, Paraíba. A análise temática evidenciou que profissionais de saúde mostram-se inseguros e despreparados para lidar com a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, envolvendo dificuldades para identificar os maus-tratos, realizar a denúncia e acompanhar as vítimas. Destaca-se a importância do apoio da gestão em saúde para a proteção e a capacitação dos profissionais que lidam com casos de violência, a fim de viabilizar a identificação precoce, a notificação dos casos e o efetivo acompanhamento às vítimas e seus familiares.

Considerando os aspectos referentes às significações e estratégias de enfrentamento adotadas por pessoas envolvidas em episódios violentos, uma pesquisa realizada por Magalhães (2017) abordou as vivências e percepções dos adolescentes acerca da violência intrafamiliar. Os autores buscaram desvelar as significações de violência intrafamiliar vivenciada por estes adolescentes e identificar se os mesmos se reconhecem em tal situação. Os resultados apontaram que os adolescentes apresentaram uma infância e adolescência marcada pela presença da violência conjugal entre os pais e vivência de agressões físicas, humilhações, abandonos e negligências. Embora tal contexto e suas repercussões para a saúde, as(os) adolescentes não se reconhecem enquanto vítimas. Os autores afirmam que são necessárias ações de educação em saúde, no ambiente escolar e nos serviços de saúde, principalmente, no âmbito primário, no sentido de sensibilizar os profissionais para o reconhecimento, a prevenção e o enfrentamento da violência.

Complementando a temática da construção dos significados, Sell e Osterman (2015) realizaram um estudo que buscou descrever e analisar qualitativamente interações entre um conselheiro tutelar e duas crianças vítimas de violência sexual. Assumindo a necessidade de entender a violência sexual de forma mais interdisciplinar, pesquisas sobre o uso situado da fala e sobre as práticas narrativas com crianças podem contribuir para evitar o fenômeno da revitimização institucional. Como conclusão, os autores afirmam que os estudos que relacionam linguagem e violência sexual contribuem também para equacionar o dilema da necessidade de

construir narrativas reportáveis ao sistema judiciário sem retirar a agentividade da vítima em significar a sua experiência. Além disso, podem servir de insumo para os/as profissionais que acolhem narrativas de crianças vítimas.

A pesquisa realizada por Gabatz et. al. (2010) descreveu o significado de cuidado vivenciado em família por crianças abrigadas que sofreram violência intrafamiliar. Esta pesquisa foi desenvolvida em duas instituições que abrigam crianças e adolescentes vítimas de violência familiar no sul do Brasil, com quatro crianças entre 8 e 11 anos de idade. Como resultado, os autores identificaram que o significado atribuído pela criança acerca de cuidado, se desdobrou nos subtemas “Sentimento de amor e de carinho pelo familiar que cuidava” e “Os cuidados básicos de higiene como forma de cuidado”. Os autores recomendaram um trabalho preventivo, realizado junto às famílias, com foco em ações que propiciem o apego, o fortalecimento do vínculo mãe-filho e das relações familiares.

No que diz respeito as estratégias de enfrentamento, a rede de apoio apresenta-se como um recurso importante. A partir de uma pesquisa qualitativa, do tipo social estratégica, Carlos Pádua, Fernandes, Leitão & Ferriani (2017) buscou conhecer e analisar as redes de apoio a famílias envolvidas na violência contra crianças e adolescentes pela perspectiva de profissionais da atenção básica à saúde e de familiares em um município do interior do Estado de São Paulo. A coleta de dados foi realizada com 41 profissionais e 15 familiares selecionados por meio de Mapas da Rede Institucional ou Pessoal e entrevistas semiestruturadas. A análise dos dados envolveu organização das informações, formação de quadros referenciais e categorização. Desvelou-se a categoria “Tecendo a rede” com vivências familiares e dos profissionais centradas numa lógica de fragmentação do cuidado. Coloca-se a urgente necessidade da construção e/ou efetivação de políticas públicas direcionadas às famílias com o empoderamento do núcleo familiar e comunitário, bem como a realização de estudos com abordagens que respeitem a multidimensionalidade do fenômeno.

Sobre os fatores causais e de risco e as consequências da violência doméstica intrafamiliar, Bittar & Nakano (2011) realizaram uma pesquisa com a perspectiva de investigar os fatores causais e de risco. Ao identificar a mãe como principal agressora dos seus filhos, procurou correlacionar a vivência destas mulheres em contextos de álcool, drogas e violência com a agressão que cometiam contra seus filhos. Por fim, propunham, em síntese, que os contextos familiar e social em que estas mulheres viveram, durante seu desenvolvimento, reúnem fatores contribuintes para a manifestação destes atos de violência.

Antoni, Baroni & Koller (2007) realizaram uma pesquisa cujo objetivo era analisar os fatores de risco e proteção identificados em famílias com denúncia de violência parental. Foram identificados indicadores de risco relacionados aos: 1) papéis familiares; 2) patologias; 3) práticas educativas e 4) comportamentos agressivos. Os indicadores de proteção apontam para: 1) rede de apoio social e afetiva; 2) valorização das conquistas e 3) desejo de melhoria futura. Com base nos resultados, os autores afirmaram que os indicadores de risco são severos e diversificados, muitas vezes atuando de forma intensa no contexto familiar, favorecendo o surgimento da violência nas relações pais-filhos, ao mesmo tempo em que indicadores de proteção não estão suficientemente articulados para inibir tal ação.

Sobre as repercussões na vida adulta da violência intrafamiliar experienciada na infância, encontram-se a pesquisa realizada por Lira et. al. (2017) que objetivou compreender as repercussões do abuso sexual intrafamiliar na vida adulta de mulheres que foram vitimadas na infância. Os autores organizaram os resultados em três categorias: convivência familiar após a revelação do abuso sexual; vida cotidiana de meninas em vivência de abuso sexual; e as repercussões do abuso sexual na vida adulta de mulheres abusadas sexualmente na infância. As principais repercussões do abuso sexual na vida adulta das participantes foram descritas como: dificuldades no convívio familiar, exposição à gravidez, conduta hipersexualizada, prostituição, contradição entre gênero e sexo, dificuldades para ter orgasmo, uso de drogas, baixa autoestima, depressão, comportamento autodestrutivo, ideias suicidas e homicidas.

De acordo com Broad & Wheeler (2006) experienciar a violência sexual pode levar a danos como autoestima baixa, dificuldade de manter vínculos afetivos, isolamento, agressividade, falta de confiança, dor emocional e ressentimento. Além disso, pode perpetuar o círculo vicioso, existindo a possibilidade de o agredido tornar-se o agressor, entretanto esta não é uma regra. Portanto, parece evidente que experiências adversas na infância surgem como fortes indicadores de problemas emocionais e físicos na vida adulta.

Moura (2015) desenvolveu um estudo qualitativo com o objetivo de compreender o processo de significação e ressignificação de adultos que sofreram violência intrafamiliar doméstica no período da infância e ou adolescência ao longo da vida. Participaram desta pesquisa dois adultos (um homem e uma mulher) que sofreram violência doméstica intrafamiliar na infância e na adolescência. Com base na Psicologia Histórico Cultural, sob a perspectiva de Jerome Bruner, foram utilizados especialmente os seguintes conceitos na análise e discussão dos dados: significação, ressignificação, canônico, ruptura do canônico e

constituição do si-mesmo. A autora destaca que as significações acerca da violência experienciada na infância e/ou adolescência passam por importantes ressignificações ao longo do tempo e no curso da vida, estando sempre relacionadas às condições de vida dos participantes. Também foi destacada a possibilidade de superação dos danos psicológicos relacionados à violência, desfazendo-se a condição “imutável” dos mesmos.

Por fim, com referência a pessoas que foram vítimas de violência intrafamiliar na infância e a experiência da parentalidade, Bérghamo & Bazon (2011) realizaram uma pesquisa para verificar a transmissão geracional da violência intrafamiliar, com foco principal no abuso físico, investigando variáveis relacionadas às práticas educativas e de cuidados recebidas na infância e à qualidade de relacionamento com os filhos. Para tanto, foram formados dois grupos: um composto por cuidadores notificados pela prática da violência aos Conselhos Tutelares (G1) e outro sem histórico de violência contra os filhos (G2). Como resultado, um percentual significativamente maior do G1 avaliou ter sofrido punição física na infância de forma mais grave e mais frequente que do G2. Ademais, os participantes do G1 avaliaram sua relação com os responsáveis e o ambiente familiar no qual foram criados de modo mais negativo que os do G2.

Tendo por referencial a Teoria da Aprendizagem Social e a Teoria do Apego, os autores afirmaram que em acordo com a Teoria da Aprendizagem Social, preconiza-se que os comportamentos são aprendidos por observação e imitação daqueles apresentados por modelos e que, dessa forma, os indivíduos que são submetidos a maus-tratos na infância aprendem comportamentos característicos da interação abusiva e tendem a utilizá-los quando se tornam cuidadores. Segundo a Teoria do Apego, as expectativas sobre as relações interpessoais e a própria capacidade de responder adequadamente a essas relações têm base nas primeiras experiências interativas, sendo que, no caso de indivíduos maltratados na infância, a representação interna dessas interações ficaria fragilizada, dificultando a constituição de relações interpessoais satisfatórias no futuro (Bérghamo e Bazon, 2011).

Rodrigues & Chalhub (2014) desenvolveram uma pesquisa bibliográfica relacionando a vivência da violência intrafamiliar na infância e a experiência da paternidade. O objetivo era analisar, em bases de dados, a experiência de paternidade de homens oriundos de ambientes familiares violentos, buscando conhecer a relação entre a vivência de violência na família de origem e a experiência da paternidade na família atual. Os autores relataram ser possível identificar que a violência intrafamiliar vivenciada na infância influencia na experiência da

paternidade. No entanto, essa influência não determina a manutenção dos padrões relacionais disfuncionais da família de origem.

De acordo com a pesquisa bibliográfica dos autores supracitados, foi possível identificar que a vivência de violência na família de origem pode representar um fator de risco para a ocorrência de violência intrafamiliar quando da experiência de parentalidade, ou seja, pode haver uma possibilidade de manutenção dos padrões disfuncionais da família de origem. Entretanto, a reprodução do padrão violento não é uma regra, já que existem os fatores de proteção individuais, relacionais e sociais que contribuem para que haja modificações no padrão interacional baseado na violência.

Com base neste panorama da literatura sobre violência intrafamiliar infantil, pode-se que a experiência da parentalidade passa por processos que evidenciam mudanças em seu significado. Constatou-se uma lacuna nas produções científicas que abordam a experiência da parentalidade das pessoas que foram vítimas de violência intrafamiliar na infância ou adolescência, a partir do seu processo de significações. Embora os estudos apontem danos desenvolvimentais para as pessoas que vivenciam, durante a infância, a violência intrafamiliar, não há clareza a respeito de sua atuação na construção do processo de parentalidade dessas pessoas, durante a adultez.

Diante do que foi exposto, a violência intrafamiliar, qualquer que seja o tipo, deixa marcas no desenvolvimento de quem a vivência, direta ou indiretamente. Contudo, do ponto de vista psicológico, as marcas desta vivência podem ressurgir quando o indivíduo se depara com uma nova experiência: a parentalidade.

2. Fundamentação Teórica

A fundamentação teórica será orientada pela abordagem da Psicologia Cultural Semiótica, com destaque para definição de cultura e a construção cultural dos significados. Para tanto, serão explorados os principais conceitos que integram o arcabouço teórico deste estudo tais como: cultura, signo e mediação semiótica, internalização e externalização, signo promotor, signo hipergeneralizado, cultura pessoal e cultura coletiva.

2.1 Psicologia Cultural Semiótica

O referencial teórico adotado para este estudo foi o da Psicologia Cultural Semiótica, abordando especificamente os alguns dos seus conceitos para o entendimento dos processos psicológicos envolvidos nas transições desenvolvimentais e da natureza semiótica e dialógica das experiências humanas. Tal referencial torna-se relevante por enfatizar os significados atribuídos às experiências de vida, a maneira como elaboram eventos e a assimilação de elementos culturais, possibilitando a compreensão sobre como pessoas que vivenciaram a violência nas suas famílias de origem constroem os significados sobre a experiência da parentalidade.

Para Valsiner (2012) o termo cultura implica necessariamente em uma transformação qualitativa no desenvolvimento e no curso natural das coisas, assumindo a forma de um progresso orientado para uma meta e modificando os recursos naturais e o significado dos objetos. Sendo assim, tudo o que é da ordem sociocultural interfere e mobiliza, de modo decisivo, a construção das rotas de desenvolvimento de cada indivíduo (Branco & Valsiner, 2012). De acordo com Valsiner (2012), a cultura não deve ser retratada como uma entidade externa ao funcionamento intrapsicológico dos humanos, mas sim como funcionando dentro do sistema psicológico dos sujeitos nas dimensões interpessoal (sentir, pensar, agir) quanto interpessoais (conduta em relação aos outros seres humanos).

A idéia cotidiana de cultura oferece rótulos gerais que refletem uma economia cognitiva sobre a mesma, podendo ser legitimamente questionada. A forma de retratar a relação “pessoa e cultura” de acordo com a Psicologia Cultural consistem em operar com noções inerentemente

sistêmicas, retratando esta relação através da proposta de que a cultura pertence a pessoa como um organizador inerente aos sistemas psicológicos individuais, desempenhando um papel funcional dentro deles. As ferramentas culturais são trazidas para os mundos psicológicos subjetivos, onde ainda que culturalmente guiadas, transformam a subjetividade, retratando a idéia de que a cultura transforma a pessoa individualmente (Valsiner, 2012).

Sendo assim, a Psicologia Cultural considera a cultura como integrante dos processos psicológicos individuais, sendo entendida como um processo intrinsecamente psicológico do que como uma entidade externa ao indivíduo. Com o objetivo de evidenciar o lado pessoal das experiências vividas dentro da cultura conforme os próprios pensamentos e sentimentos, a Psicologia Cultural Semiótica opera com noções de cultura que são inerentemente sistêmicas, trazendo sentido para fenômenos psicológicos complexos. Sendo assim, a cultura pertencente funcionalmente ao sistema psicológico individual. O pertencimento e a participação social da pessoa fornecem material para o sistema psicológico dentro do qual a cultura está situada como uma ferramenta semiótica capaz de orientar os modos pelas quais ela sente, pensa e se articula (Valsiner, 2012).

Bruner (1997) afirma que a cultura molda a vida e as mentes humanas dando significado à ação e situa seus estados intencionais subjacentes (crenças, desejos e significados) em um sistema interpretativo. Podendo ser definida como um conjunto de ferramentas que possibilitam o indivíduo compreender o mundo e lidar com ele.

Ao considerar o desenvolvimento humano como processo multidimensional (psicológico, cultural, histórico, social e temporal) e sistêmico aberto no qual a novidade está constantemente em processo de ser criada, a Psicologia Cultural defende um modelo onde o sujeito internaliza de maneira ativa os elementos culturais a partir de uma dinâmica bidirecional, por meio de uma construção conjunta, no qual todos os participantes são transformados ativamente pelas mensagens culturais. Desta forma, aspectos da cultura pessoal (significações pessoais do sujeito) e da cultura coletiva (elementos culturalmente partilhados) vão se mesclar, dando origem a novas configurações subjetivas e coletivas. A mediação semiótica causa e possibilita essa aproximação e distanciamento concomitante entre sujeito e cultura. (Neves-Pereira & Branco, 2015; Valsiner, 2012). Sobre a cultura como um dispositivo de distanciamento psicológico, Valsiner (2012) afirma:

Distanciamento psicológico inclui sempre o contexto no qual a pessoa está e em relação a qual contexto o distanciamento acontece (...) A pessoa cria uma distância por meio da mediação semiótica, em relação ao contexto no aqui-e-agora. Esse processo toma a

forma de: “Reflico sobre este contexto do qual sou parte”. Essa reflexão que é cognitiva e afetiva ao mesmo tempo, permite que o sistema psicológico considere contextos do passado, imagine contextos no futuro e assuma a perspectiva de outras pessoas (sob a forma de empatia) (Valsiner, 2012 p. 32).

Por sua capacidade e propensão para a criação e utilização dos recursos semióticos, os seres humanos podem se distanciar de seus contextos de vida imediato. A pessoa se torna simultaneamente um ator que está imerso em dado contexto e um agente reflexivo que está distanciado do cenário no qual está imerso. Esta dualidade transcende as demandas adaptativas do contexto no aqui e agora, guiando o desenvolvimento em direção a uma crescente autonomia. Como um agente reflexivo (reflexão que é ao mesmo tempo cognitiva e afetiva) que distancia-se do cenário no qual está imerso. Essa reflexão, permite que o sistema psicológico considere contextos do passado, imagine contextos no futuro, assim como assuma a perspectiva de outras pessoas (Valsiner, 2012).

Desta forma, a cultura e o psiquismo são fenômenos mutuamente constituídos e influenciados através de mecanismos psicológicos intrapessoais (como pensamos, agimos no mundo e o percebemos) e interpessoais (a forma como nos relacionamos com outros sujeitos no mundo), traduzidos no dinamismo das relações sujeito-ambiente e compreendendo este processo de interação e interdependência da seguinte forma: atuamos na cultura e ao mesmo tempo somos influenciados por ela (Valsiner, 2007).

Segundo Valsiner (2007, 2012), o desenvolvimento é um fenômeno sistêmico aberto ao surgimento da novidade. De acordo com esta abordagem, o desenvolvimento humano centra-se em propor o diálogo e a mútua constituição entre cultura e sujeito, reconhecendo-se a singularidade dos indivíduos e seu caráter histórico-cultural. Da relação sujeito-contexto, proposta nesta perspectiva, se origina a compreensão dos processos de desenvolvimento, sendo essa *“uma abordagem afirma que não apenas sujeito e contextos são históricos e culturais, mas também argumenta que qualquer fenômeno humano e social é fundamentado na história e na cultura, o que exige sua ampla contextualização”* (Roncancio-Moreno, 2015 p. 05).

A dinâmica dos processos desenvolvimentais, de acordo com a Psicologia Cultural, relaciona-se com imprevisibilidade do fenômeno. O sujeito se desenvolve em um processo de construção conjunta de suas estruturas psicológicas em parceria com os "outros sociais", orientando-o para determinadas metas (Neves-Pereira & Branco, 2015; Valsiner, 2012). Enfatiza-se o caráter co-construtivista dos processos psicológicos, que propõe a participação

ativa do sujeito na construção do seu desenvolvimento e na existência mecanismos de canalização cultural. Assim, indivíduo e cultura estão em permanente co-construção através do uso de diferentes mecanismos de desenvolvimento ao longo da trajetória de vida.

Assim, a abordagem considera a existência de uma dinâmica co-constitutiva bidirecional entre indivíduo e o contexto cultural caracterizada por contínuas transformações. O sujeito recebe mensagens dos outros e as modifica incorporando sentidos e significados do meio no qual está se desenvolvendo (Valsiner, 2007, 2012). Desta forma, o desenvolvimento é um resultado das potencialidades interventivas do sujeito, uma vez que o mesmo age ativamente sobre a realidade e cria mecanismos de transformação para enfrentar os desafios próprios de seu curso de vida.

O ser humano apresenta, também, a capacidade para a criação e uso de signos. e a cultura como aqui é concebida, se sustenta por uma base semiótica. Assim, a cultura funciona como inerente ao sistema intrapsicológico do sujeito, organizando-o e dando origem às concepções de cultura coletiva (compartilhada socialmente) e pessoal (específica do sujeito) propostas. Desta forma, a perspectiva semiótico-cultural construtivista estuda os processos de significação (caracterizados pela unidade entre afeto-linguagem-cognição) mutuamente construídos na trajetória de vida dos sujeitos (Roncancio-Moreno, 2015).

De acordo com o conceito de mediação semiótica, os signos são de origem social e regulam a atividade própria e dos outros, são meios artificiais introduzidos pelas pessoas (com função de auto estimulação) e se constituem como mediadores na relação humanas (Roncancio-Moreno, 2015). O processo de construção de significados é gerado pela produção e uso de signos que representam algo no contexto do aqui-e-agora e, orienta em direção a um futuro potencialmente imediato.

Partindo da dinâmica de construção de sentidos organizados de forma hierárquica, Valsiner (2004) propõe que alguns signos que operam em níveis superiores de hierarquização podem atuar como meta-signos capazes de regular e organizar as relações entre signos que operam em níveis inferiores de simbolização da experiência. Desta forma, diante de tal conjuntura os signos podem se tornar promotores ou inibidores visando a adaptação entre a pessoa e o ambiente (Valsiner, 2004, 2012). Para Valsiner (2012) os signos podem ser considerados promotores quando são capazes de transformar a hierarquia semiótica criando alternativas possíveis de futuro. Corroborando esse conceito, Mattos (2013) descreve:

Nesse sentido, é possível pensar que o signo promotor facilita a manutenção de uma estabilidade relativamente flexível da cultura pessoal, fazendo com que esta permaneça aberta a possíveis transformações quando novas circunstâncias se apresentam no contexto em que a pessoa transita. Ele atua no sentido de integrar diferentes níveis hierárquicos de simbolização por meio da criação de sentidos cada vez mais amplos e abrangentes na cultura pessoal (Mattos, 2013 p. 52).

Valsiner (2004) também ressalta, que um signo se torna promotor porque é internalizado na forma de sentimentos que são desenvolvidos por uma série de eventos simbólicos que se repetem ao longo da vida, sendo atualizados em novas experiências semelhantes. Os signos promotores conformam um campo afetivo semiótico que orienta a relação da pessoa com o ambiente. O autor afirma, que um signo se torna promotor porque é internalizado na forma de sentimentos que são desenvolvidos por uma série de eventos simbólicos que se repetem ao longo da vida, constituindo campos afetivos semióticos (Valsiner, 2004, 2007, 2012).

Signos hipergeneralizados – dispositivos semióticos presentes na cultura coletiva, sendo repetidamente disseminados e repetidos através das práticas socioculturais cotidianas (Valsiner, 2007, 2012) – também apresentam potencial para atuar como promotores, orientando o desenvolvimento.

Os processos de mediação semiótica constituem a centralidade da experiência humana (Valsiner, 2006, 2007, 2009) e implica a pessoa como agente ativo na construção de um conjunto de significações pessoais – cultura pessoal – que regulam os pensamentos, sentimentos e ações da pessoa em seu contexto. Segundo esta perspectiva, vivemos em um campo semiótico no qual os signos são criados, organizados e utilizados como meio de interconectar e dar sentido ao mundo e as experiências subjetivas (Valsiner, 2001). Esta abordagem orienta-se para a emergência do novo por meio da utilização de recursos semióticos e a construção dos significados, debruçando-se sobre o estudo dos processos psicológicos relacionados aos signos e à função que estes exercem no psiquismo e no comportamento humano (Valsiner, 2012).

Desta forma, as pessoas passam a se relacionar com seus mundos sociais em um processo de mútua constituição dos mesmos. O referido autor enfatiza “*a natureza dinâmica e processual do funcionamento da cultura dentro dos processos psicológicos humanos – tanto intrapessoais (pensar, sentir, agir) como interpessoais (conduta em relação a outros seres humanos)*” (Valsiner, 2007, p. 20).

A mediação semiótica também apresenta a função de estabelecer relação entre o que já aconteceu (passado), o aqui e agora e o futuro. Assim, a capacidade de criar signos possibilita ao ser humano, enquanto sujeito ativo, transitar entre passado-presente e futuro, apresentando atos reflexivos sobre as situações vivenciadas contexto no qual está inserido e sobre as que estão por vir (contextos imaginados). Neste modelo, a relação bidirecional de transformação ativa das mensagens culturais, conduz a uma reconstrução dessas mensagens, implicando na transformação da cultura e no discurso social por seus participantes, decompondo e recompondo as mensagens comunicativas (Valsiner, 2012).

De acordo com Valsiner (2007; 2012) os seres humanos estão envolvidos em construções e reconstruções subjetivas através dos processos de internalização e externalização. Para esse autor, a ocorrência desse processo (internalização/externalização) acompanha inovações em relacionadas ao material semiótico antecedente. No curso das experiências, o material semiótico externo é analisado e “negociado” com pauta na estrutura semiótica da cultura pessoal do sujeito e uma nova síntese dos seus conteúdos é formada, originária desta negociação particular que viabiliza a análise e a síntese no âmbito intrapsicológico (internalização). De forma complementar, ocorre o processo de externalização, no qual os conteúdos pessoais-culturais já internalizados são externalizados, transpondo ao ambiente uma nova síntese de material semiótico, acarretando as transformações que sua expressão provoca no ambiente.

Os processos de construção de significados gerados a partir da dinamicidade do processo de internalização/externalização nos permitem compreender a genuinidade das relações que estabelecemos com o mundo sociocultural (Valsiner, 2006). De acordo com a Psicologia Cultural Semiótica o processo de internalização encontra-se diretamente envolvido na construção da cultura pessoal sob a orientação da canalização cultural respaldada pelas sugestões da cultura coletiva. A cultura coletiva engloba os significados compartilhados, as normas sociais, os valores culturais e as práticas da vida cotidiana que são permanentemente negociados.

Na perspectiva da Psicologia Cultural Semiótica, as transformações das mensagens culturais ocorrem em tempo real gerando uma dimensão desenvolvimental da própria cultura (cultura pessoal) articulada com o desenvolvimento da pessoa, caracterizando o fenômeno psicológico como processo.

Os dispositivos semióticos construídos pelo sujeito em sua trajetória ontogenética funcionam como reguladores de sua experiência no aqui e agora (dimensão microgenética) configurando, em médio e longo prazo, uma bagagem semiótica que o sujeito carregará e transformará, simultaneamente, ao longo de seu curso de vida (nas relações mesogenéticas e contexto macrogenético). Os signos operam regulando e criando campos limitadores e facilitadores da experiência humana, permitindo ao sujeito agir, pensar, sentir e criar em diferentes níveis de simbolização e de experiência (Neves-Pereira e Branco, 2015; Valsiner, 2012).

Segundo Valsiner (2007), pode-se distinguir entre a cultura pessoal e a cultura coletiva. A cultura pessoal é compreendida como os significados pessoais subjetivamente construídos, o sistema de sentido pessoal. Este sistema é interdependente do domínio dos processos comunicativos mediados por signos interpessoais – isto é, interdependente da cultura coletiva – mas não determinada por este. A cultura coletiva, por sua vez, compreende a multiplicidade de mensagens comunicativas mediadas por signos interpessoais, ou seja, consiste em um “conjunto de produções e significados compartilhados socialmente construídos e continuamente negociados nos processos interativos entre os seres humanos (Valsiner, 2012).

Desta forma, tanto a cultura pessoal como a coletiva são constantemente co-construídas nos contextos das interações humanas, relacionando-se de modo dialético e contínuo e permitindo a emergência da construção de significados. O indivíduo, deste modo, é atravessado pela história e pela cultura, é parte do todo, de acordo com a lógica da separação inclusiva – ou seja, difere estruturalmente do contexto sociocultural, mas mantém com ele uma interdependência sistêmica: “*a pessoa é distinta do contexto ao mesmo tempo em que é parte dele*” (Valsiner, 2007, p. 132). A cultura coletiva participa da construção da cultura pessoal, ambas relacionam-se de modo dialético e contínuo que subsequentemente modifica o contexto através do processo de internalização e externalização. (Valsiner, 2012).

É através da relação entre a cultura pessoal e os processos interpessoais mediados pelos signos que ocorre a construção do self. Indivíduos que fazem parte de um mesmo contexto cultural não se desenvolvem de maneiras iguais, pois, apesar de serem interdependentes, a cultura pessoal não é determinada pela cultura coletiva (Valsiner, 2012). E, sob a responsabilidade desses mecanismos, as mensagens sociais são recebidas e reelaboradas de forma singular (Valsiner, 2005). É com base nesse complexo semiótico que a cultura pessoal é

construída conformando um conjunto idiossincrático subjetivamente construído que engloba suas partes externalizadas que compõem a cultura coletiva (Valsiner, 2005; 2007; 2012).

Valsiner (1994) afirma que uma visão contextual do desenvolvimento caracteriza-se por: (a) uma evolução de modelos descritivos para modelos mais explanatórios de contexto, enfatizando *eventos* relevantes para o desenvolvimento em diferentes pontos do tempo, e os *processos* potencialmente envolvidos nas relações contexto-indivíduo e indivíduo-contexto; (b) uma crescente agenciamento do contexto social, constatando-se que contextos consistem amplamente de outros indivíduos, que têm perspectivas diferenciadas (c) um acentuado interesse na modelação recíproca entre indivíduos e ambientes, enfatizando a ação dos indivíduos sobre contextos (processos de seleção, iniciação, esquiva, interação, percepção seletiva e interpretação).

No que tange a experiência da parentalidade, Valsiner (2012) afirma que as relações familiares pautam-se no princípio da reciprocidade. Assim, na transmissão do conhecimento intergeracional, mensagens são reunidas de forma a canalizar ou orientar desenvolvimento dos mais jovens que passam a analisar ativamente tais mensagens e as reelaboram sob formas pessoalmente novas, evidenciando o papel ativo dos sujeitos ativos na internalização da transmissão intergeracional.

Destaca também o papel dos processos de canalização cultural no desenvolvimento do sujeito. A canalização cultural encontra-se sob a égide dos processos de internalização/externalização, evidenciando o papel ativo do sujeito enquanto reeditor das sugestões culturais. Também pode ser considerada como um dos fundamentos da análise das vivências dos indivíduos nos diferentes contextos, fornecendo informações sobre a origem e o desenvolvimento sobre as crenças e valores de pessoas e grupos (Valério, 2013).

Valsiner, Branco e Dantas (1997) corroboram a bidirecionalidade das mensagens culturais das gerações de adultos para as gerações seguintes. A partir de tais considerações, os autores afirmam o papel conjunto e ativo de pais na comunicação de mensagens culturais aos filhos que passam a construir um novo conhecimento cultural através do processo de internalização/externalização, transformando o sistema cultural. Desta forma e considerando as peculiaridades de seus respectivos papéis, pais e filhos são construtores ativos da cultura.

Ao pensar a parentalidade sob a perspectiva deste autor, há de se considerar este é um processo que requer reconciliações as entre experiências passadas e com as expectativas futuras,

propiciando nexos aos acontecimentos que a caracterizam e agregando-a ao curso de vida do sujeito. O ato de narrar é que dá coesão às nossas experiências, promove a conexão entre eventos passados, presentes e futuros. Ramires (1997) considera que existe um desejo de reparação e resgate, na relação com os filhos/filhas, da vivência com os próprios pais, havendo o propósito de identificar-se com as qualidades e reformular os defeitos, que também servem como pontos de referência, mas para serem superados. Sendo assim, as relações originárias no sistema familiar de origem podem ser fontes de recursos acessados pelos sujeitos para construir significados acerca da parentalidade.

A experiência da parentalidade é influenciada por discursos sociais e características individuais. Tais experiências são construídas na interação com o outro e moldadas por conhecimentos que representam as práticas socialmente legitimadas dentro de uma cultura. Esta legitimidade se dá a partir da relação que as pessoas criam com determinado conhecimento já fundamentalizado e corroborado culturalmente sobre este tema. E neste sentido, esses discursos funcionam como geradores de um conjunto de signos e recursos simbólicos que vão orientar a trajetória individual.

Valsiner (2007) corrobora com tal perspectiva ao afirmar que a construção de significados, a relação intercambial entre o indivíduo e a cultura, possibilita ao sujeito transformar criativamente o mundo ao seu redor. A possibilidade de não repetição de padrões familiares disfuncionais reflete uma apropriação do que é oferecido pelo contexto, mas também reforça a concepção de que o sujeito é autônomo para aceitá-los, elaborá-los ou transformá-los. Desta forma, seu interesse é de tomar a experiência vivida, destacando a complexidade de elementos que estão envolvidos no desenvolvimento psicológico, através da construção de significados.

De acordo com Valsiner (2007), a dimensão temporal impõe ao presente a necessidade de enfrentar a irreversibilidade do passado e a imprevisibilidade do futuro. Reitera que o ato de narrar que dá coesão às nossas experiências, promovendo a conexão entre eventos passados, presentes e futuros, ou seja, a relação entre o passado e o futuro ocorre no presente, uma vez que o futuro é incerto e o passado é reconstruído à medida em que enfrentamos tais incertezas, contrapondo a concepção de um mundo subjetivo relativamente estável.

A parentalidade inscrita enquanto um processo admite seu caráter irreversível e inacabado, apresenta discursos sociais que operam como orientadores e organizadores de suas práticas, conferindo coerência e organização e mobilizando incertezas entre o que já se

desenvolveu e o que se desenvolverá no momento seguinte. No processo desenvolvimento humano, novos significados são construídos através da emergência de signos para ajudar o indivíduo adaptar-se ao presente enquanto lida com as inúmeras possibilidades (incerteza) do futuro.

Frente a experiência parental aspectos simbólicos do passado são constantemente negociados no presente configurando um campo para exploração de processos de semióticos. O fenômeno de parentalidade contempla histórias e experiências pessoais de cada genitor e a capacidade da pessoa de refletir e criar novas estratégias para se posicionar diante desta nova realidade que se apresenta. Sendo assim, a parentalidade em seu processo, convida o sujeito a reorganizar-se subjetivamente frente às singularidades experienciadas (Lebovici, 2004; Moro, 2005).

Considerando que na experiência da parentalidade, há interação com outras pessoas, contextos, eventos e com modelos parentais percebidos na própria família de origem, torna-se possível compreender como os pais interagem com o ambiente, com os outros indivíduos e com seu próprio *self*, construindo dessa forma o papel de ser pai e/ou mãe. Esta perspectiva revela a parentalidade como um fenômeno desenvolvimental, processual, afetado diretamente pelas mudanças históricas, sociais e culturais que também atravessam a concepção de família. Tal consideração permite afirmar que este é um fenômeno de natureza interacional e multideterminado.

3. Delineamento Metodológico

Considerando que as práticas parentais vivenciadas ao longo da sua trajetória como filho ou filha, e que o contato com pessoas significativas contribui para a construção de suas próprias práticas de parentalidade a serem adotadas quando se torna pai ou mãe, julgou-se importante compreender que significados são dados a essa construção quando a violência se faz presente no contexto familiar de origem (Lebovici, 2004; Ramires, 1997; Solis-Ponton, 2004; Zorning, 2010; Rodrigues e Chalhub, 2014).

Sendo assim, pergunta-se: em um contexto familiar no qual a violência se fez presente, quais os significados atribuídos à experiência de filialidade? Como as vozes de pessoas significativas, pertencentes ao contexto familiar (em especial, os genitores) contribuem para a construção da parentalidade? E, quais os significados atribuídos à experiência parental quando se foi vítima de um contexto familiar no qual a violência se fez presente?

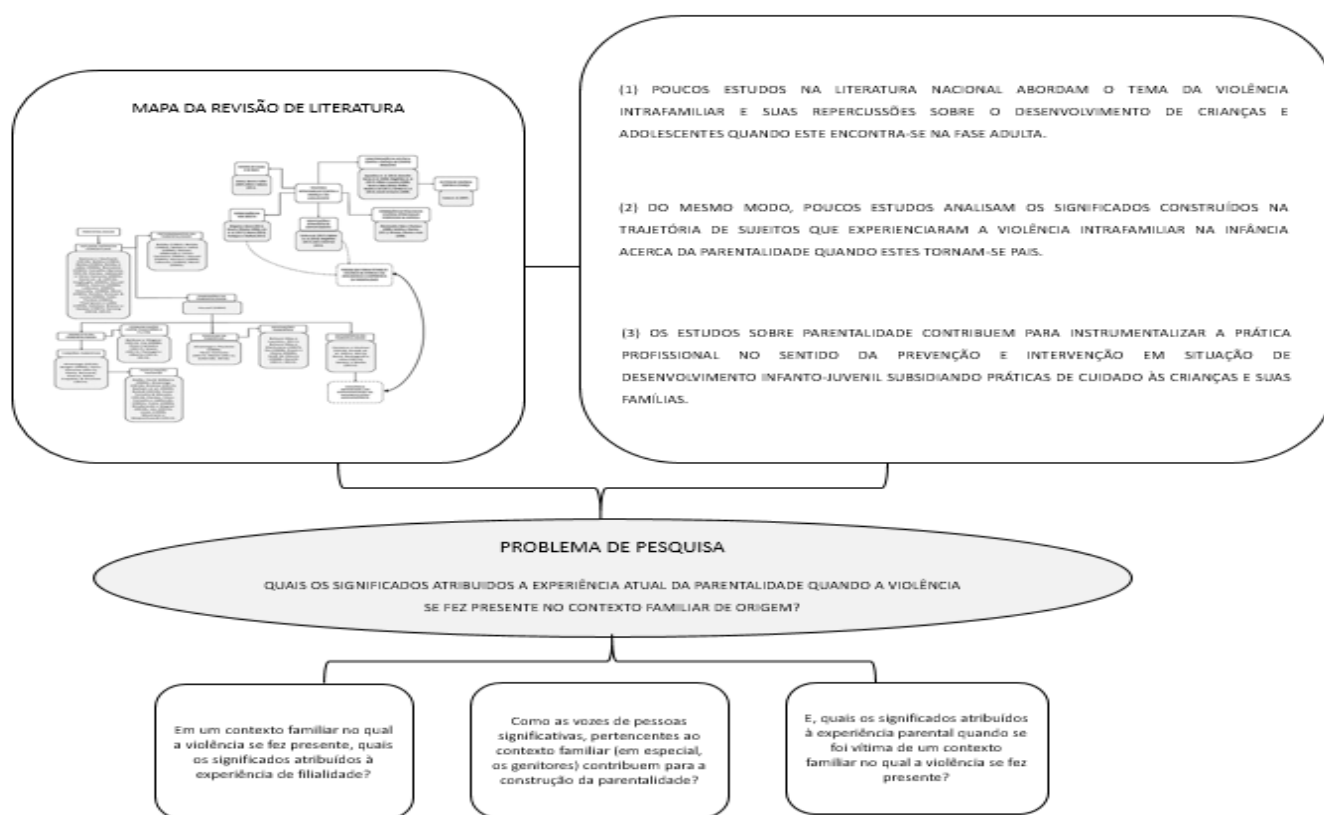


Figura 8. Delineamento do problema de pesquisa.

Nota: adaptado de Bastos, 2019.

3.1 Objetivos

3.1.1 Objetivo geral

O objetivo geral deste estudo consiste em compreender as significações da parentalidade construídas pelos sujeitos que experienciaram a violência intrafamiliar perpetradas por seus pais na infância e/ou adolescência.

3.1.2 Objetivos específicos

1. Analisar os modos como a experiência de violência perpetrada pelos pais na infância se relacionam com as significações sobre filialidade.
2. Analisar as significações que os participantes constroem sobre suas experiências de parentalidade.

3.2 Métodos

De forma congruente com os objetivos da pesquisa, adota-se uma abordagem qualitativa em que, com o uso da narrativa dos sujeitos, elege o estudo de caso. Esta escolha tem como pressuposto o fato de que as abordagens qualitativas privilegiam os significados, logo, tornam-se mais adequadas para estudos voltados para os modos através dos quais as transições desenvolvimentais são semioticamente reguladas (Lieblich, Tuval-Mashiach & Zilber, 1998).

Para Yin (2001), o estudo de caso busca preservar os aspectos integrais e significativos de um fato específico, inserido no contexto da vida real. Tal delineamento caracteriza-se pela análise em profundidade dos casos criteriosamente selecionados, típicos de um conjunto mais amplo do qual se tornam os representantes, fornecendo uma compreensão detalhada do problema sob investigação.

A pesquisa narrativa, pode ser entendida como aquela que utiliza e analisa eventos com base nos relatos verbais de histórias apresentadas pelos narradores sobre suas vidas e realidades experienciadas. Estrutura-se na intencionalidade de compreender e interpretar as dimensões pessoais, salvaguardando a expressão da individualidade dos sujeitos na seleção, edição e interpretação dos fatos lembrados, privilegiando a sua própria perspectiva e permitindo, assim, a emergência de significados individuais e culturais (Lieblich, Tuval-Mashiach & Zilber, 1998).

Sobre a narrativa, Jovchelovitch e Bauer (2002) afirmam que:

Através da narrativa, as pessoas lembram o que aconteceu, colocam a experiência em uma sequência, encontram possíveis explicações para isso, e jogam com a cadeia de acontecimentos que constroem a vida individual e social. [...] Comunidades, grupos sociais e subculturas contam histórias com palavras e sentidos que são específicos à sua experiência e ao seu modo de vida. O léxico do grupo social constitui sua perspectiva de mundo, e assume-se que as narrativas preservam perspectivas particulares de uma forma mais autêntica (p. 91).

Estes mesmos autores sublinham ainda que existem dois aspectos centrais nas narrativas: o enredo, que dá coerência e sentido à narrativa, e a seleção de acontecimentos que são escolhidos pelo narrador: “Deste modo, compreender uma narrativa não é apenas seguir a sequência cronológica dos acontecimentos que são apresentados pelo contador de histórias; é também reconhecer sua dimensão não cronológica, expressa pelas funções e sentidos do enredo” (Jovchelovitch & Bauer, 2002, p. 93).

Desta forma, a narrativa torna-se um instrumento de produção de significados à medida que fornece um enquadre interpretativo, passível de significação. Narrar e significar começa com o uso da linguagem e esta se torna uma ferramenta semiótica no sistema intrapsicológico e orienta os modos pelos quais a pessoa pensa, sente e articula sua fala. Ou seja, a linguagem, neste âmbito, permite ao narrador construir parcialmente a si próprio no ato do discurso.

3.3 Contextos de seleção dos participantes: o projeto Brincando em Família

O “Brincando em Família” é um projeto de extensão do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia que funciona, desde 2010, em uma Biblioteca estadual de Salvador. Integra atividades de extensão, pesquisa e ensino, oferecendo atendimento psicológico em grupo a partir do brincar, promovendo cuidado simultâneo em saúde mental

para as crianças e suas famílias. A Psicanálise apresenta-se como referencial teórico e orientador das práticas. Inserido na rede de serviços de atenção psicossocial, o Projeto recebe encaminhamentos de diversos setores (educação, assistência social, atenção básica), contribuindo de maneira expressiva para uma rede de atenção psicossocial que ainda se mostra incipiente. Torna-se relevante a realização da pesquisa com sujeitos que frequentam o projeto, pois este é um contexto que promove reflexões voltadas para a parentalidade.

A proposta é que o atendimento às crianças aconteça coletivamente, envolvendo os acolhedores (profissionais atuantes no projeto) e também as famílias, de modo que crianças e adultos possam interagir e se comunicar de forma livre. As sessões acontecem em uma sala ampla, onde brinquedos, jogos e materiais gráficos estão à disposição e os participantes podem escolher o modo de estar no espaço (Bustamante & Santos, 2015; Rangel, Bustamante & Silva, 2015).

A principal regra do Projeto é que as crianças devem estar acompanhadas por um cuidador adulto. O funcionamento é explicado para os participantes e a equipe solicita ao acompanhante alguns dados das crianças, como o nome dela e do cuidador, grau de parentesco, data de nascimento, dentre outros. Como também é um espaço de pesquisa, os participantes são convidados a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para que os seus dados possam ser utilizados em trabalhos acadêmicos.

A teoria psicanalítica, pautada nas contribuições de Winnicott e na perspectiva de Holmes sobre a acolhida, apresenta-se como um suporte teórico e técnico demonstrando que a acolhida a crianças e suas famílias – envolvendo a oferta de um espaço para brincar e a presença atenta da equipe – propicia avanços terapêuticos e ao mesmo tempo fortalece a autonomia dos sujeitos (Holmes, 2012).

Na perspectiva teórica de Winnicott, a criança e sua ligação com o ambiente encontram-se em destaque e a subjetividade se constrói nesta relação. Em sua teoria, Winnicott compreende o desenvolvimento humano a partir de uma propensão inata para o amadurecimento e destacando a função materna e paterna como parte do ambiente que favorece essa tendência.

O estudo desenvolvido por Holmes (2012) é uma referência importante para Brincando em Família. O autor descreve o método da acolhida como o eixo central do atendimento em grupo com crianças e seus familiares, desdobrando-se em quatro elementos: aceitação, conexão, brincadeira e empoderamento.

As intervenções são centradas no empoderamento dos pais, tornando-os mais seguros e capazes de refletir sobre a relação que existe entre as dificuldades de seus filhos e a sua própria história de vida. As intervenções são adaptadas ao diferente enquadre que é estabelecido, pois a presença conjunta de crianças e pais exige que haja sutileza e manejo, possibilitando o apoio a ambas as partes. A aceitação torna-se necessária para que o sujeito seja pensado na sua singularidade, uma vez que o julgamento apresenta um efeito devastador para a criança e para a família. (Bustamante & Santos, 2015; Rangel, Bustamante & Silva, 2015).

Desta forma, intervenções são realizadas no sentido de encorajar a reflexão do cuidador, conectar os sentimentos que envolvem a família, colocando a criança no centro do diálogo e deixando-a a par do que se trata. O brincar é visto da mesma forma que na terapia psicanalítica: é não-estruturado, centrado na criança, não-intrusivo, e os acolhedores podem se envolver na brincadeira. O empoderamento é considerado como mecanismo terapêutico, na medida em que promove a independência das famílias sem dar respostas, mas apenas sugerindo soluções, fazendo com que as pessoas reflitam sobre si mesmas. (Rangel, Bustamante & Silva, 2015).

3.4 A entrada no contexto da pesquisa e a seleção dos participantes

O contexto escolhido para a seleção dos sujeitos da pesquisa foi o Projeto Brincando em Família justamente por este ser um ambiente onde os pais são estimulados a pensar sobre o próprio processo parental, sua implicação no processo de desenvolvimento comportamental e psicológico dos filhos, bem como são convidados a refletir sobre a relação entre o seu próprio comportamento e as eventuais queixas sobre suas crianças.

Nesse contexto, os psicólogos estão atentos à ideia de que um trabalho psicológico desenvolvido com crianças não pode ser apartado do envolvimento dos pais. Desta forma, a parentalidade, em seu curso, é entendida enquanto um compromisso que está sendo sempre questionado em sua qualidade, revisitado, revisto e passível de mudanças (quando necessárias).

A conexão com o projeto surgiu, primeiramente, com a oportunidade de participação nas supervisões dos casos atendidos com o objetivo de estabelecer uma familiarização com os mesmos e com a equipe de psicólogos. Nesse mesmo momento, tive acesso aos relatos psicológicos dos atendimentos (documentos em que os psicólogos descrevem os casos, bem

como a evolução dos atendimentos) podendo assim identificar, nas histórias, pais que relataram ter sofrido violência na infância e/ou adolescência.

Tendo conhecimento dos casos e participado das supervisões, passei a frequentar as sessões de atendimento no Projeto com o objetivo de conhecer e me ambientar com o trabalho desenvolvido, além de me relacionar com todos os frequentadores e, entre eles, identificar os que eram pais e que haviam relatado ter sofrido violência na infância e/ou adolescência.

Assim, os critérios de seleção foram: (1) possuir histórias de vida marcadas pela violência intrafamiliar e (2) estar em exercício da parentalidade.

O convite para a realização da pesquisa não foi realizado de imediato, pois foi necessário que os frequentadores do projeto me reconhecessem enquanto parte deste, mesmo tendo me apresentando como “psicóloga pesquisadora” e divulgado a minha pesquisa para todos. Foi essa participação no grupo que garantiu o meu contato, enquanto pesquisadora, com os possíveis participantes.

Após o estabelecimento e manutenção do vínculo com o Projeto, estando a par da dinâmica dos atendimentos, alguns pais foram convidados a participar do estudo empreendido. Os pais convidados foram aqueles selecionados a partir da leitura dos relatos de atendimento e que se adequaram aos critérios estabelecidos. O convite foi realizado a partir de uma breve explicação sobre os objetivos do estudo. Entretanto, vale ressaltar que a pesquisa foi apresentada como um estudo sobre “o significado da experiência de ser pai ou mãe de crianças”, ou seja, não foram citados aqueles objetivos que correspondem ao critério de ter experienciado a violência intrafamiliar na infância e/ou adolescência a fim de não gerar desconforto ou constrangimento para o participante.

Foram convidados e aceitaram participar da pesquisa três mães e um pai. Embora o total de participantes fossem quatro, foram utilizados, neste trabalho, os dados de apenas dois participantes: um homem de 47 anos e uma mulher de 49, cujos filhos, ambos do sexo masculino e com 8 anos, frequentavam o Brincando em Família. Ambos foram escolhidos para compor este trabalho por ter relatado (ainda no primeiro contato) de forma sucinta e espontânea a vivência da violência intrafamiliar na infância e/ou adolescência em suas famílias de origem. Por esta razão, optamos por entrevistar somente estes dois participantes. Embora se adequassem aos critérios deste estudo, os outros dois participantes não relataram de forma espontaneamente

ter vivenciado algum tipo de violência em suas famílias de origem, mostrando-se evasivos já nos contatos iniciais.

3.5 Instrumentos e Procedimentos de construção dos dados

Após aceitação, foram combinados o dia, horário e local específico, que poderia ser a própria biblioteca Monteiro Lobato ou o Serviço de Psicologia da UFBA, para a realização da entrevista individual. No dia e horário combinados, o participante era convidado a se dirigir a uma sala (privativa), onde recebia, da pesquisadora, informações sobre a pesquisa através da apresentação do termo de consentimento livre e esclarecido. Obtido o consentimento, a entrevista era iniciada e gravada digitalmente.

No que tange à entrevista narrativa, a mesma foi abordada na acepção de Jovchelovitch e Bauer (2002), adequada a este estudo por se definir como não estruturada e permitir o acesso aos dados em maior profundidade.

A entrevista narrativa foi realizada em dois momentos. O primeiro momento iniciava-se com a formulação da seguinte pergunta disparadora: “Quais as principais lembranças que você tem da relação com sua família, em especial com os seus pais?” Após o término do relato narrativo, referente à questão disparadora, foram colocados questionamentos e solicitados esclarecimentos específicos, com base nos objetivos da pesquisa, e que não foram suficientemente abordados ou esclarecidos durante o relato. Ao final, marcava-se o segundo encontro para realizar a segunda parte da entrevista.

No segundo momento, foi introduzida a seguinte questão central: “Como é para você ser mãe/pai desta criança?”. Ao final do relato também foram formuladas as indagações específicas a partir da questão norteadora, formuladas de acordo com os objetivos e com temas mais amplos relacionados ao estudo, esquematizadas no formato de um roteiro.

Cabe salientar que as questões não abordaram diretamente o tema da violência intrafamiliar, mas sim a história dos sujeitos com a sua família de origem e a experiência parental. Embora a violência intrafamiliar seja um dos focos da pesquisa, esperava-se que, durante a entrevista narrativa, os sujeitos pudessem falar livremente sobre suas vivências, inclusive sobre os episódios de violência. Salienta-se, também, a preocupação em não denominar ou determinar a experiência enquanto violenta, de modo que elas pudessem ser

nomeadas pelo próprio sujeito, possibilitando-lhe reconhecer e nomear as suas experiências de acordo com suas significações sobre elas.

3.6 Considerações Éticas

O presente estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa e aprovado. Foram estabelecidos os procedimentos éticos necessários e de acordo com os parâmetros estabelecidos no Código de Ética Profissional do Psicólogo, estabelecido pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP, 1997); e com as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos aprovadas pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS, 2012). Os sujeitos foram apresentados à pesquisa, mediante a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e as entrevistas foram realizadas somente após leitura, compreensão e assinatura do mesmo.

Foi pactuado o sigilo, assegurando sua confidencialidade e a privacidade e sendo garantida a suspensão da participação, em qualquer momento. Ainda que já estejam assistidos pela equipe do Projeto Brincando em Família, se a pesquisa suscitasse a necessidade de atendimento psicológico individual, os participantes seriam encaminhados a serviços de psicologia de referência. Finalizado o trabalho, pretende-se conceder uma devolutiva ao Projeto sobre seus resultados, discussões e considerações finais.

4. Estudos de Caso

Este capítulo apresenta dois estudos de caso por meio dos quais as análises foram realizadas buscando atender aos objetivos específicos que norteiam esta pesquisa. Diante das narrativas, busquei traçar a trajetória de vida dos participantes, enfatizando as experiências desses sujeitos que passaram por violência intrafamiliar nas suas infâncias e adolescências e hoje são pais, no intento de compreender o percurso da elaboração das significações dessas experiências a luz das contribuições teóricas do campo da Psicologia Semiótico Cultural, e, por outro, articuladas com achados empíricos da literatura.

4.1 Casos I – José

Nos contatos iniciais para viabilizar a realização das entrevistas, José mostrou-se solícito, disponível ao diálogo e interessado em poder falar sobre si. Expliquei que a entrevista seria realizada em dois momentos nos quais ele poderia falar, primeiramente, sobre as suas experiências como filho e, no segundo momento, conversaríamos sobre a experiência dele enquanto pai. Para facilitar a realização das entrevistas, informei que estas seriam feitas de acordo com a sua disponibilidade e combinamos que seriam realizadas nos mesmos dias e horários em que Josiel (seu filho mais novo) fazia atendimento psicológico no Serviço de Psicologia da UFBA. Com a escassez do tempo e a necessidade de explorar temas importantes da sua trajetória, foram realizados, ao todo, quatro encontros.

José nasceu em Salvador, tem 47 anos e possui ensino fundamental incompleto. Sua família de origem é composta por seis membros: pai, mãe e três irmãos, sendo José o filho mais novo. Entre as lembranças da sua infância, relata ter contraído poliomielite o que retardou todo o seu desenvolvimento motor, chegando a afirmar que até os 8 anos não andava e que, para se locomover, arrastava-se pelo chão.

(...) Eu lembro da paralisia, porque eu não andava, eu tinha que me arrastar pelo chão, porque eu tive paralisia infantil. Eu só vim andar com 8 anos, foram 38 injeção pra poder andar. Eu andava me arrastando pelo chão, isso aí eu lembro, era injeção todo dia. Eu tomava duas, quem me dava era a finada Dona Florinda, até hoje eu tenho os

dois furos mas graças a Deus, eu comecei a andar e não parei mais. Eu tive paralisia infantil, tomava as vacinas (José).

Passada essa fase, José narra as lembranças da sua infância dividindo-as em “*boas e ruins*”. Recorda que quando criança, sua família enfrentou muitas dificuldades financeiras, comprometendo o suprimento de necessidades básicas, como alimentação: “*(...) a nossa família era fraca de condições, a gente sofria muito, tinha dias que não tinha nem café em casa!*”. Entre as “*lembranças boas*” da sua infância, destaca que gostava de ir ao colégio principalmente por causa da merenda e era muito bem tratado pelas professoras. Além de brincar bastante, também gostava muito de ir à praia para nadar. Entretanto, além das dificuldades econômicas, José também relata ter vivenciado muitos conflitos em sua família, especialmente com o pai, falecido há mais de 20 anos. Assim, suas lembranças paternas são referenciadas pelas constantes agressões físicas e psicológicas que sofria.

Por conta do ambiente familiar violento, José saiu de casa e viveu aproximadamente entre os 15 e 25 anos nas ruas. Durante esse período trabalhou como feirante e também traficou drogas, tendo sido preso por quatro vezes. Recorda que neste período sofreu uma tentativa de assassinato, na qual foi baleado por seis vezes e deixando-o com uma seqüela em uma das pernas. José tem quatro filhos, todos eles frutos de relacionamentos com diferentes mulheres. Acerca do primeiro, nascido no período em que o José permaneceu preso, relata saber apenas o sexo (masculino). Hoje, mantém contato com os outros três filhos: uma moça de aproximadamente 30 anos, uma menina de 9 anos e um menino de 8 anos.

Há oito anos, foi diagnosticado como soropositivo, descoberta que coincidiu com o nascimento de filho mais novo, Josiel. Na conjunção de tais acontecimentos, José tomou duas decisões que considerou importantes: criar Josiel sozinho e se afastar do tráfico de drogas. A mãe da criança, dependente química, faleceu pouco tempo depois do nascimento do menino. Atualmente, José recebe a sua aposentadoria como renda principal e trabalha informalmente como ambulante. Nos cuidados direcionados ao filho, afirma poder contar com ajuda de sua própria mãe. Josiel frequenta o Projeto Brincando em Família há aproximadamente 2 anos. No Projeto, tem sido descrito pelo pai como teimoso e arredio, além de apresentação de queixas escolares também relacionadas ao comportamento.

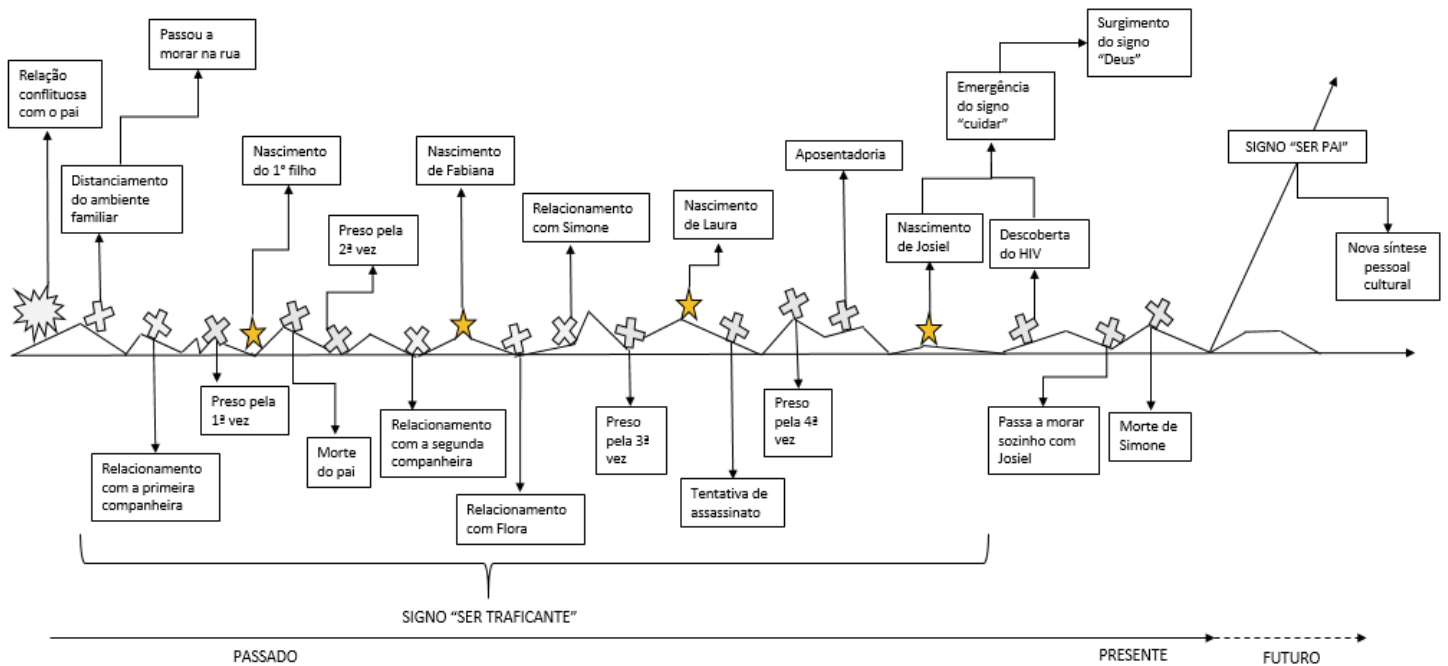


Figura 9. Trajetória da vida de José

4.1.1 Significações de filialidade e sua relação com a violência parental

Orientada pelo primeiro objetivo específico, busquei analisar se e como a vivência da violência perpetrada pelos pais relaciona-se com as significações que emergem do sujeito sobre o seu lugar de filho considerando suas particularidades e trajetórias. Carvalho (2019) afirma que filialidade é um termo que diz respeito à compreensão das experiências de sujeitos que ocupam o lugar de filho na dinâmica familiar, incluindo os significados e as representações sociais que advêm desta experiência. Como refere a autora:

O termo “filialidade” foi cunhado no sentido de possibilitar não apenas a compreensão da experiência das mães - haja vista que o conceito de maternidade está centrado sobre a experiência das mulheres, mas também analisar como as crianças e os adolescentes se reconhecem enquanto filhos. Como eles se veem enquanto filhos de suas mães? O que significa, para essas crianças e adolescentes, “serem filhos”? Que papéis acreditam que devem cumprir? Quais dimensões afetivas pressupõem que estejam envolvidas? (Carvalho, 2019, p. 15).

Utilizado na análise dos dados, este conceito foi contextualizado diante das experiências pessoais de José enquanto filho. Em suas primeiras falas, José classifica a relação com seus pais, bem como toda a dinâmica da sua família de origem, como “normal”.

Era normal. Eu vivia como tinha que viver com meu pai e com minha mãe, depois de quinze... dezesseis anos... com dezoito anos foi que eu passei a viver mais sozinho. Mas eu sempre vivi bem com minha família, graças a Deus eu nunca tive problema em casa nem com meus irmão (José).

Entretanto, ao longo do seu discurso, José denuncia a existência de muitos conflitos, inclusive o comportamento violento por parte do seu pai: “(...) *minha relação com meu pai não era boa não, que ele não gostava de mim. Ele bebia muito, me batia muito também (...)*. Em outro momento, José afirma que também apanhava da mãe: “*Mainha mesmo quando me batia era porque eu tava errado. Se tava errado, tinha que apanhar mesmo*”. Entretanto, diferentemente do seu julgamento sobre o comportamento do pai, ao verbalizar que apanhava da mãe, José não considera este ato injustificado, e sim merecido por ter feito algo errado. Revelar uma realidade onde a violência se fazia presente nas relações entre mãe e filho, e classificar esta dinâmica como “normal”, reflete, no discurso de José, uma banalização desses fatos e uma ideia de aceitação do bater como forma de se promover educação e corrigir comportamentos. A ocorrência de abuso físico e a exposição a violência parental na infância, relatados por adultos, é uma situação comum nos lares brasileiros, revelando uma realidade marcada pela vivência cotidiana de violência verbal, psicológica e agressões físicas (Magalhães et al. 2017; Zanoti-Jeronymo, 2009).

Magalhães et al. (2017) afirma que a naturalização da violência intrafamiliar está socialmente relacionada a crença na educação dos filhos através de medidas punitivas e coercitivas. José faz uma distinção entre o bater da mãe e o bater do pai, afirmando que a mãe batia para corrigi-lo ou regular o seu comportamento (mais associado ao cuidado). Essa legitimação que José faz sobre o bater sua mãe expõe uma ideia distorcida de que a mesma tinha permissão para punir e corrigir os seus comportamentos através de agressões físicas, uma vez que desta maneira estaria exercendo sua função primordial de mãe cuidadora que educa e corrige o comportamento dos filhos.

Zanello (2018) afirma que a constituição identitária da mulher pode ser descrita a partir da introjeção dos dispositivo materno e dispositivo amoroso que juntos e configurados a partir

das relações heteronormativas, caracterizam o processo de subjetivação feminino. Segundo a autora, o dispositivo materno atende à ideologia da maternidade intensiva e à naturalização, nas mulheres, de sua capacidade para cuidar dos seus filhos. A mesma autora afirma que as mulheres são estimuladas a exercerem as funções de cuidado, a desenvolverem a empatia e os sentidos de responsabilidade e de disponibilidade para o outro, desde a infância resguardando na família o lugar de cuidado. O dispositivo amoroso está pautado na ideia de que as relações amorosas constituem um ponto central na formação identitária das mulheres, como um meio de serem escolhidas por um homem o que acaba por vulnerabilizá-las frente a possibilidade de submissão ao poder masculino.

Quando perguntado sobre a reação de sua família ao saber da violência que ele sofria e o que fazia para protegê-lo dos maus tratos do pai, José afirmou que não tinha muito o que ser feito, pois sua mãe também estava em situação de vulnerabilidade diante do marido agressor.

Minha mãe falava, ficava zangada, mas não podia fazer nada, coitada... Ele brigava muito com ela também, batia muito em mainha. Era doloroso ver isso. (José)

Gomes & Erdmann (2014) realizaram um estudo realçando a importância da necessidade de apoio emocional para filhos de casais que presenciam a violência conjugal, ressaltando que crianças que presenciam a violência estão vulneráveis e podem ter sua saúde psicossocial comprometida, tendendo, assim, a naturalizar e reproduzir tal comportamento nas suas relações sociais. Na sua narrativa, José enfatiza a sensação de impotência no convívio com a situação de violência direcionada a ele e a sua mãe decorrente, principalmente, do medo do agressor.

No que se refere a crianças que testemunham cenas de violência, como no caso de José, muitas também são alvo dessa violência e os efeitos são assoladores. Martins & Nascimento (2017) enfatizam que crianças que vivem em famílias violentas têm maior probabilidade de se envolverem em acidentes graves e de limitarem suas atividades normais além de apresentarem comprometimento em seu desenvolvimento biopsicossocial.

Segundo José, seu pai bebia muito chegando a classificar o abuso do álcool como “*um vício*” que era “*de família*”: “*Era vício mesmo o que ele tinha, já veio de família. Os irmãos dele todos bebem também, a mãe dele eu acho que bebia*”. Para José, o uso de bebida alcoólica em excesso precipitava o comportamento violento do pai. Afirma que percebia a diferença quando o pai não estava sob o efeito da bebida, salientando que o mesmo se mostrava menos

agressivo. Neste sentido, ao considerar o abuso de bebida alcoólica como um gatilho que justifica a agressividade e os atos de violência do pai, José põe em dúvida sua intencionalidade.

(...) Ele (referindo-se ao pai) chegava bêbado, me via pela frente, me dava tapa, me xingava. Tinha vez que ele queria bater na minha mãe aí eu me picava e ia para a rua só voltava depois de dois, três dias... (José)

Ainda sobre como o abuso de bebida alcoólica era feito por seu pai:

Ele bebia todo dia. Ele acordava de manhã, saía e bebia. Quando dava meio dia comia, dormia, acordava de novo e ia beber (...) não tinha um dia que ele não bebesse. Painho bebia todo dia. Quando ele não bebia ele era diferente, ele nem saía quando ele não bebia, ele não saía de casa, ele nem saía de dentro de casa. Era o dia todo em casa assistindo televisão (José).

De acordo com a literatura, muitos aspectos psicossociais podem estar relacionados à violência não sendo possível afirmar uma relação de causalidade unidirecional entre álcool e violência intrafamiliar. Contudo, a bebida alcoólica parece estar presente na relação de violência geralmente como um facilitador e potencializador do processo (Almeida, 2009; Gebara & Lourenço, 2008 e Bittar & Nakano, 2011; Ristum, 2001).

Torna-se importante destacar que a o comportamento que se constitui no contexto das relações violentas relacionadas ao abuso de álcool e de outras drogas não deve ser assumido como a única causa de um fenômeno social e complexo como a violência intrafamiliar. Ao problematizá-lo, evita-se o reducionismo e se reflete sobre as notórias questões de gênero, tais como a opressão que atinge mulheres e crianças (Fonseca, Egry, Nóbrega & Apostólico, 2012).

Ainda sobre as principais lembranças “boas e ruins” da sua infância, além de referir as dificuldades vivenciadas pela família em decorrência da precariedade financeira, ele também apresenta sua mãe como a única provedora do lar, salientando a sua disposição para o trabalho e estabelecendo uma identificação entre o modo de ser da sua mãe e a relação que ele mesmo estabelece atualmente com suas atividades laborais.

Na minha infância, eu me lembro de várias coisas. Boa, ruim... eu também já passei muita dificuldade, a nossa família era fraca de condições, a gente sofria muito, tinha dias que não tinha nem café em casa mas a gente graças a Deus, sempre viveu né... chamando por Deus, mainha que sustentou mais a gente... eu também sempre gostei de trabalhar, sempre gostei de ter o meu desde de pequeno (José).

Alguns autores discorrem sobre como a influência das dificuldades econômicas e as condições mais adversas de sobrevivência da família, como a pobreza, o desemprego e a baixa escolaridade dos pais podem comprometer as relações familiares, levando a um comportamento abusivo dos pais contra seus filhos (Bazon, Mello, Bergamo & Faleiros, 2010; Abranches & Assis, 2011; Habigzang, Koller, Azevedo & Machado 2005). Apesar dos estudos apresentados oferecerem uma possível base para a compreensão dos aspectos psicossociais dessas famílias, as constatações trazidas pelos autores merecem e devem ser consideradas com ressalvas. Essa questão necessita ser problematizada para não se afirmar, acriticamente, que situações de violência contra crianças e adolescentes estão reduzidas aos limites da perspectiva econômica das famílias. Para ampliar a compreensão sobre o fenômeno, devemos recorrer às condições histórico-culturais e afetivas presentes nas relações familiares (Bazon, Mello, Bergamo & Faleiros, 2010).

Em seu discurso, José enaltece a mãe e seu papel na dinâmica familiar, salientando que no passado, ela desempenhava uma função de sustento financeiro da família e, ao mesmo tempo, encontrava-se vulnerável diante da situação de violência intrafamiliar, tornando-a impedida de garantir algo também primordial: segurança e proteção para si e para seus filhos. Neste momento, torna-se evidente a dimensão da situação de vulnerabilidade afetiva e psicossocial na qual José e sua mãe encontravam-se. Diante disso, podemos supor que essa similaridade no sofrimento que ambos vivenciavam fortaleceu esta relação, potencializando a proximidade e o afeto.

Na trajetória de José torna-se possível perceber que durante a sua infância e adolescência, quando ele e sua mãe eram constantemente agredidos pelo pai, diante desse intenso sofrimento, José passou a sair de casa com mais frequência, rompendo gradativamente com o ambiente familiar e buscando a rua como refúgio ao ambiente familiar hostil e violento.

Era doloroso ver isso. Uma vez mesmo eu empurrei ele no sofá, eu era pequeno, eu chorando: “não bata na minha mãe não, não bata na minha mãe não.” Ai eu empurrei ele e saí correndo (José).

Este aparenta ter sido um momento significativo para José, assinalando possivelmente uma ruptura na sua postura passiva de quem apanha do pai agressor. Assinala também uma tentativa de ter voz diante da violência que sofria e de proteção da mãe.

Diante dos atos violentos perpetrados pelo pai, José relata como essa conduta agressiva passou a prejudicar a dinâmica que se estabelecia na família e a interferir na sua permanência no ambiente familiar; por volta dos 15 anos, passou a considerar a rua como um refúgio, uma alternativa a este ambiente, passando a distanciar-se gradualmente do ambiente familiar. A sua saída de casa também assinala uma ruptura com o modo de vida que levava marcado pela violência intrafamiliar.

Ele (o pai) não gostava de mim. Ele bebia muito, me batia muito, eu para não ver minha mãe e meu irmão naquele sofrimento, eu ia para a rua roubar, vender droga... Me chamava de ladrão... eu não podia sair que ele já falava: “Aí ó, já vai roubar, vai fumar maconha...” aí aquilo só me dava vontade mesmo de ficar pela rua... já comi muito acarajé do chão, pedia muita comida em restaurante com 16... 17 anos... até uns 25 anos (José).

Segundo Gomes & Pereira (2005), a vulnerabilidade acentua as dificuldades para a sobrevivência e pode agravar ou desencadear situações como abandono, negligência e violência. As condições sociais de escassez, o convívio sócio familiar e afetivo ameaçados podem precipitar a saída da criança ou adolescente para o contexto da rua, como uma das consequências negativas e imediatas dessas condições.

De acordo com José, a difícil situação familiar, e especialmente a relação com o pai, precipitou sua saída de casa com idade precoce, mesmo que, inicialmente, suas saídas fossem intermitentes. A família enquanto ambiente primário para a socialização da criança pode ser considerada como um fator de proteção quando promove segurança, afeto, bem estar e apoio; por outro lado, também pode apresentar-se como um fator de risco para a ocorrência de comportamentos abusivos que prejudicam o desenvolvimento de seus componentes. A família é moderada por fatores de risco e proteção, podendo estes ser internos e externos. Entretanto, as famílias podem empreender interações positivas para serem utilizadas como fatores de proteção, diante de situações de estresse e vulnerabilidade social (Cecconello, De Antoni, & Koller, 2003).

Ainda para promover a emergência de falas que pudessem evidenciar mais claramente suas significações de filialidade, José foi questionado quanto à sua relação com o pai e a mãe. Sobre sua relação com o pai, José diz que percebia ser tratado de forma diferente, com menos apreço. Ao falar sobre o que motivava o comportamento diferenciado que lhe era dirigido, José afirma que o pai tinha predileção por outro filho “*ele gostava mais do meu irmão dos olhos*

verdes” e denuncia a vivência repetida da violência física e psicológica cometida por seu pai. Entretanto, diante disso, assume uma perspectiva que normaliza tais práticas, justificada sob o discurso de quem atribui pouca importância aos sentimentos que o pai nutria ao seu respeito, afirmando ser verdadeiramente importante o que ele (o próprio José) sentia/sente enquanto filho, assegurando nutrir sentimentos positivos por seu pai.

Normal... fazer o que? O que importa é o que a gente sente, eu não ligo se ele não gostava de mim, o que importa é que eu gosto. Como eu gostava dele, achava que ele não gostava de mim e talvez até ele gostasse e eu é que achava que ele não gostava. Porque eu acho que todos os pais devem gostar dos filhos, né? Mas devido as nossas condições... não sei porque ele só implicava comigo (José).

Ao mesmo tempo em que aparenta justificar a ocorrência de comportamentos violentos como um algo decorrente das tensões relacionadas às condições econômicas da família, José demonstra um pesar por ser preterido. Percebe-se que José identifica o comportamento do pai enquanto uma violência, reconhecendo o quanto isso lhe fazia mal, entretanto, usa explicações que demonstram uma tentativa de compreensão e complacência. Ou seja, a violência física e psicológica cometida pelo pai atualmente é compreendida de forma mais comedida.

Abbey e Valsiner (2004) afirma que as ambivalências emergem de ideias e afetos concorrentes. Situações conflitivas que revelam uma tensão abalam o senso em torno de uma ideia que outrora mostrava-se relativamente estável transformando-a, ao longo do fluxo temporal, e levando a uma ampliação do nível de incerteza, fortalecendo a ambivalência. Para Valsiner (2006) a ambiguidade leva a ambivalência dos sentimentos, pensamentos e ações abalando o sentido das situações experienciadas. Ou seja, lidar com ambivalências significa considerar a situação ambígua da qual elas emergem. Ao revelar a violência perpetrada pelo pai e o sentimento que nutria pelo mesmo, emergem ambivalências entre ter um pai violento e gostar desse pai, além de algumas lacunas por não compreender porque o comportamento violento era dirigido a ele.

A partir das falas anteriores de José, podemos supor que uma reunião de fatos importantes como o sofrimento diante da violência perpetrada pelo pai contra ele mesmo e a mãe, o ambiente familiar violento e também algo que para ele era importante: a necessidade de ter autonomia financeira, chegando a afirmar: “*sempre gostei de ter o meu desde de pequeno*” impulsionaram a sua saída de casa e o seu envolvimento com o tráfico de drogas.

Desta forma, podemos conceber que o núcleo familiar hostil e as significações que orbitavam em torno da ideia de “*ser traficante*”, principalmente, autonomia financeira para poder ter as coisas que desejava, correspondem a orientação social atuante neste momento da trajetória de vida de José. Assim, as sugestões que recebia frente à dinâmica familiar “*Me chamava de ladrão... eu não podia sair que ele já falava: “Aí ó, já vai roubar, vai fumar maconha...” aí aquilo só me dava vontade mesmo de ficar pela rua...”* em conjunto com a convivência intensa com o ambiente da rua, “*a rua atrai muita coisa ruim para a criança. Criança aprende muita coisa que não presta na rua...”*, difundiu mensagens sociais que estimulou e fortaleceu a sua participação ativa em atividades do tráfico. No trecho a seguir, José revela como passou a ser traficante e o porquê:

(...) Foi por amizade. Conheci um gaúcho, cara dono de concessionária, vendia droga e tinha muita droga ele, aí eu peguei entrei com ele, comecei a vender, um amigo meu que também é falecido, que eu tinha ele como irmão, a gente vivia junto aí começamos a fazer craque. Aí pronto! Aí comecei a comprar maconha de Juazeiro, aí comecei a entrar naquela vida. Fazia o craque em casa mesmo... um quilo, dois quilos... comecei a comprar arma... aí vivi nessa vida que não leva ninguém a nada (...) Entrei para o tráfico pela necessidade do dinheiro e pelas dificuldades. Queria ter as coisas e não tinha mas ficar no tráfico também me incomodava” (José)

Neste momento, José recorda de outro evento importante que ocorreu enquanto era traficante quando alguém que considerava, atentou contra a sua vida.

Os tiros já têm o que... foi em 2002 eu acho... Foi um ganancioso lá que criou olho no meu dinheiro e vieram contra minha vida. Eu também andava errado, eu vivia errado e aí criaram olho no meu dinheiro e agiram contra mim... Gente que comia no meu prato, eu levava comida para os filhos dele, leite... Aí vieram e me deram 16 pegou seis no meu corpo (José).

Ainda sobre esse período, durante a sua narrativa, José faz uma autorreflexão sobre o seu passado e resgata algumas passagens sua trajetória:

As lembranças ruins foi meus tiros que eu tomei... fui preso umas quatro vezes, a doença que eu tenho hoje que eu carrego que eu sou soropositivo, a mãe de Josiel, eu peguei soropositivo dela, ela por sinal ela até morreu (José).

Percebe-se, de forma mais ampla, que as significações sobre a filialidade perpassam a vulnerabilidade social e econômica, a violência intrafamiliar – perpetrada pelo pai contra o próprio José e contra sua mãe que passou a comprometer a dinâmica familiar, refletindo no desamparo vivenciado por José, que buscou refúgio nas ruas. A filialidade relacionada à figura paterna foi significada por com um sentimento de ambivalência pela forma que era tratado pelo pai. Na sua narrativa, José reconhece a vivência da violência, mas a naturaliza e hipotetiza que o pai poderia gostar dele “*Como eu gostava dele, achava que ele não gostava de mim e talvez até ele gostasse e eu é que achava que ele não gostava.*”

Abbey e Valsiner (2004) afirmam que a ambivalência pode ser definida como uma tensão produzida em um sistema de crenças decorrente à divergência entre o que está presente e o que poderia ocorrer no momento seguinte gerando significados irreconciliáveis. A realidade mostrava para José que o pai dele não o amava por conta das agressões que sofria desse pai, entretanto, o mesmo hipotetiza que o pai até poderia gostar dele e ele compreendia de forma contrária. Desta forma, torna-se possível compreender que o signo “*pai*” é um signo hipergeneralizado e ambíguo para José, considerando a ambivalência que surge da incerteza sobre o sentimento que o pai nutria por ele e da falta de compreensão de porque o pai o tratava de forma tão agressiva.

Esta ambivalência é sustentada pelo seu entendimento de que “*todos os pais devem gostar dos filhos*”, compreensão esta pautada no imaginário da cultura coletiva que legitima o amor dos pais pelos filhos como um sentimento que “deve” ser universal. Valsiner (2012) afirma que a manutenção da cultura ocorre através de signos hipergeneralizados que funcionam como reguladores semióticos das mensagens que são difundidas na sociedade. Desta forma, os valores e crenças presentes nos significados pessoais (cultura pessoal) são reconstruções internalizadas das sugestões sociais presentes nas mensagens propagadas na sociedade (cultura coletiva). Sendo assim, o pensamento de que “*todos os pais devem gostar dos filhos*” é uma mensagem composta por significados hipergeneralizados, formado por um sistema de crenças que guiam os modos de pensar e sentir em um determinado contexto.

Ao retratar a morte do pai, ocorrida há mais de 20 anos, proveniente de um traumatismo craniano ocasionado por uma briga com um estranho em um bar, José reafirma o quando foi difícil para ele e ressentido a forma como as coisas aconteceram. Ainda refere ter sentido tristeza, dor e vontade de vingar a morte do pai por acreditar ter sido uma “*covardia*” dando vazão a um sentimento de revolta.

Foi triste, doloroso, ainda mais pelo que fizeram com ele, ele bebendo deram um murro nele... foi covardia! Ele bateu a cabeça no chão, levou traumatismo craniano e depois de 15 dias morreu (...). Tanto que quando o cara que deu um murro nele, depois que ele faleceu, eu corri atrás desse cara, andei para pegar esse cara, até quando mataram ele. Eu gostava dele, era meu pai (José).

A ocorrência da morte de seu pai também marca uma passagem significativa na vida de José, refletindo uma ruptura na sua trajetória e o tendo mobilizado afetivamente de modo importante. Com o falecimento de seu pai, tornou-se necessário que o cenário da família de origem de José se reconfigurasse e que este se adaptasse ao novo momento, afirmando que *“encarou com a cabeça para frente e viver com a vida... Como até hoje a gente tá vivendo mesmo...”*. Zittoun (2012) esclarece que a partir de tensões vividas pelo sujeito na interação com o ambiente sociocultural podem ocorrer rompimentos do equilíbrio no campo semiótico, provocando rupturas que geralmente configuram momentos críticos na trajetória de vida e que implicam em mudanças substanciais de ordem semiótica. Assim, podemos afirmar que mesmo mantendo um relacionamento conturbado com o pai, sua morte pode ser compreendida como uma ruptura na trajetória de José gerando forte mobilização afetiva e requerendo que todos se reorganizassem diante da nova configuração familiar.

No que diz respeito a sua mãe, José define a relação entre ambos como permeada por muito amor, *“minha relação com mainha é normal, graças Deus! Eu amo muito e ela também gosta muito de mim... graças a Deus eu vivo bem com minha mãe.”* chegando a afirmar que *“Mainha, pelos filhos dela, ela faz tudo! Mãe é mãe e mainha gosta muito da gente, de todos quatro.”*. Logo, podemos compreender que as significações de filialidade associam-se a ideia de cuidado mútuo, companheirismo e proteção. As mensagens que circulam na sociedade atuam como signos hipergeneralizados que operam no processo de construção do significado como signos promotores, canalizando ações futuras frente as possibilidades a seguir enfrentadas no surgimento das situações diárias (Valsiner, 2012). Sendo assim, o signo *“cuidado”*, foi configurado semioticamente como um signo hipergeneralizado com atuação promotora que permeia toda a trajetória de José e que foi aprendido a partir da relação que ele estabeleceu/estabelece com a figura materna.

José estabelece uma relação de cumplicidade e confiança com a mãe, sendo essa a única figura feminina que possui força e expressividade na sua narrativa. José afirma que tudo que ocorre em sua vida passa pelo conhecimento de sua mãe: *“tudo que acontece comigo eu passo*

logo pra mainha, meus documentos mesmo ficam tudo na mão dela.” Além disso, refere poder contar com o apoio da mãe, considerando que ela foi muito importante para a sua saída do tráfico, fato que a deixou muito feliz *“Mainha me apoia em tudo. A felicidade de minha mãe foi ver eu sair dessa vida. Eu era errado, fazia muita besteira.”*

As significações da filialidade relacionada à figura materna tornaram-se mais evidentes no discurso de José quando este, na sua adultez, passou a assumir, na família, funções que incluem: o acolhimento emocional da mãe, proteção, cuidado e auxílio financeiro. Diante disso, o signo *“bom filho”* ficou associado à execução dessas funções, contrapondo-se à postura (muito censurada por José) assumida por outro irmão com o qual mantém um vínculo bastante frágil e que ocupa um lugar mais passivo diante da dinâmica familiar e menos comprometido com as necessidades da mãe:

Eu perdi uma tia minha, irmã de mainha. Fiquei até com medo, achei que mainha ia junto também coitada... Porque ela tem problema de diabete, pressão... Meu irmão não soube dar a notícia aí foi um choque para ela, irmã dela... Mas graças a Deus, ela está se recuperando lá, ela tá bem (...) O cara (irmão) não faz nada! Não trabalha, só fica em casa, comendo e bebendo às custas de mainha. Quando mainha pede pra fazer uma coisa ele fica falando, xingando, numa preguiça... ah... essas coisas corta o meu coração! (José).

Assim, para José a *“boa filialidade”* (Carvalho, 2019 p. 124), aparece como um signo hipergeneralizado, carregado afetivamente a partir de uma expectativa de responsabilização pelo bem estar da própria mãe. Dentre as funções que acredita que deve cumprir, José destacou repetidamente que busca ajudá-la financeiramente.

(...) só pensava em minha vida... na minha mãe que todo mês eu pagava a despesa dela... eu ia em casa uma vez no mês. Só ia em casa trazer as compras de mainha, verdura, fruta e o dinheiro dela (José).

Na narrativa de José também fica claro que as significações sobre filialidade estão relacionadas e se complementam ao papel que ele assume atualmente enquanto pai, uma vez que sua mãe contribui para a criação e educação de Josiel (seu filho mais novo), podendo ser considerada como uma figura materna para a criança, já que construiu com ele um forte vínculo estabelecido e acentuado pela demanda de cuidados. Essa ajuda materna parece fundamental como suporte para que José possa empreender o seu papel enquanto pai de Josiel.

Desta forma, podemos compreender que o cuidado que a mãe de José direciona a Josiel fortalece a relação de ambos e pode também contribuir para que José se sinta especialmente legitimado enquanto filho. No trecho a seguir, ele fala sobre a qualidade da relação de sua mãe com Josiel:

Ele é o companheiro de mainha. Fica ele e mainha em casa o dia todo, sozinho. Meus irmãos só fica pela rua, um trabalha na oficina perto de mim e o outro só fica olhando a vida dos outros (...) Bem, carinhosa, sempre amiga, nunca me deixou faltar nada, como até hoje. Os remédios de Josiel, eu tiro no cartão dela... todo mês eu pago. Graças a Deus é amiga dos meus filho... Josiel mesmo, oxe... é um xodó... (José).

Assim, podemos supor que o sentimento de filialidade de José foi marcado por grande disparidade relacionada às marcantes diferenças entre as relações com o pai e com a mãe. Ao lado do sofrimento pela violência infligida por seu pai, José também experimentou carinho, amor, dedicação e cuidado por parte da sua mãe, estabelecendo, com ela, uma relação de confiança. Esses aspectos refletem as oscilações e dão alguns contornos para a conduta de José diante da paternidade de seus quatro filhos, corroborando a ideia da *“filialidade concebida como uma esfera da experiência que se estabelece, intergeracionalmente, de modo relacional e vivencial.”* (Carvalho, 2019, p. 214).

4.1.2 Significações construídas sobre a experiência da parentalidade

José possui quatro filhos, todos eles frutos de relacionamentos com diferentes mulheres. Acerca do primeiro, nascido no período em que o José permaneceu preso, relata saber apenas o sexo (masculino) sem expressar muita emoção por não conviver, não ter conhecimento ou qualquer vínculo com este filho. Hoje, mantém contato com os outros três filhos: uma moça de aproximadamente 30 anos, uma menina de 9 anos e um menino de 8 anos.

José relata desconhecer o paradeiro do primeiro filho desde o seu nascimento. Sem expressar pesar ou tristeza sobre este fato, revela não ter investido na procura por esse filho: *“(...) não ficou comigo, ficou com outros parentes lá, a avó, os parentes dele lá... até hoje eu nem sei.”* Tal postura distancia-se muito das relações que estabelece com os demais filhos e aproxima-se da postura alheia à paternidade, adotada pelo seu pai.

(...) O outro (referindo-se ao seu primeiro filho) eu não conheço... tem tempo também... tem muito tempo, mais de trinta anos. Não tenho contato com ele, para ser sincero, desde que ele nasceu. Com um ou dois anos a mãe dele sumiu... a mãe, a avó, não tive mais contato com ele... eu não tive mais como procurar, como ter contato com ele... Procurei só por lá por onde ele morava mesmo. De lá não procurei mais em lugar nenhum (José).

Referindo-se à vida que levava quando era traficante, José afirma que se relacionava com muitas mulheres e, por vezes, com mais de uma ao mesmo tempo:

(...) eu vivia bem, rapaz... vivia pela aquela vida do maligno... Todo dia tinha dinheiro, queria dinheiro todo dia, tinha várias mulher. Tinha a mãe da minha filha mais velha que é Fernanda, depois tive com Flora, Luana e por último agora Simone. Eu vivia bem... ficava perdido no mundo, tinha um bocado de mulher, só queria saber de farra, não pensava em nada... levei vinte e dois, vinte e cinco anos morando e vendendo droga na Feira de São Sebastião... Lá que eu fiz Josiel e Luana, lá na Feira de São Sebastião. Passei a me relacionar com Simone que é a mãe dele... aí pronto, eu vivia com a mãe da minha filha também... (José).

Durante a entrevista, José menciona Fabiana, sua segunda filha, restringindo-se a falar somente sobre o relacionamento que possui com a mesma.

Quando Fabiana deu meningite, eu andei muito com ela. Levei para o Couto Maia, ficou 20 dias! Graças a Deus, hoje ela é uma mulher bonita, tem cabelo grande. Ela tomou tanto soro que ficou careca! Hoje em dia tem cabelo grandão bonitão (...) Hoje Fabiana tem o marido dela, é bem empregada, ela é surda e muda. Ela teve meningite com um ano e seis meses. Ela trabalha, é bem empregada, tem o marido dela, tem a casa dela e agora ela mesmo ela vai comprar um carro. Eu fui dizer que ia dar 5 mil a ela, ela disse não! E mandou que eu comprasse as coisas para Josiel. Ela vive às custas dela, é independente. (José)

Com Fabiana, José apresenta uma relação um pouco mais estreita, apesar de não revelar muitos detalhes sobre a sua infância ou até mesmo se participou assiduamente deste período. Destaca um episódio marcante no qual diz ter participado de seus cuidados, principalmente quando ela necessitou submeter-se a um tratamento após contrair meningite que a deixou com sequelas (surdez). Hoje, relata com orgulho a independência e a autonomia da filha.

Sua terceira filha, Laura, tem nove anos. Quando nasceu, José encontrava-se preso e, diante disso, o registro paterno da criança foi feito por outro homem com o qual a mãe da menina mantinha um relacionamento “*Quando Laura nasceu eu estava preso. E a mãe pegou... estava namorando com outro cara e aí deu minha filha para esse outro pai registrar*”. Apesar desta situação, José estabelece com Laura uma relação de pai e filha, permeada por afeto e carinho. Uma forma encontrada por José de se reafirmar enquanto pai da menina, consiste em contribuir financeiramente para a sua educação e sustento mesmo diante das dificuldades financeiras que vivencia.

Flora, quando estava com 3 meses de barriga, aconteceu esse acidente e eu fui preso. Quando eu saí ela estava com barrigão, mas só que já estava morando com Ronaldo, o cara que mora com ela e que registrou (José).

Laura mesmo esse mês eu não sei se vou dar dinheiro não porque no início do mês eu dei 300 reais aí chegou no meado do mês eu dei mais 250, comprei os livro dela e agora dá mais 200 de novo? Vou dizer a mãe dela: “Se ligue aí, segura a onda aí, viu, esse mês não vai ter dinheiro para Laura não.” A mãe dela quer é dinheiro mas só que eu não vou dar não. Ela diz que a menina não tem nada... que não sei o que... aí e eu pergunto a ela: “E o seu marido? Cadê o seu marido? Seu marido não dá nada não? Eu já fiz minha parte. Você é a mãe e eu sou o pai... (José).

O fato de Laura ter sido registrada por um outro homem aparenta incomodar bastante José que, por vezes, repete em seu discurso esse descontentamento.

A menina nem registrada no meu nome é (...) Eu tinha vontade de ter o meu nome no nome dela. Se é minha filha? E hoje em dia quando ela diz a mim que não me deu e não vai me dar para registrar aí é que me dá mais raiva ainda, dá vontade de não dar mais nada! Mas eu penso na criança, ela precisa, ela não tem culpa (José).

Ao mesmo tempo em que José se ressentia por não ter no registro de nascimento, seu nome como pai de Laura, chega a expressar dúvidas sobre ser mesmo o pai da criança “...*eu pensava que a menina nem era minha filha*” mas, em seguida, reflete que a menina é sua filha, garantindo-se no fato da criança ser bastante parecida fisicamente com ele e com outras pessoas da família: “*Ela parece com a nossa família*”. Neste momento pode-se perceber outra ambivalência de sentimentos na fala de José em relação a paternidade de Laura (acentuada por

conta da postura de Flora) uma vez que o próprio afirma que a criança não registrada no nome e que em alguns momentos pensa em parar de contribuir financeiramente com o seu sustento.

Para José, o comportamento da mãe de Laura interfere diretamente na sua relação com sua filha, principalmente, no que diz respeito ao tempo que passam juntos. Segundo ele, suas tentativas de ser mais presente na vida de Laura são sempre barganhadas financeiramente com Flora.

Talvez eu mande trazer ela mas aí tem que está com uma ponta... dinheiro! Que a mãe só fala em dinheiro! Que tá sem dinheiro para pagar aluguel, transporte e não sei o que... mas eu acho que eu vou mandar trazer. Arrumar 50 reais aí dou a ela e mando trazer (José).

Segundo José, Flora é a principal responsável por alguns comportamentos de distanciamento que a menina apresenta.

Sem dúvidas, ela é a primeira pessoa a separar. Se hoje a gente é assim separado é por culpa dela... Nunca passei um fim de semana com Laura... Porque ela convive mais com a mãe. A gente não leva nenhum dia junto! Se a mãe trazer de manhã, de tarde ela já quer levar. Então, o convívio da gente é pouco, eu sei que ela gosta de mim mas é aquele gostar quando está ali. Depois, quando vai embora não me liga, eu até pergunto a ela: “Laura porque você não pede a sua mãe para ligar para o seu pai?” Não me liga, inventa uma coisa... a mãe, na certa manda ela falar alguma coisa... (José).

A relação que José estabelece com a mãe de Laura, aparenta ser bastante conflituosa, pois além da questão financeira é permeada também pelo “ciúme” que ela sente da relação entre Josiel e a avó.

(...) a mãe da minha filha tem até ciúme! Diz que mainha só faz por Josiel. Eu digo: “se você é que está com ela? Quando ela vem aí, você mal deixa ela dar a benção a mainha”. “Mas sua mãe nunca deu nada a Luana.” Eu digo: “Mas eu dou. Mainha não dá mas eu dou. A obrigação de dar é minha, não é de mainha”. Mainha gosta de Luana e ela também gosta de mainha. Só a mãe que fica regulando (José).

Além disso, segundo o próprio José, Flora aparenta não gostar do seu filho Josiel, também motivada por ciúme.

Eu acho que ela não gosta de meu menino não. Inclusive, eu já falei isso um bocadinho de vezes com ela... A gente vê o ciúme... Na certa... Não sei. A gente nota as coisas. Ainda mais quando parte de filho. Inclusive, eu já briguei muito com ela por causa dele (José).

Percebe-se que a experiência da parentalidade vivenciada por José desde o nascimento do seu primeiro filho até o nascimento de Laura (sua penúltima filha), foi pouco consistente sendo caracterizada por pouco envolvimento físico e afetivo, ambivalências e distanciamentos. A partir da sua narrativa, podemos compreender que José pouco comprometeu-se com o cuidado dos dois primeiros filhos, passando a aproximar-se mais da condição paterna a partir do nascimento de Laura. Segundo Valsiner (2012), os signos apresentam uma relação dinâmica entre si na medida em que se arranjam de forma hierárquica e se inter-regulam. Assim pode ocorrer a emergência de signos que bloqueiam e/ou inibem outros, a eles opostos mutuamente, desde que esses outros alcancem um patamar superior no referido sistema hierárquico (Valsiner, 2007, 2012). Com isso, podemos compreender a relação existente entre os signos “*ser traficante*” e o signo “*paternidade*”.

Na trajetória de José, percebe-se primeiramente que o signo “*paternidade*” encontrava-se hierarquicamente inferior ao signo dominante “*ser traficante*” que imperava e direcionava os rumos da vida de José neste momento da sua trajetória. Os signos que atuavam na síntese pessoal de José e regulavam suas ações, orientavam a sua conduta para outra direção (satisfação pessoal, relacionamentos amorosos, comprometimento com o tráfico) que não condizia com a entrega e disponibilidade que a experiência parental exige de quem a vivencia. Entretanto, considerando a proximidade dos nascimentos de Laura e Josiel (apenas um ano de diferença), o signo “*paternidade*” passa a sobrepor hierarquicamente o signo “*ser traficante*”, evidenciando que na trajetória de José, ambos expressam-se de forma concorrente sem possibilidade de coexistirem, uma vez que com o nascimento de Josiel, José rompe definitivamente com o tráfico e passa a assumir de forma mais intensa o seu papel paterno.

Josiel, o filho mais novo de José, tem oito anos. O nascimento de Josiel assinala um período importante, em que ocorreram muitas mudanças em sua vida. Em sua narrativa, José apresenta mais detalhes sobre a vida de Josiel, destacando ser bastante presente na vida do filho desde a gravidez de Simone, sua mãe. Sobre esse relacionamento, destaca que ela era dependente química e que, apesar das tentativas empreendidas por ele, Simone não conseguia manter-se longe das drogas.

Eu fiz o que eu pude, ela não quis. Ela achava que aquela vida era para ela, aí eu larguei de mão. Não tenho sentimento ruim, pelo contrário, eu acho que fiz até demais.

Ela tinha um gênio ruim, gostava da droga. Ela mesma procurou! Não levava um mês! Até para igreja levei ela (José).

De acordo com sua narrativa, a descoberta da gravidez de Simone ocorreu de forma espontânea a partir do crescimento progressivo da barriga. Sinaliza também que não foi feito pré-natal e que mesmo durante a gravidez, Simone continuou usando drogas. Após o nascimento de Josiel, José vetou o contato de Simone com o filho por conta dos riscos aos quais ela poderia expor a criança por estar constantemente sob o efeito de substâncias psicoativas e pela dificuldade de ter que permanecer vigilante em relação a Simone, que passou a roubar seus pertences para comprar drogas e manter-se no vício.

Quando ele chegou, ela ainda ficou comigo uns três meses ou quatro meses, pronto e aí quando tinha um ano e seis meses eu já não quis mais ela lá em casa porque ela estava roubando tudo, se acabando, ele já estava andando, já estava comendo, tomando mingau, eu mesmo fazia, trocar fralda esses negócios era eu mesmo que fazia. De dia, como sempre ficava com mainha para eu trabalhar e de noite ficava comigo. Eu fazia o mingau, quando eu não fazia mainha já dava pronto (José).

Percebe-se, a partir da narrativa, que o signo “cuidar” (do filho) tornou-se gradativamente, para José, um signo promotor de mudança nas significações de si e do mundo, passando a atuar como um orientador ontogenético que ajuda José a projetar-se no futuro e assumir a função paterna.

Eu vendia droga... mas isso era antes de eu ter Josiel... depois que eu tive ele, ai saí dessa vida porque se eu não tivesse ele ou eu estava preso ou eu estava morto, mas não era o caminho que Deus queria para mim, meu caminho era outro, tanto que botou essa criança na minha vida. Muita gente pensava que eu ia até abandonar ele que a mãe dele era errada... eu tentei tirar ela dessa vida e não consegui. Tomei ele logo com três meses... foi com 10 ou 15 dias... chamei mainha e disse: “Eu vou morar com Josiel. Ai pronto! Aluguei minha casa (José).

De acordo com este trecho da narrativa, José atribui a saída do tráfico e a mudança nos rumos da sua vida ao nascimento de Josiel. José apresenta ainda uma visão muito clara do que poderia ser o seu futuro caso não tivesse Josiel, evidenciando que a sua decisão foi marcada por um querer e uma necessidade provenientes das circunstâncias. Segundo ele, a decisão de ficar com Josiel possibilitou que reafirmasse uma postura diferente da que outras pessoas esperariam

distanciando-se da imagem que os outros nutriam sobre ele de um pai que poderia abandonar o filho.

Eu me sinto feliz, né Carol. Como eu já falei, eu quero o bem pra ele. Enquanto ele estiver comigo, pra mim é felicidade, dá ele a ninguém eu não dou, a avó, os parentes dele ninguém vai tirar ele de mim, ninguém tem condições, e mesmo que tivesse, eu não ia dar e eu vou indo... vou encarando aí, e ficando com ele (José).

José afirma que mesmo com dificuldades assume as despesas e necessidades econômicas relacionadas à vida estudantil dos filhos (Laura e Josiel). Pensa que, enquanto pai responsável por seus filhos, contribuirá com o futuro deles, ofertando-lhes uma escolarização que lhes proporcionará independência financeira e autonomia. Afirma acreditar que a escolarização viabiliza uma ascensão social enfatizando que é algo que não pôde alcançar, mas que está oportunizando aos seus filhos.

Ao se referir aos estudos de Josiel, José vislumbra sua formação com a perspectiva de que, através dos seus esforços enquanto pai, a história dele seja diferente da sua.

É ajudar ele, fazer o que ele precisa, ver ele um dia um advogado, um médico, que é o que ele quer ser... Dar um bom estudo pra ele. Enquanto eu puder, colégio pra ele não vai faltar... Ele é um menino educado, não é de xingar, é inteligente... A gente tem que aproveitar isso nele. Agora mesmo, graças a Deus, ele já está aprendendo a ler. Na escola mesmo, a professora dele disse que é para eu continuar na leitura com ele porque ele está indo bem e eu quero terminar esse ano com ele já lendo (José).

José demonstra preocupação com o futuro de Josiel e Laura e afirma seu empenho para contribuir com seus estudos para que tenham um futuro mais promissor.

Todo mês eu tenho que tirar 10 ou 20 para botar no minhaeiro... Eu também já quero que ele vá guardando o dinheirinho dele já por que eu quero que ele pague a faculdade dele, eu quero ver ele formado, eu vou conseguir ver. Laura mesmo já está na quinta série com 11 anos! Tá bom, né? Josiel também já está bom... Com 8 anos está na terceira série. Eu disse a mainha: “Enquanto eu puder trabalhar para fazer por ele e Laura eu faço. Nunca tive isso, não achei essas coisas. Tenho que fazer por eles.” (José).

Nesta mesma linha de contribuir para uma trajetória diferente da sua, podemos compreender a preocupação de José com o contato de Josiel com o ambiente da “rua”. José

restringe bastante o contato do filho com a rua. Neste ponto, José relembra a sua história, considerando que este contexto torna-se sedutor, atraindo crianças e oportunizando experiências nocivas.

É do mesmo jeito... Não deixa ficar na rua porque a rua atrai muita coisa ruim para a criança. Criança aprende muita coisa que não presta na rua, aí é o nosso motivo de não deixar porque ali dentro de casa a gente tá vendo e na rua? Tá vendo o que? Eu mesmo quando saio para trabalhar, eu deixo ele na casa de mainha, quando mainha tem algo pra fazer, me entrega ele e eu largo tudo, largo trabalho só pra ficar com ele (José).

A narrativa de José revela que ele toma como referência a relação com o pai – de abandono, de falta de cuidado, negligência, para adotar outro tipo de comportamento na relação com o filho. Há indicativos de uma tendência a buscar ser um pai atencioso e presente, postura semelhante a que sua própria mãe adotou/adota.

Meu pai não se preocupava comigo e eu me preocupo com Josiel. Pra ele tanto fazia se eu tomei café, se eu comesse. Ele nem se preocupava em colocar nada dentro de casa, quem se virava era mainha. Já eu não! Eu penso no acordar dele, se ele vai tomar café, meio dia o que é que ele vai comer, banho... (José).

Seu relato mostra que a experiência que teve com o próprio pai, na sua infância e adolescência, está presente na sua significação atual de paternidade, que parece impulsioná-lo para um movimento oposto ao do próprio pai.

Eu não vou bater nele, não me ajeitou em nada. Também não fiquei com raiva nem de minha mãe e nem de meu pai porque me bateram. Mainha mesmo, quando me batia, era porque eu tava errado, se tava errado, tinha que apanhar mesmo, mas já eu mesmo não tenho coragem de fazer isso. Eu sou mais de dar castigo (José).

Ao falar sobre a própria paternidade, José descreve pontos negativos da relação que o pai estabeleceu com ele, refletindo criticamente sobre como tais atitudes o impactaram e não contribuíram para a sua mudança de comportamento: “*não me ajeitou em nada*”. Desse modo, relata agir diferente em relação ao próprio filho, buscando ser atencioso e presente na função de “*pai e mãe*”. Solicitado a responder sobre o que significa ser pai, José responde:

Ser pai... para mim é tudo. Ser pai é ter que estar ali, rente, na hora certa, fazer tudo que ele precisar, é estar ali, ensinando o que é o certo... ser pai é... tudo! Só não é igual

a mãe que a mãe, o carinho da mãe é diferente. Ser pai é tudo. Como eu mesmo que sou pai e mãe (...) Rapaz... pra lhe ser sincero, pra mim, está sendo duro, mas eu não tenho medo de encarar não. Já estou até agora e enquanto Deus me der vida eu vou ser pai e mãe para ele (...) é estar rente com ele para tudo porque é eu para tudo. É pra médico, pra colégio, é pra comprar um remédio, é pra comprar uma sandália, é tudo eu. Graças a Deus, eu tenho minha mãe que me ajuda. Porque se não fosse ela também eu não sei o que seria da gente. Mas estamos aí... graças a Deus eu vivo do pouco da aposentadoria que me ajuda, faço meus biscates e vou levando a vida aí... sobrevivendo. Eu não quero sair do meu aluguel também. Eu disse até a mainha. Estou com medo do inverno por causa do meu trabalho mas eu vendo outra coisa... vendo sombrinha, guarda-chuva... sem dinheiro para pagar meu aluguel que eu não fico... e nem pra comer (José).

Ainda sobre o que considera ser pai, José afirma que as funções de um pai estão atreladas à ideia de oportunizar um bom desenvolvimento e bem estar para a criança. A sua mãe também se apresenta como uma figura importante para que José possa “ser pai”, ajudando-o sempre que necessita. A figura de referência que atua como signo organizador da experiência de José, e que serve para balizar e incentivar seu modo de exercer a paternidade, é a figura materna. O signo “mainha” (forma de José tratar carinhosamente a sua mãe) relaciona-se com “cuidado”, “amizade”, “afeto”. Podemos pensar que a força deste signo trouxe, para José, ganhos em termos de competência e responsabilidade para empreender o cuidado que hoje oferta ao filho.

Bem carinhosa, sempre amiga, nunca me deixou faltar nada, como até hoje. Os remédios de Josiel eu tiro no cartão dela... todo mês eu pago. Graças a Deus é amiga dos meus filho... Josiel mesmo, oxe... é um xodó” (...) Carinho é o que ela mais tem pela gente. Mainha, pelos filhos dela, ela faz tudo! Mãe é mãe e mainha gosta muito da gente, de todos quatro. As demonstrações de carinho... é no dia a dia mesmo (...) Mainha me apoia em tudo. A felicidade de minha mãe foi ver eu sair dessa vida. Eu era errado, fazia muita besteira (José).

Sobre as diferenças entre a criação que recebeu e a que oferta para o filho, José salienta que o principal fator é a preocupação que possui com as necessidades básicas, o bem estar e o futuro do filho. Sendo assim, José estabelece uma comparação entre o seu modo de agir e o do próprio pai no seguinte trecho:

A criação que eu tenho para a diferença do meu filho para minha é porque eu fui criado mais praticamente na rua e ele não vai ser criado assim. Eu vivi muito na rua eu saía de manhã chegava de noite, às vezes chegava no outro dia. Mainha não tinha tempo. Quando eu chegava, mainha já tinha saído para trabalhar quando ela chegava em casa eu já estava pela rua (José).

José afirma o desejo de que o filho tenha uma vida diferente da sua, salientando não querer que o filho passe por situações que ele mesmo passou, principalmente no que diz respeito à violência que experienciou.

Claro! A pessoa que passou o que eu passei... Eu não quero que ele passe pelo que eu passei. Uma coisa que não prestou para mim eu não vou querer para o meu filho. Eu quero que ele viva bem, acorde dentro de casa, durma dentro de casa (José).

Além do aspecto material, José relata o aspecto afetivo da paternidade, como algo que o deixa feliz:

Na hora de dormir mesmo, ele diz: “meu pai, me abraça!” aí eu tenho que abraçar. As vezes ele acorda de madrugada: “meu pai, me dê um abraço”, aí eu abraço, beijo. Me sinto feliz. Eu amo ele. Eu falo e ele fala. Quando eu falo, ele diz: “Eu também te amo, meu pai”. Falo para Luana também (José).

Na trajetória de José o signo “*ser pai*” relaciona-se com oscilações que compreendem suas experiências como pai, que vai do desconhecimento sobre o primeiro filho até as relações mais intensas de cuidado que ele estabelece com os filhos mais novos, principalmente Josiel. Atualmente, ao retratar a sua paternidade, José a relaciona a signos como “*cuidado*”, “*educação*”, “*companheirismo*”, semelhantes aos que ele associa à sua relação com a própria mãe.

Sobre a forma como conduz a criação de Josiel, José afirma estar atento ao comportamento do menino, demonstrando interesse por sua vida acadêmica e sobre o que os professores falam dele.

Mas também eu dou regulamento nele. Eu regulo ele legal. No colégio mesmo, graças a Deus, nunca mais veio queixa, ele era inquieto, não ficava na sala, Graças a Deus! Até Pró Dinah tá falando: “Josiel tá... não sai mais da sala.” O professor dele também, nunca mais me deu queixa (José).

José afirma que sua forma de educar o filho está pautada na vigilância de seus comportamentos, buscando sempre corrigir os que são considerados errados. Entretanto, a sua forma de corrigir ainda está vinculada à ideia de promover castigos, ameaças e beliscões contra a criança.

Não... Bater, não. Dou uns tapinhas e beliscão. É mais fácil eu dar beliscão (...) É uma forma de aliviar dele fazer certas coisas. Hoje mesmo não queria tomar banho, aquela coisa, dizendo que a água estava fria mas não tava porque fui eu que destemperei aí eu dei um tapinha: “Bora tomar banho!!!” Aí, num instante, ele foi. Eu não bato forte nele não, eu tenho pena, eu nunca gostei de apanhar, eu vou bater é? Eu sou mais de gritar, grito mesmo! Falo forte! (José).

Quando perguntado sobre como busca resolver os momentos de conflitos com o filho, José afirma que não bate nele e que sempre busca conversar e explicar tais atos: *“Explico a ele porque que estou fazendo. Hoje mesmo ele está em uma teimosia! Já disse a ele: “Se errar no colégio, já sabe. Não vai ter brincadeira sábado, não vai passear...”*

José continua explicando a imposição de limites e sua constante vigilância de Josiel:

Eu falo que tem que obedecer, que se ficar assim vai ter só castigo... ele diz que não vai fazer mais, como sempre. Mas ele está bem melhor... Porque eu sempre pergunto quando a gente vai sair, vou na diretoria, vou na sala dele... “como foi ele professora?”, elas falam: “foi bem”. Também quando faz alguma coisa, elas me conta. Não é um menino de estar pegando as coisas dos outros... isso é o que eu mais puxo as rédeas dele... “não é seu, não pegue!” (José).

O nascimento de Josiel (seu filho mais novo) estabeleceu um marco em sua vida a partir do qual reorientou sua postura e toda a sua trajetória. Entretanto, concomitantemente ao nascimento do filho, José foi diagnosticado com HIV. Podemos supor que união de tais acontecimentos determinou uma decisão importante tomada por José, que foi o seu rompimento com o tráfico. A mãe de Josiel, também soropositivo para HIV, era dependente química e faleceu aproximadamente dois anos após o seu nascimento.

De acordo com o seu relato, percebe-se que a reunião dos fatos: as prisões, os tiros, a descoberta do HIV e a morte da mãe de Josiel e o nascimento do próprio Josiel, foram fundamentais para que José repensasse sua vida.

As lembranças ruins foi meus tiros que eu tomei... fui preso umas quatro vezes, a doença que eu tenho hoje que eu carrego que eu sou soropositivo, a mãe de Josiel, eu peguei soropositivo dela, ela por sinal ela até morreu, mas aí graças a Deus ele não pegou porque quando a gente teve ele, a primeira coisa que o médico falou logo na maternidade foi para eu não deixar ela amamentar ele, aí eu fui fiz o exame dele, fiz o meu e, eu e ela, deu positivo e ele deu negativo e aí fui depois de um ano... dois anos, fiz de novo o dele e deu negativo e o meu positivo, são as coisas ruins que eu carrego, mas eu chamo por Deus e encaro a realidade, né... faço de tudo para ele esteja com a saúde boa... e eu me cuido, e graças a Deus, vivo bem (José).

Ao ser questionado sobre as lembranças do seu passado, José reflete principalmente sobre os momentos difíceis da sua trajetória, salientando as rupturas e a necessidade que hoje tem de se cuidar para estar bem e, desta forma, poder cuidar também de Josiel.

Vivia pela aquela vida do maligno... Todo dia tinha dinheiro, queria dinheiro todo dia, tinha várias mulher.... Eu vivia bem... ficava perdido no mundo, tinha um bocado de mulher, só queria saber farra não pensava em nada... levei vinte e dois, vinte e cinco anos morando e vendendo droga na feira... Eu já fui preso tantas vezes. Teve um ano que eu não levava dez dias na rua. Ficava preso, preso, preso... A última vez que eu fui preso foi de 2006 pra 2007. Levei seis meses na casa de detenção. Aí também botei a cabeça no lugar, eu disse ó: “essa vida não dá para mim não”. Aí aconteceu também esses tiros... (José).

Vivenciar o nascimento de Josiel ao mesmo tempo da descoberta do diagnóstico positivo para o HIV, ajudou José a perceber que a partir daquele momento sua vida necessitava de uma reorganização.

Parti para o INSS, com o problema do vírus peguei meu benefício, venci meu benefício e comecei a trabalhar... agora a minha vida é só trabalho. Graças a Deus, comprei minha casa, minha mãe, de meu filho, que eu comprei para ele, tem dois terrenos que eu comprei, tenho uns seis carros de mão, tenho uma prancha, tenho dois isopor... cato latinha e hoje eu só penso em Josiel, em minha filha e em minha mãe (José).

De acordo com o seu relato, compreendemos que alguns sentimentos puderam ser experimentados nesse processo: esperança representada pelo nascimento do filho; esperança pela possibilidade iniciar o tratamento; angústia com a possibilidade do filho ter sido infectado;

angústia frente ao diagnóstico de uma doença que não apresenta cura; a preocupação em se certificar e garantir que a criança não era portadora do vírus.

Aí lá fez o exame de Simone aí quer dizer, constatou HIV nela, quando ela teve Josiel, constatou o HIV nela. Aí a assistente social veio, conversou comigo, aí chamou a enfermeira aí conversaram comigo aí mandaram eu fazer o exame, aí eu peguei e disse eu vou fazer, aí perguntaram como eu estava me sentindo, aí eu disse: fazer o que? Aconteceu... aí fui, fiz o exame e constatou em mim e nela... fiz o dele, o dele deu negativo, o meu e o dela deu positivo. Aí eu chamei ela para a gente se tratar, aí ela não quis! Se picou para a rua... aí passei a me cuidar... (José).

A descoberta do diagnóstico de HIV permitiu primeiramente que José olhasse para si mesmo para depois olhar-se enquanto pai de Josiel, o que possivelmente retroalimentou e fortaleceu a busca pelo autocuidado. Desta forma, José revela a estratégia adotada para dar conta destas rupturas simultâneas, consistindo em passar a cuidar bem de si mesmo com o objetivo de permanecer saudável e mais disponível para cuidar do filho, que precisava dele. Assim, endereçar cuidados a si mesmo, para estar apto a cuidar do filho, reflete um modo indireto de contribuir para o desenvolvimento da criança.

A paternidade e a soropositividade são contextos nos quais rupturas ocorrem de forma impactante na vida nos indivíduos. A possibilidade de lidar com a doença de forma mais “otimista” pode estar associada à percepção sobre o recebimento de apoio por parte de familiares, principalmente da mãe, e pela necessidade de cuidar do filho pequeno, não se permitindo vivenciar o luto da descoberta do HIV, passando apressadamente por essa ruptura, talvez por perceber-se como o único cuidador possível de seu filho recém-nascido, Josiel. Podemos supor que o engajar-se na paternidade, nos cuidados direcionados aos filhos e a necessidade de autocuidado possa ter diminuído o impacto e redirecionado o seu foco para a vida de Josiel, facilitando a aceitação diante da revelação do diagnóstico de ser uma pessoa que convivendo com HIV/AIDS.

Foram duas notícias... são duas notícias fortes, mas é isso. Eu botei a cabeça no lugar e encarei a realidade. Se eu tenho que me cuidar e cuidar dele não vou me desesperar. Eu botava a cabeça no travesseiro, pensava no que ia fazer, o melhor pra mim e pra ele e encarar a realidade. Essa doença não veio só para mim, não é só eu que tenho esse vírus tanta gente tem aí... (José).

Tornar-se pai ou mãe, consiste em uma ruptura normativa. No caso de José, tratou-se de uma nova síntese de si mesmo, um marco que define um novo rumo na sua trajetória de vida e também uma nova forma de ser e estar no mundo.

Como não se emocionar? Um menino!!! Eu doido para ter um filho homem, tive um e não conheci... duas filhas mulher... Ahhh... todo homem quer um filho homem. Ainda mais para viver com a gente... ele é meu amigo, é meu filho, meu amigo... Ele mudou bastante a minha forma de pensar... antes eu fazia tudo sem pensar, agora eu penso bastante. Antes mesmo eu não pensava em nada, para mim, tudo era eu! Minha vida mudou muito depois que Josiel nasceu, eu era uma pessoa e hoje eu sou outra. É a mesma coisa de uma pessoa quando vai para a igreja. Antes da igreja era uma coisa, quando vai para a igreja é outra... muita gente não acredita, mas a pessoa muda. Eu mesmo mudei bastante para o que eu era... até mainha fala, graças a Deus. Antes eu não queria saber de nada. Não tinha medo de ninguém... mas depois que eu tive esse cara aí, pronto! (José).

José destaca, em diversos momentos de sua narrativa, o quanto tornar-se pai operou mudanças em sua vida. Assim, descreve a *percepção* da paternidade enquanto uma condição relevante para fazê-lo mudar a forma de pensar, agir e sentir, em relação aos hábitos do passado. Sua narrativa aponta para um “*compromisso*” assumido por José relativo ao filho, às necessidades materiais de Josiel, apontando também para o sentimento de orgulho e satisfação em relação às mudanças que se operaram em sua vida, chegando a dar um valor religioso a essa entrega: “*É a mesma coisa de uma pessoa quando vai para a igreja. Antes da igreja era uma coisa, quando vai para a igreja é outra...*”.

(...) por causa dele eu fui embora, joguei tudo para cima, eu vendia droga, aí ele nasceu, vi que ele precisava de mim, aí eu abandonei tudo. Para lhe ser sincero, no começo foi meio difícil, mas graças a Deus eu saí porque, se eu tivesse lá hoje, ou eu estava preso ou eu estava morto. Então para mim foi bom... foi uma benção que Deus colocou na minha vida! (José).

Signos promotores são dispositivos de mediação semiótica aos quais os indivíduos recorrem para atuarem como guias para as experiências futuras. Tais signos são internalizados e funcionam como orientações pessoais baseadas em valores que se estendem de um passado vivido em direção a um futuro provável. Valsiner (2007; 2012), afirma que a experiência humana é fundamentalmente orientada para o futuro, e torna-se necessário recorrer a tais signos

para atuarem como guias de possíveis significações para as suas experiências futuras no mundo, que, mesmo diante da incerteza, imprevisibilidade e desconhecimento, são passíveis de serem antecipadas. Desta forma, por meio dos signos promotores, a pessoa no presente, tendo o passado como referência, constrói significados adiante de seu tempo, orientando-se em direção a uma ou a outra vertente da experiência antecipada e, desse modo, preparando-se para esse futuro.

Os períodos de transição, consistem em momentos onde certos eventos, como por exemplo, a experiência de ser pai, possibilitam a reconstrução da identidade pessoal, com a emergência de novas formas de pensar, agir e sentir. Nessa linha, determinadas formas de agir ou de pensar e/ou identidades já consolidadas e tomadas como referência para orientar a vida da pessoa, perdem o sentido e são abandonadas. A narrativa de José mostra que o signo “*ser traficante*” era orientador da sua trajetória de vida que implicava possibilidades futuras muito restritas como ser “*preso*” ou “*morto*” até a ruptura provocada por uma confluência de acontecimentos, inclusive pelo nascimento do filho e descoberta do HIV. A partir desses eventos, e especialmente do nascimento do filho, encarado como “*uma bênção de Deus*”, ele deixou de lado seu referencial anterior, abandonou o “*ser traficante*”, e passou a construir um outro percurso, mais associado com o “*ser pai*”.

Situações como esta, vivenciadas por José, podem ser vistas como uma ruptura no fluxo regular da sua experiência de vida, a partir da qual ele passou a se reposicionar e assumindo novos entendimentos e construindo redefinições pessoais. José atribui a chegada de Josiel, a redefinição sobre o entendimento que havia construído sobre si mesmo e, entendendo que o filho necessitava dos seus cuidados, redefiniu o seu percurso de vida a partir de um novo signo: “*ser pai*”.

(...) Antes eu não queria saber de nada. Não tinha medo de ninguém... mas depois que eu tive esse cara aí, pronto! Até para eu sair... eu era festeiro. Feira de Santana aí agora? (Referindo-se à micareta de Feira de Santana) Eu já estava lá de hoje... esse ano já não vou de novo! Tem quatro anos que eu não vou. Quatro não, desde que eu tive ele. Tem mais de oito anos que eu não vou para Feira... (José).

Num outro trecho, José relata sua percepção sobre a mudança que se efetuou, depois do nascimento do filho, em sua forma de agir e pensar, em sua forma de encarar a vida. Ele relata que, antes do nascimento de Josiel, costumava não ter medo de nada, e frequentar festas dedicando bastante tempo para a vida social, algo que já estava incorporado a sua rotina.

Entretanto, ele enfatiza que, depois do nascimento do filho, tudo se transformou. Desse modo, pode-se perceber que o nascimento do filho torna-se um marcador de mudança ontogenética na vida de José. A parentalidade, a presença do signo “filho” também se revela como moderador do seu desejo de circular socialmente.

Lá (Feira de São Sebastião) eu só tenho mesmo a recordação dos meus amigos que eu vou sempre, sempre ver mas das coisas ruins eu não quero lembrar mais de nada... É e não é um sentimento ruim. Porque antes eu tava naquela vida errada, não me preocupava com nada. Hoje eu me preocupo, hoje eu tenho compromisso e antes eu não tinha, não ligava para nada, só pensava em mim, em dinheiro. (José).

A partir da narrativa do participante, é possível considerar o “dinheiro” como um signo promotor que influenciou a adesão e a permanência de José no tráfico de drogas. Este é um signo importante que também foi alcançado pela redefinição pessoal que José empreendeu na sua vida. A sua relação com o dinheiro marca uma ambivalência porque, ao repensar a sua vida social e lembrar o passado, ele retoma a associação que fazia anteriormente entre os signos “dinheiro” e “vida errada”. Entretanto, a relação que estabelece atualmente entre o signo “dinheiro”, “honestidade”, “digno” que também são signos hipergeneralizados que funcionam como signos promotores reguladores da sua conduta, que imprimem valores morais propagados e referendados socialmente, mas que uma vez pessoalmente internalizados, marcam a disparidade entre o seu passado e o presente.

Eu me sinto bem melhor do que o que eu vivia, o que eu fazia. Hoje eu vivo na honestidade, o dinheiro é suado, até para a gente gastar é mais difícil, a gente pensa duas vezes em gastar. É um dinheiro suado, digno. É importante. Ruim é você estar fazendo coisa errada, pessoas te olhando e virando a cara. Entrar no ônibus e tá os outros lhe olhando com medo. Hoje em dia não, eu ando despreocupado, à vontade. Isso acontecia muito comigo e eu ficava insatisfeito, não é legal, não é agradável estar em um ambiente e as pessoas com medo, as pessoas de junto de você com medo, como acontecia na feira. Eu bebia com muita gente, mas muita gente que ficava junto de mim ficava com medo que sabia que ali eu estava ou com revólver ou com droga e hoje em dia não, hoje em dia qualquer um quer ficar comigo lá na feira, em qualquer ambiente, em qualquer lugar. É como muita gente que diz que se eu estivesse naquela vida, não queria ficar perto de mim (José).

Percebe-se que a paternidade de Josiel empreendeu mudanças na vida de José e lhe possibilitou elaborar uma nova síntese pessoal de si, em que foi possível se recolocar em sociedade de uma maneira mais digna e satisfatória para ele próprio. José afirma o quanto a vida enquanto traficante favorecia o seu distanciamento das pessoas, salientando ainda que tal fato o incomodava pois comprometia o senso de “normalidade” da sua vida. A Figura 10 ilustra uma tentativa de integrar sinteticamente as significações de filialidade e de paternidade a partir da narrativa de José.

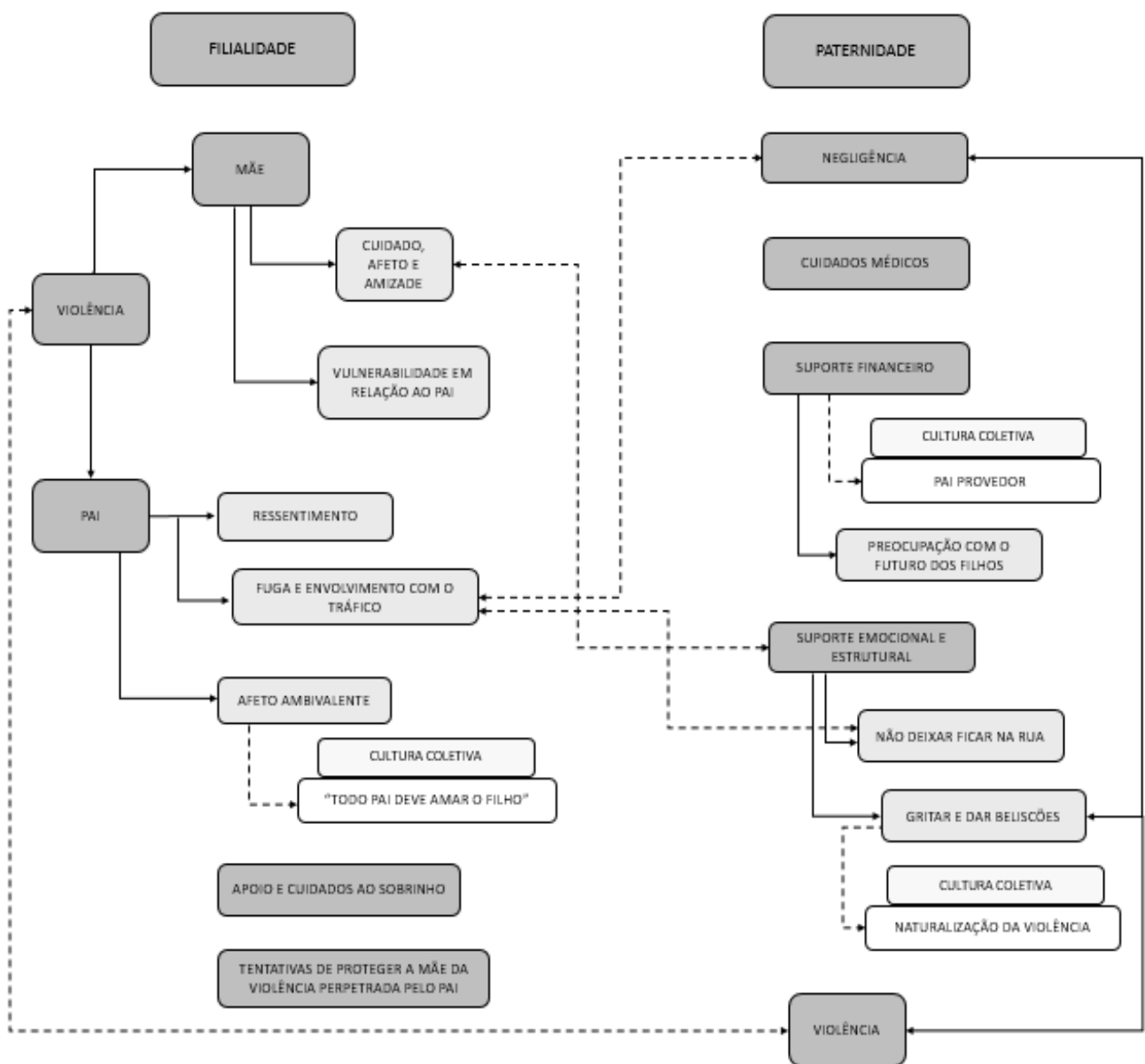


Figura 10. Síntese integrativa das significações de filialidade e de paternidade na trajetória de vida de José.

4.2 Caso II – Diana

Após ter feito o convite para que Diana participasse da pesquisa, a mesma mostrou-se bastante expansiva e disposta a falar sobre sua experiência enquanto filha e, posteriormente, sobre sua experiência enquanto mãe. Os encontros foram realizados de acordo com a disponibilidade da participante, tendo sido fixados no período da tarde, no horário em que seus filhos se encontravam na escola. No primeiro encontro destinado à realização da entrevista, Diana levou diversos documentos médicos (exames, requisições e relatórios médicos). Levou também sua agenda para mostrar-me seus compromissos, como organiza sua rotina, idas ao INSS, marcações médicas suas e de seus filhos.

O relato de sua trajetória foi um pouco desorganizado (entrando e saindo em diversos assuntos, com muitos elementos, pouca clareza e fala acelerada), tornando as entrevistas longas, com muitas intervenções minhas no sentido de retornar aos objetivos das perguntas e concatená-las para obter um relato mais organizado sobre suas experiências. Desta forma, foram realizados três encontros.

Diana é uma mulher de 39 anos, nascida em Salvador – Bahia, com ensino fundamental completo. Sua família de origem é composta por oito membros: pai, mãe e seis irmãos, sendo Diana a penúltima filha. A mesma recorda sua infância como uma época permeada por boas lembranças: *“Era alegre, muito alegre dentro de casa.”*. Entretanto, quando completou 8 anos, sua mãe saiu de casa para viver um relacionamento extraconjugal, deixando-a e seus irmãos aos cuidados do pai.

Sobre este período, Diana relata que *“Aí, quando ela foi embora, acabou essa festa, acabou toda a alegria.”* Diana afirma ter passado por muitas dificuldades, principalmente de ordem financeira, sem ter como suprir necessidades básicas, como a própria alimentação que era realizada com o que tinha no quintal da casa na qual viviam *“Quando ela saiu, a gente passou uma vidinha bem difícil, comia só fruta, café com farinha, tinha coco, carambola era essa opção”*. Sua rede de apoio nesse período, embora bastante restrita, era formada por alguns tios e os vizinhos, ainda assim sendo insuficiente diante de tamanha vulnerabilidade psicossocial. Ela afirma que, por um tempo, após a saída de sua mãe, ainda buscou por ela para pedir algum tipo de ajuda, mas toda as suas tentativas foram sem sucesso *“Eu e minha irmã Márcia ficava indo atrás dela procurar ajuda porque nós passamos uma vida muito dura, comendo banana verde com café, uma vida bem...”*

Além do abandono emocional e material que vivenciou com a saída da mãe, sofreu violência física e psicológica por parte das irmãs mais velhas, que ficaram encarregadas de sua criação e educação, visto que seu pai ficou extremamente abalado, sem condições de assumir o papel de cuidador, além de passar a fazer uso constante de bebida alcoólica, o que resultou em outro tipo de violência: negligência paterna.

Meu pai chegava logo e ia dormir (...) meu pai saía de manhã para trabalhar e só chegava de noite (...) Ele bebia, chegava em casa bêbado, batia na porta dos quartos e a gente corria para fechar as portas dos quartos. Ele ficava batendo... (Diana).

Diana relata sofria violência física e psicológica por parte das irmãs mais velhas, principalmente no momento da realização das atividades escolares que eram enviadas para casa, o que prejudicou muito o seu desempenho escolar e o gosto pelos estudos:

Às vezes eu tinha dificuldades... Elas ensinavam mas ensinavam na base do xingamento. Eu aprendi a ler na base da porrada (...) eu fiquei com trauma de estudar, eu não queria mais estudar pelo jeito que me ensinavam (Diana).

Durante a adolescência, Diana trabalhou como empregada doméstica e babá e, na adultez, tentou alguns cursos profissionalizantes e entrevistas de emprego sem muito sucesso, quando, finalmente, conseguiu um emprego como bibliotecária. Entre os 21 e 30 anos destaca ter sofrido dois episódios “sérios” de depressão, culminando em sua aposentadoria por invalidez. Atualmente, Diana apresenta diagnóstico de bipolaridade e segue fazendo acompanhamento psiquiátrico e psicológico no Hospital Mário Leal.

Aos 31 anos, de forma indesejada, Diana engravidou de gêmeos, Felipe e Fernando, atualmente com 8 anos de idade. Antes da gravidez, mantinha com o pai das crianças uma relação sem compromisso, mas relata que, logo após a descoberta da gravidez, saiu da casa do pai e passou a residir com ele. Afirma que viveram juntos por aproximadamente 6 anos, quando Diana decidiu separar-se, principalmente pela perda do desejo de manter relações sexuais com o companheiro “*Ele ainda queria ficar, mas eu quis logo acabar com aquilo. Porque depois que eu tive os meninos eu não sentia mais vontade de... de ter relações*”. Entretanto, afirma manter uma boa relação com o ex-marido.

Logo após a separação, Diana voltou a residir com seu pai, seus dois filhos e uma irmã. Atualmente, frequenta o Projeto Brincando em Família, encaminhada pelo CAPS infantil onde seu filho Felipe passou por uma avaliação psiquiátrica. No Projeto Brincando em Família,

Diana descreveu que Felipe apresenta problemas cognitivos e dificuldades relacionadas ao processo de aprendizagem, respaldada por queixas escolares.

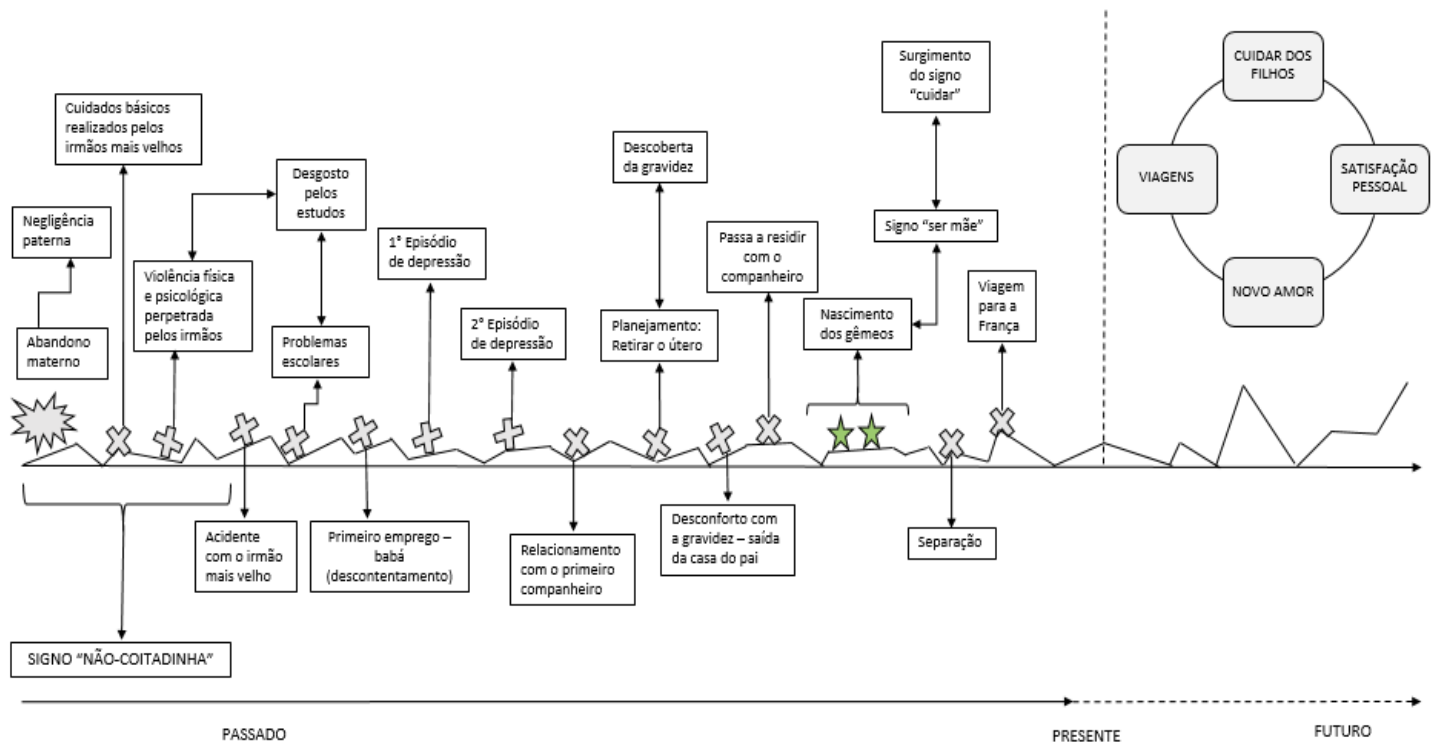


Figura 11. Trajetória de vida de Diana

4.2.1 Significações de filialidade e sua relação com a violência parental

O termo “filialidade” desenvolvido por Carvalho (2019), possibilita, no contexto deste trabalho, a compreensão sobre a experiência de crianças e adolescentes ao se reconhecerem no seu papel de filhos. Para compreender como crianças e/ou adolescentes se percebem enquanto filhos no contexto e nos processos que compõem a sua dinâmica familiar, a autora salienta que esta análise é referenciada pela construção que as próprias crianças e/ou adolescente realizam sobre o lugar que ocupam nas suas famílias (Carvalho, 2019).

Em sua narrativa, Diana afirma ter boas lembranças da sua infância no que corresponde ao convívio na casa com os irmãos, a união entre eles durante as brincadeiras, destacando que a mãe tinha um papel central neste contexto.

Boas lembranças eu tinha quando minha mãe morava dentro de casa. Era no parque São Bartolomeu. A gente tomar tomava banho de cachoeira, todos os seis. Ela levava para as festas, eu sei que era uma delícia! Era alegre, muito alegre dentro de casa. No Ano Novo, ela falava: “Acorda, acorda!” porque era para romper o ano. Para a gente dormir ela falava: “Dorme, dorme logo que o velho vai passar...” Eu não entendia nada por que eu era criança... Ela me levava para passear (Diana).

O quintal da casa é descrito por Diana como um local de muitas brincadeiras, associadas a sentimentos de alegria.

Porque tinha pés, árvores minha mãe ensinava a gente a subir tinha gangorra... A gente fazia uma gangorra para brincar... eu brincava com os meus irmãos e com muitos primos também que as mães que deixavam lá seus meninos pequenos porque não tinha com quem deixar, aí ficava lá... ficava lá brincando. Era uma alegria, uma alegria comer mamão pegava o mamão amadurecendo... Eram coisas simples, mas eram coisas gostosas... (Diana).

Entretanto, afirma que este cenário se modificou quando sua mãe saiu de casa e passou a morar com outro homem com quem mantinha um relacionamento extraconjugal. Diana recorda, com pesar, que após o afastamento da mãe a “alegria acabou”.

Aí, quando ela foi embora, acabou essa festa, acabou a alegria. Eu tinha 8 anos. Ela também trabalhava na rua e começou a “aprontar”. Aí começaram as brigas e chegou ao ponto de um dos dois ter que sair. Meu pai não tinha para onde ir, ele que comprou a casa, o terreno. No ponto de vista dele, ele não tinha culpa de nada! Ele ia sair para onde? Então foi ela saiu de casa. Eu lembro que quando ela saiu ela levou tudo de casa ela chamou um carreto e levou as coisas dela. Não era para ela fazer isso (Diana).

De acordo com o seu discurso, após o afastamento da mãe, Diana e os irmãos vivenciaram situações muito difíceis, principalmente, no que diz respeito ao suprimento de suas necessidades mais básicas, relacionadas ao cuidado e à alimentação.

Teve um tempo quando eu tinha 14 anos, eu e minha irmã Márcia ia atrás dela. Quando ela saiu, a gente passou uma vidinha bem difícil, comia só fruta, café com farinha, tinha coco, carambola era essa opção. Meu pai chegava logo e ia dormir. Ela saiu e foi morar

com um rapaz que ela está até hoje. Ficou um bom tempo sem ver a gente. Eu e minha irmã Márcia ficava indo atrás dela procurar ajuda porque nós passamos uma vida muito dura, comendo banana verde com café, uma vida bem... Café com farinha de noite... A gente não sabia o que era leite, iogurte, nada dessas coisas (Diana).

Além disso, o quintal, que antes era um ambiente voltado para a descontração e reunião familiar e dos irmãos, principalmente com o desenvolvimento de brincadeiras, neste momento, era uma fonte de subsistência, visto que ela e os irmãos passaram a se alimentar com o que possuía.

A gente comia o que tinha no quintal, o quintal era grande, tinha pé de mamão, pé de laranja, pé de banana, mas, mesmo assim, era muita necessidade. (Diana).

Saffioti (1989) distingue o abandono material do emocional. Para a autora, o primeiro é causado pela privação de cuidados e de nutrição, mais comum nas classes menos favorecidas. Já o abandono emocional seria caracterizado pelo distanciamento emocional dos pais para com seus filhos. Moura (2015) afirma que, apesar da violência psicológica e o abandono emocional possuírem conceitos diferentes, sua ocorrência não está dissociada. Ao contrário, a incidência de uma implica na existência da outra, o que torna a divisão conceitual meramente didática. No caso de Diana, ao descrever o abandono emocional ao longo da sua narrativa, acaba por denunciar também o acontecimento da violência psicológica e da negligência.

Soejima e Weber (2008) afirmam que, para compreender a situação do abandono materno, torna-se necessário considerar a concepção histórica e social da maternidade, desconstruindo o que é apresentado como verdade absoluta referente a um padrão de maternagem e tornando evidente a existência de mitos criados sobre a maternidade. As autoras salientam que, embora seja pouco questionada, a manutenção de uma idéia cristalizada em torno da “boa mãe” sempre foi importante para a manutenção dos costumes familiares e a distribuição de papéis. Desta forma, a construção dos papéis de pai, mãe e filho relacionam-se com as necessidades e os valores dominantes de uma sociedade, colocado, então, como fato social, determinado por fatores históricos, psicológicos, culturais e socioeconômicos.

Para De la Cruz (2014) alguns elementos como vulnerabilidade social, pressões exercidas sobre a mulher/mãe pela sociedade, e as questões de gênero/conjugalidade, são fatores que nos auxiliam na compreensão de situações em que as mulheres/mães se afastam de

seus filhos, respeitadas as devidas proporções e as singularidades de cada caso. Entretanto, para a autora, nessa reflexão sobre abandono materno torna-se necessário pensar esta temática como atravessada por relações de poder, visto que a maternidade é uma construção histórico/social que impõe à mulher a posição central no cuidado e atenção do filho e que, de acordo com esses parâmetros, a classifica como boa ou má mãe.

Zanello (2018) afirma que uma das formas de subjetivação do feminino ocorre através da internalização do dispositivo materno que se relaciona com a naturalização da capacidade das mulheres para exercer o cuidado. A autora salienta que, culturalmente, desde a infância, as mulheres são impelidas, pela cultura, às funções de cuidado e à disponibilidade para o outro. Considerando a internalização dos dispositivos e o lugar ocupado pela mulher na família, o adultério feminino é visto como algo vergonhoso e passível de julgamento moral, uma vez que a monogamia e a dedicação exclusiva ao marido são colocadas como um dever a ser exercido pela mulher (Zanello, 2018).

Diana associa a saída da mãe do contexto familiar às dificuldades que ela e seus irmãos vivenciaram e à situação de vulnerabilidade a que foram expostos.

(...) A gente ficava indo na casa dos outros, os vizinhos, pra comer. Só sei que foi isso, ela foi embora, largou a gente não deu assistência e a gente se virou com meu pai mesmo, fomos se virando como podia. A mais velha tinha 16 anos, tinha outra de 14, a caçula 5. Meu pai saía de manhã para trabalhar e só chegava de noite. As mais velhas tomavam conta da gente, elas tinham de 14 a 16 anos (Diana).

Diana afirma que, após sair de casa, sua mãe pouco se comprometeu a prestar assistência ou até mesmo conversar com os filhos. Salienta que, de alguma forma, foi necessário que os irmãos mais velhos assumissem o cuidado dos mais novos, uma vez que as funções parentais estavam sendo negligenciadas por ambos os pais. A literatura revela que a negligência é um dos tipos de violência mais perpetrados contra crianças e adolescentes, mas que se deve considerar que a mesma se apresenta como de difícil definição, pois envolve aspectos culturais, sociais e econômicos de cada família ou grupo social (Apostólico et al. 2012; Nunes & Sales, 2016 e Zambon et al. 2012).

Após a partida da mãe, Diana relembra a situação na qual escutou uma das vizinhas referir-se a ela e aos irmãos mais novos expressando sentimento de pena pelo abandono sofrido.

Eu só me lembro da vizinha falando: “Coitados dos 4 mais novos. Coitado dos meninos...”. Disse aí eu lembro. Eu falei: “Coitado nada!”. Eu era criança eu falei isso. Ela levou tudo que era dela, levou as coisas dela. Ela podia ter deixado, mas ela levou tudo! Ela não era tão boazinha assim não (Diana).

Para Diana, o signo “coitada” parece evidenciar uma situação de ter sido preterida pela mãe. Ser colocada no lugar de coitada por um outro, parece potencializar este sentimento de ter sido desprezada, que se relaciona à situação de abandono. Entretanto, a postura que Diana adotou, nessa ocasião, busca romper com o rótulo de coitada.

Sim, ela falou sim. Ela falou: “coitadinha, coitadinha”. Falou isso de mim. Eu não lembro se eu falei ou se se foi em pensamento, eu falei ou eu pensei: “coitadinha nada!”. Ela quis dizer coitada, coitados dos meninos porque ela saiu e a gente não saiu e que a gente ia sofrer com isso e eu disse: “não, não!” Eu quis dizer que a gente não ia sofrer, que a gente ia viver como podia, do jeito que podia. Eu quis dizer vamos levantar a poeira e dá a volta por cima! A gente tinha que dar um jeito de viver com aquilo que ficou (Diana).

Diana segue afirmando que se sentiu bastante incomodada e tratou de reagir de uma forma que ela própria considerou “ousada” para a sua idade. Tal sentimento atuou como um incentivo para o progresso pessoal diante de uma situação de grande desalento que vivenciava.

Como estratégia para estabelecer organização no lar, os irmãos mais velhos de Diana desenvolveram uma escala para manter a ordem, dividindo as tarefas da casa.

Eram 6 irmãos, a mais velha que tinha 15 para 16 anos e a segunda de 14 anos tomavam conta dos outros quatro menores. Teve uma época que fizeram horário para organizar as coisas. Pegaram uma folha de papel ofício, escreviam de segunda a domingo o que cada um faria. Era uma forma de botar ordem para não ter briga porque cada um tinha que trabalhar, molhar as plantas, varrer a casa... Parecia um exército! Tinha que limpar o quintal... (Diana).

Pode-se observar que, com o afastamento da mãe, houve uma modificação importante no cotidiano de Diana e dos irmãos, uma ruptura na rotina que Diana relaciona com sofrimento, com sentimento de tristeza que precisaram ser relegados para dar lugar a ações que pudessem resolver os problemas.

Sei que é isso... com ela era só alegria dentro de casa, quando ela se foi, acabou a festa acabou a alegria. Aí eu não sei o que eu fiz com os meus sentimentos, eu não sei o que eu fiz com os meus sentimentos.... Eu sei que eu vivo de um jeito que eu não gosto de me preocupar com nada! Eu tento resolver tudo! Não gosto de ficar me preocupando não, o que tem que resolver eu resolvo, mas eu não soffro... Eu dou um jeito para não soffrer. Eu não fico me aborrecendo não, é melhor resolver do que ficar chorando, tomar a frente para resolver é o que é importante, não ficar chorando, deixar para os outros resolver... Esse é um sentimento que... Eu sei que eu dei um jeito para não soffrer, para não ficar chorando, choramingando. Eu dei um jeito! Foi bom eu fazer isso, foi uma defesa minha, né? Aí hoje eu vou encarando tudo... Antes eu me perguntava eu sou fria, vazia, uma pessoa fria e vazia... (Diana).

Desta forma, podemos compreender que foi necessário um processo de reelaboração das relações que Diana passou a estabelecer com o mundo, tornando necessária a construção de novas condutas, frente à interrupção abrupta do que já era costumeiro em sua vida – a rotina familiar com a presença materna – dando lugar a um reposicionamento que incluem novas formas de pensar e agir, acarretando uma redefinição da sua própria identidade (novas formas de compreender as situações) e a construção de novos sentidos (Carvalho, 2019; Zittoun, 2012).

Era para a gente ter ido ao psicólogo, psicopedagogo, fazer algum atendimento que nem quando a pessoa morre. A criança fica triste, mas morrer é uma coisa, abandono é outra. Vai ver que é por isso que minhas irmãs tinham aquele jeito de me ensinar que hoje eu não sei nada direito... a gente tinha que encarar a correria da vida, não podia ficar parado chorando (Diana).

Entretanto, afirma que, mesmo diante das dificuldades, as brincadeiras constituíram-se um importante recurso para que se estabelecesse um senso de continuidade no frente à ruptura que foi o abandono materno. “Foi, foi, continuaram. A solução da gente era a brincadeira”. Além disso, a vizinhança e a escola também funcionaram como recursos para prover alimentação por um período.

Se uma vizinha não queria um mingau, ela dava para a gente, a outra dava feijoada e assim a gente foi levando a vida. E a merenda da escola? A merenda da escola era uma delícia! A salvação era merenda da escola. Também eu aproveitava e repetia, ficava na fila, enrolava para ficar e repetir mesmo (Diana).

Diana relata, no trecho a seguir, como os irmãos se organizaram para trabalhar e contribuir com o sustento da casa.

(...) Minhas irmãs elas vendiam cavaco, banana real, essas coisas gostosas para ajudar. A minha irmã mais velha alisava o cabelo dos outros com chapinha, ferro... Antigamente não tinha chapinha era ferro. Fazia o cabelo dos outros para ganhar dinheiro e também ensinavam os outros. Era tipo uma “banca”, mas os outros não gostavam de pagar não. Eu sei que todo mundo ajudava. Meu irmão vendia picolé (Diana).

Além disso, revela que um de seus irmãos sofreu um acidente enquanto trabalhava, o que acarretou a amputação de uma das pernas. Deste episódio, Diana destaca que não se “abalou” ao ver irmão com a perna amputada, revelando achar estranho não ter experienciado qualquer sentimento de tristeza.

Ele perdeu a perna dele foi carregando as compras dos outros no carrinho de mão. Ele estava com as compras dos outros e uma carreta levou a perna dele e ele perdeu a perna. Eu sei que é isso... Eu não me abalei não quando eu vi que meu irmão estava com a perna amputada, eu não me abalei não... não sofri. Eu não tive sentimento triste, observei assim do nada... sei lá... sentimento estranho, não dá para entender não (Diana).

A partir da narrativa de Diana, pode-se supor que, após o sofrimento com a ruptura decorrente da partida da mãe, foram desenvolvidas algumas formas de lidar com seus próprios sentimentos, buscando suprimir todo e qualquer desconforto emocional que uma situação conflitiva ou preocupante possa vir a suscitar. Entretanto, ao identificar o fato de “não ficar abalada”, Diana relata seu estranhamento e reconhece a necessidade de pedir ajuda.

Eu comecei a perceber, eu olhava para dentro de mim e via o meu comportamento, as atitudes minhas de eu não ficar abalada. Se eu via alguém chorando ou alguém triste eu percebia que eu não tava nem aí. Eu percebi que tinha algo de estranho, mas não sabia como pedir ajuda não, eu percebia, mas nunca conversei nada com ninguém para poder me orientar ou me explicar; agora que eu estou recebendo ajuda aí eu chegar até... pra eu entender o que eu fiz comigo (Diana).

Ainda na tentativa de compreender esse processo, Diana relata a “defesa” de uma amiga diante do falecimento da mãe e, de certa forma, compara-a ao seu próprio comportamento.

Ontem, eu conversando com uma amiga minha, ela disse que a mãe dela faleceu e ela ficou assim... Ela procurou a defesa dela, não usou drogas, nem procurou a bebida, mas ela arrumou um jeito de se guardar e se fechar, ela se fecha para todo mundo. Já eu não me doo sou aberta, falo com todo mundo. Sei que cada um reage de um jeito; eu procurei reagir, ficar assim... (Diana).

Segundo Diana, seu pai também passou por grande sofrimento após a saída de sua genitora e passou a fazer uso constante de bebida alcoólica, não encontrando condições suficientes para exercer a paternidade da forma que seus filhos necessitavam. Assim, ao sofrimento experimentado com a saída da mãe, juntou-se o sofrimento relativo ao comportamento do pai, que chegava constantemente alcoolizado em casa.

Ele bebia, chegava em casa bêbado, batia na porta dos quartos e a gente corria para fechar as portas dos quartos. Ele ficava batendo... ensinaram um negócio lá para a gente para botar uma coisa na comida dele que ele começou a tomar nojo da bebida, começou a dizer: “Essa bebida está me fazendo mal...” Ai parou de beber até hoje. Ele nunca mais bebeu por causa disso que a gente botou na comida. Ele bebia, bebia, bebia, bebia, perturbava... A gente sofria com a bebida dele (Diana)

Diante da falta da mãe e da ausência de cuidados paternos, as duas irmãs mais velhas de Diana assumiram o papel parental, estabelecendo, com ela, uma relação permeada pela violência. Na sua narrativa, Diana revela que permaneceu sob os cuidados das irmãs mais velhas, salientando a participação das mesmas no desenvolvimento das atividades escolares que eram enviadas para casa. Relata que sofria violência física e psicológica por parte das irmãs, situação que acontecia rotineiramente nos momentos voltados para a realização das tarefas escolares.

Elas ajudavam, elas ensinavam. Às vezes eu tinha dificuldades... Elas ensinavam, mas ensinavam na base do xingamento. Eu aprendi a ler na base da porrada. Eu lembro dela me chamando de burra, eu chorava... Eu lembro quando eu aprendi a escrever a palavra “médico”. Elas me xingavam tanto, até que eu aprendi. Mas eu aprendi a ler

na base da brabeza. Elas me chamavam ou de burra ou de retardada. Era a maneira que elas tinham te ensinar. Eu ficava era pior... Ficava pior, não tinha como não ficar... Eu não tinha um bom desenvolvimento na escola. Era desinteresse de estudar. Era desinteresse e as dificuldades... eu fiquei com trauma de estudar, eu não queria mais estudar pelo jeito que me ensinavam. Eu perdia de ano eu perdia de ano era difícil passar (Diana).

A partir desta fala, percebe-se que Diana enfrentou dificuldades escolares que, segundo ela, piorou com a forma com que as irmãs passaram a ensinar as tarefas de casa, acentuando seu desinteresse pelos estudos e comprometendo todo o seu desempenho escolar. Percebe-se que a situação de abandono, sofrimento e negligência parece permear o estabelecimento de uma relação de violência entre os irmãos.

Eu lembro dos castigos. Era assim. Eu lembro dos castigos. Minhas irmãs diziam: vai ficar sem café, vai dormir sem tomar café. Castigos malucos! Minhas irmãs mais velhas deixavam a gente de castigo: vai ficar sem tomar café (Diana).

Na fala a seguir, torna-se possível perceber uma visão de si permeada por sentimentos de inferioridade intelectual que Diana relaciona à sua “dificuldade para aprender”, de forma a se rotular como “bem fraquinha” e colocar o curso universitário como um sonho impossível. Sobre o seu desenvolvimento escolar, Diana afirma:

Perdia direto, direto. Era dificuldade para aprender e ir para a faculdade, nem sonho! Não tenho condições nenhuma de encarar uma faculdade. Nem sonho em querer voltar a tirar o segundo grau de novo, fechar o fundamental porque eu ia ter que começar do primário. Eu não tô sabendo ensinar o dever dos meus meninos, nem em sonho fazer faculdade... Se eu fosse fazer faculdade, eu seria assistente social, faria Serviço Social, mas nem em sonho mesmo! Eu sou bem fraquinha mesmo (Diana).

O sofrimento psicológico vivenciado por Diana na sua infância imprimiu rótulos de desqualificação e desvalorização que passaram a conduzir e influenciar a construção de significações sobre si mesma, uma vez que a superação dos seus problemas (inclusive os de aprendizagem) não foi efetivada, favorecendo ainda mais a sua cristalização. Sendo assim, supomos que esse sentimento de inferioridade recorrente nas tentativas de conquistar seus objetivos pessoais, relaciona-se aos sentimentos de rejeição, inferioridade, menosprezo e

desamparo sentidos originalmente na infância.

Por outro lado, sobre os seus primeiros trabalhos como babá, Diana afirma que buscou por conta própria e se auto define enquanto uma pessoa determinada para fazer as coisas.

Eu que invento, eu tenho a determinação pra fazer as coisas. Eu batia nas portas, aí eu bati na dela e perguntei se estavam precisando de alguém para trabalhar aí ela via meu jeito de trabalhar e ela gostava, elas gostavam do meu jeito... (Diana).

Quando eu comecei a trabalhar nessa casa, eu dormia lá, acordava e ia para escola e voltava toda semana para casa de meu pai, nos finais de semana. Minha irmã mais velha casou, teve filho e precisava de alguém para cuidar e olhar o menino aí eu fui morar com ela em Vista Alegre. Todo dia eu saía de Vista Alegre para estudar na Fazenda Grande. Pegava um ônibus em Vista Alegre ia para a Estação Pirajá pegar um ônibus para ir para São Caetano onde ficava o colégio onde eu estava estudando. Fiquei um ano assim, eu estudava, ajudava minha irmã, ela trabalhava no laboratório... eu lembro que eu tinha vergonha de carregar o menino, o bebê. Eu era muito nova e ficava segurando bebê aí o povo fica olhando e dizia “menina nova já com bebê...” eu tinha vergonha, tinha vergonha... (Diana).

Na sua transição para a adolescência, Diana enfrentou algumas dificuldades com o próprio corpo e as mudanças ocasionadas pelo desenvolvimento, chegando a afirmar que não gostava quando o pai ficava olhando para ela “*Tinha e até hoje eu não gosto, quem gosta, né? Eu não gosto que ele fique me olhando...*”.

As significações de filialidade desenvolvidas por Diana sobre a própria mãe assumem, em um primeiro momento, sentimentos positivos como o de ser amada, querida e acarinhada, sem mencionar nesse enquadre a figura paterna. Com a saída da mãe do contexto familiar, tais significações modificaram-se radical e abruptamente, sendo atravessadas pelo abandono material e afetivo, tristeza, sentimento de inferioridade, além de violência física e psicológica por parte das irmãs. Desta forma, a ambiguidade se faz presente nas relações parentais, principalmente, no que diz respeito à figura materna que, em muitos momentos foi narrada pela participante como cuidadosa, carinhosa, mas que, ao sair de casa, mal se despediu ou conversou com os filhos.

Valsiner (2006) afirma que a ambivalência é um reflexo da ambiguidade subjacente ao experimentar o mundo, sendo, portanto, um fenômeno psicológico dinâmico e idiográfico de

grande importância para a ciência. Diante de uma situação problemática, na qual soluções são exigidas para conciliar certos eventos, as tensões entre significados irreconciliáveis aumentam, tornando a construção de novos significados mais e mais errática. Segundo Abbey e Valsiner (2004), os signos possuem uma dimensão de incerteza no tempo futuro, ao mesmo tempo em que podem representar algo satisfatório no momento presente.

Quanto ao pai, os relatos de Diana evidenciam negligência, visto que o mesmo passou a ter dificuldades para assumir o lar e, conseqüentemente, as necessidades dos filhos. Nas significações de filialidade relacionadas ao pai, perpassam o “distanciamento afetivo” e a “negligência”. Além disso, passam a ser atravessadas por uma necessidade de amadurecimento precoce, tanto para Diana como para seus irmãos. Aí também se observa ambivalência, quando Diana se coloca em conformidade com o que a cultura coletiva representou, e ainda hoje representa, durante muito tempo sobre a figura paterna.

Ele (o pai) ia trabalhar; ele foi criado na roça e o povo de antigamente não tinha essas coisas de carinho não. Era só ensinar o filho a ser uma pessoa decente. Era ensinar isso e só, mas não tinha aquele carinho, aquele carinho não. Cobrava que estudasse, mas demonstração de carinho... É difícil pai demonstrar o carinho, abraçar beijar... (Diana).

Machado (2017) afirma que os estudos mais atuais sobre paternidade apontam para uma coexistência entre as definições mais tradicionais e as novas conceituações contemporâneas. Desta forma, o signo “pai” ainda está associado a conceitos como omissão, no contexto das questões relativas ao cotidiano da criação dos filhos; com atitudes de afastamento físico e afetivo; com autoritarismo na forma de se relacionar; e com responsabilidade quanto à função de provimento financeiro da família. Mas, ao mesmo tempo, novas definições em torno da paternidade, nas quais o signo “pai” associa-se a conceitos como confidencialidade e envolvimento afetivo, passam a emergir.

Com referência aos irmãos, podemos supor que, com as responsabilidades que precisavam assumir diante do desmoronamento dos papéis parentais, a relação de Diana com as irmãs mais velhas também se mostrou ambivalente. Ao tempo em que havia uma degradação das relações pela violência física e psicológica, havia, por outro lado, a existência de cuidado e união na busca de recursos para tentar lidar com situações adversas, especialmente as de cunho material.

Após o abandono materno, Diana passou a se perceber com dificuldade de ser solidária com os outros, de sentir empatia ou demonstrar emoções. Atualmente, ao narrar o que viveu, Diana afirma que procura combater tal indiferença, buscando abrir-se com as pessoas e procurando ajuda profissional. Diana relata que, já adulta, teve duas crises depressivas, sem esclarecer como ou em que situações ocorreram. A partir desta fala, podemos supor que Diana associa as crises depressivas aos conflitos e dificuldades que vivenciou na infância: “*Quem se afetou fui eu que chegou um momento de pedir para sair do trabalho, perdi meu emprego, tomo o medicamento, procuro ajuda...*”

4.2.2 Significações construídas sobre a experiência da parentalidade

A gravidez compreende um evento no qual a ideia de tempo irreversível torna-se mais explícita, ilustrando o relacionamento dos seres humanos com o vir a ser, com o futuro. Ao saber-se grávida, ou mesmo antes disso, uma mulher antecipa, projeta para o futuro um lugar simbólico para essa nova pessoa em sua vida, imaginando e construindo mentalmente esta relação futura e potencial bem como o tipo de relacionamento dialógico e afetivo que será estabelecido entre eles (Pontes, 2013). Neste trecho da narrativa, Diana admite que não possuía o desejo de ser mãe e, desta forma, não existia um lugar simbólico para um futuro filho e a uma futura mãe.

Quando eu fiquei grávida eu não curti. Eu não fiquei naquela felicidade toda não. Deveria ser uma alegria. Porque quando eu soube que eu estava grávida eu me internei no IPERBA para tirar um mioma e podia até tirar o útero, eu estava feliz mesmo porque eu ia tirar o útero, não queria e nem pretendia ter filhos. Na verdade, eu nunca quis ter filhos, nessa época eu tinha 31 hoje eu tenho 39 anos... isso foi há 8 anos (Diana).

Piccinini, Gomes, Nardi e Lopes (2008) afirmam que a maternidade deriva das primeiras relações e identificações da mulher. Além desses fatores, os autores também citam que a noção de maternidade é carregada de valores positivos em nosso contexto sociocultural. Entretanto, a participante afirma que a maternidade não se constituiu como uma autorrealização e nem fazia parte do seu projeto para o futuro.

Eu já estava preparada no hospital, eu ia fazer a cirurgia e se precisar de tirar o útero por mim tirava, mas foi quando a médica disse que eu estava grávida. Aí foi nesse dia que eu me internei para tirar o mioma e a médica disse que eu estava grávida. Eu não

fiquei nem alegre e nem fiquei triste não, e também não fiquei surpresa. Eu... aceitei. Tive que aceitar e pronto! E quando eu soube que eram gêmeos também... Eu sei que eu aceitei, aceitei. As mulheres ficam numa alegria, uma alegria, uma coisa boa, uma coisa maravilhosa... eu não! Fiquei normal (Diana).

Diana reafirma a falta de entusiasmo e a indiferença ao descobrir a gravidez, já que estava se preparando para a retirada de um mioma e, talvez, a retirada do útero. A gravidez pode ser considerada uma ruptura normativa na vida de uma mulher, mas para Diana, que não planejava e não pretendia viver essa experiência, pode ser entendida como um evento disruptivo, restando-lhe aceitação e a tentativa de adaptação à nova situação. Na nossa sociedade, a maternidade pode ser compreendida como culturalmente regulada e semioticamente organizada a partir da combinação de signos diversos, que possuem a função de guia social. O poder de tais situações e os significados hipergeneralizados que delas emergem guiam e organizam a conduta, o pensamento e os afetos humanos (Valsiner, 2012).

A cultura coletiva refere-se aos signos que são historicamente construídos e coletivamente partilhados pelos membros de uma sociedade e, com base na internalização desses signos, cada sujeito constrói sua cultura pessoal, a qual consiste em no conjunto de elementos subjetivamente construídos - de formas de ser, pensar, sentir, agir próprios do sujeito (Valsiner, 2012). Considerando a narrativa de Diana sobre a descoberta da gravidez, percebemos que os seus sentimentos divergem do que é socialmente esperado, uma vez que as mensagens culturais difundidas em torno da maternidade compreendem signos que remetem a felicidade, contentamento e realização. Diana, entretanto, afirma sentir-se indiferente e mais voltada para aceitação.

Entretanto, ao engravidar, Diana afirma que a felicidade maior foi a do companheiro, pai das crianças e com quem decidiu morar.

Ele ficou feliz mesmo. Me chamou para alugar uma casa porque eu também não queria ficar na casa de meu pai com ele e todo mundo vendo nós dois, meu pai vendo minha gravidez a barriga crescendo, todo mundo perguntando “isso e aquilo”, falando que tem que fazer o enxoval, comprar berço... não fiz nada disso. Não tive essa alegria, essa empolgação... comprei o que precisava e só, nem tinha muita vontade de sair de casa (Diana).

Percebe-se também, nesta fala, que a decisão de morar junto com o companheiro foi

mais influenciada pela circunstância da gravidez e menos por estar apaixonada por ele.

A verdade é que eu não gostava muito do pai deles não. Não tinha aquela paixão, aquele amor, um sentimento... eu estava com ele porque eu não queria ficar sozinha, era mais para passar o tempo mesmo, eu não era apaixonada por ele. Eu saía com ele as vezes e assim foi ficando, ficando... ele também insistia muito (Diana).

Pode-se compreender que, neste caso, optar por morar com o pai de seus filhos tenha servido para amenizar a gravidez indesejada e a vergonha, desânimo e desconforto que Diana afirma ter sentido diante da gestação, principalmente no que se refere às mudanças no corpo ocasionadas pela gravidez. Desta forma, expressa, mais uma vez, sentimentos que, na cultura coletiva, são pouco compartilhados, sendo a maternidade mais comumente significada como um desejo comum a todas as mulheres. Essa opção sugere, ainda, a resposta a uma expectativa social que engloba a ideia de que os pais precisam estar casados para assumir plenamente suas responsabilidades. De acordo com Zanello (2018), tal expectativa também condiz com o dispositivo amoroso através do qual o amor, presente nas relações (caracterizadas por um maior investimento afetivo das mulheres), tornou-se um ponto central para o processo de subjetivação feminino. Podemos compreender que o relacionamento de Diana com o pai dos seus filhos consistiu na tentativa de corresponder às expectativas advindas da internalização desse dispositivo, guiada especialmente pelo fato de não querer “ficar sozinha”.

Na gestação de gêmeos, há uma maior probabilidade de um parto prematuro, o que ocorreu com Diana, conforme ela relata no trecho abaixo:

Quando eles nasceram eu estava com 8 meses aí eu estava em casa e, de repente senti cair um bolo de sangue que parecia tipo um pedaço de fígado. Depois disso eu fui para o hospital. Felipe nasceu primeiro e foi logo para a UTI, 20 dias lá. Já com Fernando foi normal, tranquilo. Eu não sei bem o porquê não, ele teve uns problemas, que os médicos me explicaram, mas eu nem me lembro direito. Eles usam umas palavras difíceis... por isso eu fui no hospital para pedir o relatório sobre porque ele ficou na UTI... o que eu lembro é que ele ficou sem respirar... foi isso mesmo. Ele ficou sem respirar por um tempo depois que nasceu (Diana).

A narrativa de Diana a respeito de como se comportou depois do parto, ao ver um dos filhos pela primeira vez, confirma o seu sentimento de indiferença que parece ter estado presente durante toda a gravidez.

Eu até lembrei de uma coisa... quando eu saí da cesárea fui para a enfermaria aí um tempo depois a enfermeira trouxe, mas não trouxe os dois de vez não, não trouxe logo os dois não. Foi um só. Fernando porque Felipe ficou na incubadora e não pode vir logo. Quando ela trouxe Fernando eu imediatamente me virei. Fiquei de costas para ele e dormi. Nem quis olhar direito, carregar... eu fiquei de costas pra ele e ele ali, deitado. Não sei porque eu fiz isso. Nem lembrava mais disso, lembrei agora. Depois que ele começou a chorar e eu tive que dar o peito, mas na hora que ele chegou eu nem perguntei pelo outro, não perguntei nada. Me virei. Fiquei de costas (Diana).

Ao relatar esse episódio de muita indiferença em relação aos filhos, Diana parece diferenciar o seu sentimento do que é esperado pela sociedade, por ser predominante na cultura coletiva. Quando perguntada sobre como é ser mãe, Diana afirma saber os prós e contras da maternidade e chega a considerar como seria sua vida sem os filhos, afirmando sentir as limitações que ser mãe impõe à sua liberdade. Para Diana, a experiência da maternidade mostrou-se como um evento disruptivo na sua trajetória, pois, a partir dela, passou a se relacionar com a necessidade de se afastar das atividades que lhe proporcionam prazer. Em alguns momentos, reconhece que sua vida poderia ser diferente ou até melhor sem filhos.

Eu sei que eu tenho os meninos e hoje do mesmo jeito que me ajuda por um lado porque eu tenho a pensão, do outro me atrapalha porque eles têm que ficar no meu pé e eu tenho sonho de conhecer a Bahia toda! Aí nessa parte me atrapalha porque se eu não tivesse eles eu poderia estar aí viajando pegava um ônibus ia conhecer Ilhéus... aí eu ia conhecer a Bahia toda. Podia pegar um ônibus e sair por aí. Por esse lado me atrapalha. Só que tem que enxergar os dois lados, né? (Diana).

Em sua narrativa, Diana expressa que seus interesses pessoais conflitam com o exercício da maternidade. Relata que por causa da medicação controlada sente uma morosidade diante das tarefas domésticas e a indisposição atrapalha seus afazeres.

Tem isso do medicamento mesmo... às vezes eu quero ficar dormindo até... O corpo pede para dormir, mas eu tenho que acordar para a vida, acordar para as coisas. Às

vezes, ao invés de me dá alegria me dá tristeza, preguiça. O sono, o cansaço, dá vontade de ficar mais na cama, mas tem que acordar para fazer as coisas, mas eu sei que eu tenho que acordar para trabalhar (Diana).

Carvalho (2019) afirma que a vivência da maternidade por mulheres com algum tipo de sofrimento psíquico, pode ser atravessada por muita “*ambivalência, estando associada tanto a sentimentos e experiências positivas, quanto a dificuldades e tensões*” (p. 39).

De acordo com este relato, compreendemos que mesmo não se dizendo arrependida por ter tido filhos, Diana encontra espaço para vislumbrar o quanto sua vida poderia ser diferente caso não os tivesse. Nessa perspectiva, percebe-se que Diana não apresenta muitas expectativas positivas em relação ao exercício da maternidade, evidenciada especialmente na falta de investimento afetivo na maternidade.

Cunha, Santos e Gonçalves (2012) consideram que a concepção de maternidade vem tomando novo significado desde as últimas décadas, tendo em vista as dificuldades da mulher em conciliar o atendimento às demandas da maternidade aos seus próprios interesses, levando em conta o papel que a mulher ocupa na sociedade contemporânea. Isto se evidencia na narrativa de Diana, que considera difícil conciliar as suas necessidades particulares e as de seus filhos. Observa-se, assim, a existência de um déficit de satisfação pessoal e na realização dos próprios projetos que, possivelmente, torna a experiência da maternidade de Diana esvaziada de sentidos que são comumente compartilhados pela sociedade e que tendem a cristalizar um ideal de amor materno incondicional e dedicação.

Nota-se que Diana não inclui o companheiro em sua narrativa sobre a maternidade, e relata o final do seu relacionamento com ele sem demonstrar qualquer sofrimento.

O relacionamento acabou quando os meninos tinham uns cinco anos... acho que foi isso. Mas fui eu que não quis mais, ele ainda queria ficar, mas eu quis logo acabar com aquilo. Porque depois que eu tive os meninos eu não sentia mais vontade de... de ter relações, eu não sentia vontade de nada! Fui até na ginecologista para ver se era alguma coisa, porque ele dizia que eu só podia estar doente... ficava tentando, me chamando. Mas eu não sentia vontade nenhuma nem com ele e nem com ninguém. E ele queria, ficava me chamando, dizendo que eu tinha que ir ao médico porque não era normal aí eu disse: sabe de uma... não está mais dando certo isso. Não quero mais,

você vai viver sua vida e eu a minha com Fernando e Felipe. Tem dois anos isso. Aí eu voltei para a casa do meu pai. Mas ele se dá bem com os meninos (Diana).

Na fala seguinte, Diana retrata mais a sua vida pessoal, como administra seus momentos sem os filhos e fala sobre sua busca por momentos distanciados da função materna, que envolvem diversão e a busca por um parceiro amoroso.

Pego meu ônibus e vou, me divirto. As vezes volto no mesmo dia e às vezes passo o final de semana. Mas também não é sempre não, por causa dos meninos. Quando eu faço isso, antes eu ligo para o pai deles e digo: esse final de semana eles vão ficar com você, aí não tem problema. Eu ainda tenho o sonho de conhecer alguém, um varão, um turista... viver uma paixão assim, sabe... mas tem que gostar dos meus filhos também. Para viver comigo, tem que gostar dos meus filhos (Diana).

Para Barbosa e Rocha-Coutinho (2007), mesmo que a mulher possa optar por não ter filhos, ainda existe uma expectativa social de que a maternidade seja cumprida, uma vez que no discurso social o papel de mãe ainda é visto como intrínseco a identidade feminina. Diante da narrativa de Diana, percebe-se que mudanças socialmente tidas como esperadas, como, por exemplo, a de tornar-se mãe, instala-se como uma ruptura intransitiva, em casos como este na qual a maternidade é indesejada.

Podemos supor que, para Diana, suportar as demandas que o papel materno exige, seja necessário, por vezes, estabelecer um distanciamento que a ajuda a sustentar a função materna.

A viagem mais longa que eu fiz foi para a Espanha, para ficar com a minha irmã que mora lá. Fui sozinha e fiquei três meses. Fernando e Felipe ficaram com o pai e a mulher dele (Diana).

No trecho da narrativa, a seguir, a participante declara que ao realizar uma viagem para o exterior sem os filhos pouco sentiu falta deles e passou a se questionar se os estava abandonando, deixando-os de lado, uma vez que admite que não sentia saudade dos mesmos.

Nesses três meses que eu fiquei na Espanha em nenhum momento eu senti falta de Fernando e Felipe. Na verdade, eu até esquecia deles. Aí eu fiquei me perguntando se eu era uma boa mãe, mesmo sem sentir saudade deles, se eu amava eles mesmo, se eu estava abandonando eles e nem me sentia culpada (Diana).

Desta forma, Diana passou a questionar se era uma boa mãe, por seus sentimentos não

estarem condizentes com os padrões e expectativas do exercício da maternidade e seu amor incondicional, fazendo uma avaliação negativa de si mesma, como uma mãe não sentia falta dos filhos e que, talvez, não os amasse. Entretanto, ao buscar ajuda profissional para compreender melhor os seus sentimentos, Diana relata ter encontrado justificativas para ter ficado, durante sua estada na Espanha, tão despreocupada em relação aos filhos, como mostra o trecho a seguir:

Mas depois da conversa com o psicólogo eu fiquei mais tranquila e entendi que não abandonei eles, que eu preparei tudo para deixar eles bem antes da minha viagem e que eu não fui pensando em não voltar mais. Mesmo se acontecesse de eu conhecer alguém lá, eu não ia deixar os meninos aqui, eu ia voltar para buscar eles (Diana).

Diana afirma que os seus desejos reais com a viagem era conhecer alguém com quem pudesse manter um relacionamento amoroso: *“Eu ainda tenho o sonho de conhecer alguém, um varão, um turista... viver uma paixão assim, sabe...”*. A facilidade de ter uma irmã que reside em outro país (Espanha), casada com um alemão, facilitaria para Diana estabelecer contatos com pessoas desse país, que poderiam eventualmente evoluir para um relacionamento romântico intercultural, como era do seu interesse. Desta forma, esta experiência vivenciada por Diana encontra-se consoante com o que Zanello (2018) afirma sobre o dispositivo amoroso. Para esta autora, a *“prateleira do amor”* consiste em uma metáfora que simboliza o lugar ocupado pelas mulheres no qual elas esperam para ser escolhidas por um homem e, a partir desta possibilidade de ser escolhida, a mulher pauta a sua identidade.

Em sua experiência atual enquanto mãe, Diana relembra os momentos nos quais realizava as tarefas escolares sob a supervisão das irmãs, algo que ela designa e compreende como algo traumático e que comprometeu o seu “gosto” pelos estudos. A partir da crítica sobre a forma como lhe era dada a supervisão das irmãs, procura fazer o oposto ao supervisionar os filhos nas tarefas de casa.

Elas não me ensinavam, não era maneira de ensinar. Eu mesma tenho que ensinar o dever de casa os meus meninos porque todo dia tem dever no caderno para ensinar e eu tenho que ensinar eles mas eu não xingo eles o tempo todo, olha aí a diferença. Eu tenho que ensinar, eu ensino. Não fico falando besteira, falando besteira para eles. Já sei que ensinar... não serve ensinar sim assim porque eu sei que é um modo errado não presta para a criança, só presta para a criança ficar desanimada mesmo. Tem que chamar atenção, mas não é desse jeito. Às vezes eu acho que eu estou com a minha

mente meio fraca de tanto que eu fiquei sendo chamada disso e daquilo. É uma forma de amaldiçoar, a mãe fica chamando: “você é isso, você é aquilo”. A menina cresce achando que ela é isso mesmo. Acho que elas não faziam por ser ruim não, acho que era porque era ignorante não sabia, mas agora que eu sei eu não vou fazer hoje em dia (Diana).

Percebe-se que Diana reconheceu e internalizou que a forma de educar encontrada por suas irmãs a prejudicou consideravelmente, evitando repeti-la com seus filhos, principalmente por compreender que, como mãe, sua voz pode ser bastante significativa na vida de seus filhos, de forma a estar imbricada na constituição de suas identidades: “...é uma ignorância fazer isso e se eu sei que não é coisa boa ficar dizendo: “esse menino é errado, esse menino é isso, esse menino é aquilo...” ele vai crescer achando que ele é tudo isso mesmo” (Diana).

No trecho a seguir, a participante fala sobre os modos de “educar” próprios da sua família de origem e da época em que era criança. Relata, principalmente, o uso da violência como um recurso disciplinador, utilizado por seus pais para conter o seu comportamento e o de seus irmãos. Diana afirma que a educação de antigamente era perversa, generalizando a partir de uma forma particular pela qual era educada.

Quando chegava uma visita em casa e a gente fazia alguma coisa de errado minha mãe falava: “deixa estar...” aí quando a visita saía... Oxe, o couro comia!!! Ou ela dizia: “você vai ver o que eu vou fazer, deixa essa visita ir embora que você vai ver o que eu vou fazer”. A gente chegava a se urinar de medo! Pegava ovo cozido quente e botava na mão! Eu não passei por isso, mas as duas mais velhas ainda passaram. A palmatória, elas gostavam de botar na nossa mão. Era palmatória ou de cinto. Antigamente era muito perversa a criação. Tinha uns cintos de fivela que ficava a marca no nosso corpo (...) Era assim, era cada criação... (Diana).

Diana afirma, assim, o quanto a educação que recebeu inicialmente por parte de seus pais e, posteriormente, por parte de suas irmãs, era punitiva e buscava a discipliná-la por meio da violência física. Mas, em seguida, apresenta ambiguidade ao afirmar que a educação de antigamente era perversa por causa dos maus tratos e da violência física e a de atualmente encontra-se muito frouxa: “Mas hoje em dia tem muita gente que é do bem e que recebeu a criação assim e é do bem, mas hoje em dia a criação de hoje já está muito frouxa”. Esta ambiguidade fica mais clara no trecho a seguir, em que Diana assume a eficiência do bater para

que o filho tenha medo e respeito pelos pais, ou seja, como um instrumento legítimo de educação dos filhos:

Bater para educar, bater no sentido de educação, mas não ficar xingando a gente chamando de boba, mas bater de vez em quando... Não é um bater brabo para chegar ao ponto de quebrar um osso, tirar sangue, ir matando aos poucos não, mas dar medo no filho. Dar medo no filho pro filho respeitar o adulto. Porque os filhos de hoje em dia não está não está mais respeitando os pais e nem ninguém. (Diana)

Pode-se afirmar, aqui, a banalização da violência por Diana, mesmo observando sua tentativa de minimizá-la propondo formas menos graves de praticá-la. Quando questionada se age da mesma forma com os filhos, a participante afirma que faz “diferente” da educação que recebeu; entretanto, logo a seguir, ao se colocar como uma mãe que não é “lerda”, relata fazer uso de alteração de voz e ameaças para manter sob controle o comportamento dos filhos.

Faço sim, faço diferente sim. Mas não fico passando a mão pela cabeça, não sou lerda. Não sou uma mãe lerda não, mas não sou de bater, não sou de fazer nada disso. Sei falar grosso sei falar alto, ameaço. Eu digo: “me respeite!”. Sei falar tudo direitinho, sei fazer tudo direitinho e tá adiantando porque eles são bobinhos ainda, mas quando ficar maior eu não sei, né? (Diana).

Além disso, Diana admite a possibilidade de agir nos “termos de antigamente” e bater nos filhos caso seja contrariada ou desrespeitada, para manter sua autoridade.

Mas eles não são bestas me bater. Eles não são bestas! Porque os filhos de hoje, né? Aí eu vou ter que usar os termos de antigamente. Tem mãe velha que ainda hoje, bem velhinha, ainda bate nos filhos pesado. Bate e eles respeitam a mãe e eu vou usar esse jeito aí se eles me falarem alguma coisa ou fazer alguma coisa que eu não gostar. Eles são fortes, eles estão criando asa então eu vou agir. Eu tenho autoridade eu vou ter autoridade porque quem pariu fui eu e eu sei (Diana).

Sobre os cuidados que tem com os meninos, Diana coloca-se no lugar de uma mãe que busca prover as necessidades mais básicas das crianças: “*Eu cuido dos meus meninos. Não deixo nada faltar para eles. Me preocupo com os dois, mas Felipe me dá mais trabalho...*”. Relata a rotina da casa, evidenciando que, para ela, esse cuidado não é uma tarefa fácil.

É difícil. Eu tenho que cuidar deles. Acordar eles para tomar café da manhã, depois eu deixo eles brincarem um pouco no celular ou assistir desenho, aí depois tenho que chamar para fazer o dever de casa... todo dia é isso... tenho que chamar várias vezes e ensinar o dever a Felipe... ele não escreve nem o nome direito! Nem o nome da escola... (Diana).

E continua seu relato mostrando que, ao contrário de Fernando, que é “esperto” e “inteligente”, Felipe é lento, não só nas tarefas escolares, mas também nas atividades cotidianas. Diana mostra, ainda, sua dificuldade em conciliar seu tratamento para depressão com o cuidar dos filhos, já que os medicamentos a deixam muito sonolenta.

Fernando não. Fernando faz tudo rapidinho, tudo certo ele é mais esperto, mais inteligente que Felipe. Quando eu vejo, tem um errinho só... mas Felipe é horrível, as letras uma maior que a outra. Eu digo: tem que escrever na linha do caderno, Felipe... depois disso tem que tomar banho e é a mesma coisa, Felipe é mais lento... tem que ficar no pé: “Já fez, Felipe?” eu não perco a paciência não, mas me cansa muito e tomando esses remédios então... Aí eu fico pensando e vejo a graça. Porque é para eu não ficar com depressão só que só dá vontade de ficar dormindo, dá vontade de só ficar dormindo, aí eu tenho que acordar porque eu tenho que cuidar da vida, dos meninos aí eu sei lá... (Diana).

Diana atribui a dificuldade de aprendizagem apresentada por Felipe aos problemas que teve no parto: “... acho que essa dificuldade que ele tem para aprender as coisas pode ser desse problema que ele teve no parto, deve ser disso”. Em vista disso, os cuidados demandados por Felipe são maiores, inclusive os relacionados a tratamentos médicos.

Felipe já não é assim, tem mais dificuldade, eu preciso ficar ali o tempo todo... corro atrás dos tratamentos para ele, vou atrás dos médicos para fazer exame de cabeça, ver se tem alguma coisa para tratar logo, tratar logo. Não fico perdendo tempo não. Fui até na maternidade que eles nasceram para pegar o prontuário dele, do nascimento dele porque eu tenho que saber ser essa dificuldade que ele tem foi na hora do nascimento. Porque Felipe demorou de vir ficar no quarto, Fernando não. Fernando veio logo. Aí eu quero saber, quero que eles me deem um documento, um relatório

dizendo o que aconteceu para eu procurar o tratamento certo pra ele, se precisar tomar algum remédio, se é falta de vitamina... essas coisas, mostrar também (Diana).

Quando indagada sobre o que pensa das dificuldades de aprendizado de Felipe e se as relaciona com as dificuldades que ela enfrentou quando criança, Diana afirma uma perspectiva otimista de superação:

Felipe vai superar tudo isso. Eu também estou cuidando para isso... ele vai superar, é porque é no tempo dele também, né? Mas ele não vai ser igual a mim. Tenho certeza disso. Estou cuidando logo agora para ele poder fazer a faculdade dele como Fernando também vai fazer, eles vão se dar melhor do que eu (...) Tem a psicopedagoga da APAE, apesar de que ele está melhorando aos poucos. Eu levo ele toda semana. Ele está melhorando, melhorando. Não pode ser de uma hora para outra, né? Mas essas coisas têm que cuidar logo porque ele está crescendo, eu quero que eles façam faculdade... tenho que cuidar logo disso para ele não ter problema quando ficar mais velho (Diana).

Sobre como busca se relacionar com as crianças, interagir, participar da vida deles, Diana reafirma seus cuidados, porém, deixa clara a ausência de paciência para conversar, brincar. Embora ela se mostre atenta a tudo o que os meninos fazem, não se evidencia qualquer demonstração de afetividade, de troca de carinhos, nessa interação.

Eu busco participar assim, desse jeito que eu te falei. Cuido deles, eles estão sempre arrumados, dou banho... agora mais não porque estou deixando eles fazerem isso sozinhos. Eles mesmo dizem: “eu tomo sozinho, minha mãe. Deixa que eu tomo sozinho.” Aí eu deixo para dar um pouco de independência também e para eles aprenderem, mas eu controlo também porque, se deixar solto, eles ficam meia hora no banho e não lava o pé, as partes, o cabelo... aí eu vou falando e eles vão fazendo e depois eu fiscalizo se está limpo mesmo. Conversar a gente não conversa muito não... eles são criança ficam falando um monte de besteira de desenho, de luta aí eu não tenho muita paciência não... mas eu presto atenção na brincadeira deles porque Fernando é mais esperto e fica tentando tirar Felipe de tempo. Eu comprei um celular para os dois, porque tem esses joguinhos que eles gostam aí eu comprei um e dei no aniversário deles. É um celular só para os dois e na vez de Felipe jogar Fernando fica usando da esperteza para só ele jogar e Felipe fica olhando. Depois que eu vi isso peguei e comprei outro e dei para Felipe. Aí eu vejo isso, fico atenta também. Quando eu viajo, eu levo eles. Teve

o casamento da minha sobrinha agora no Rio de Janeiro e eu levei os dois para dar um passeio... só sei que eles se divertiram. Mas é assim (Diana).

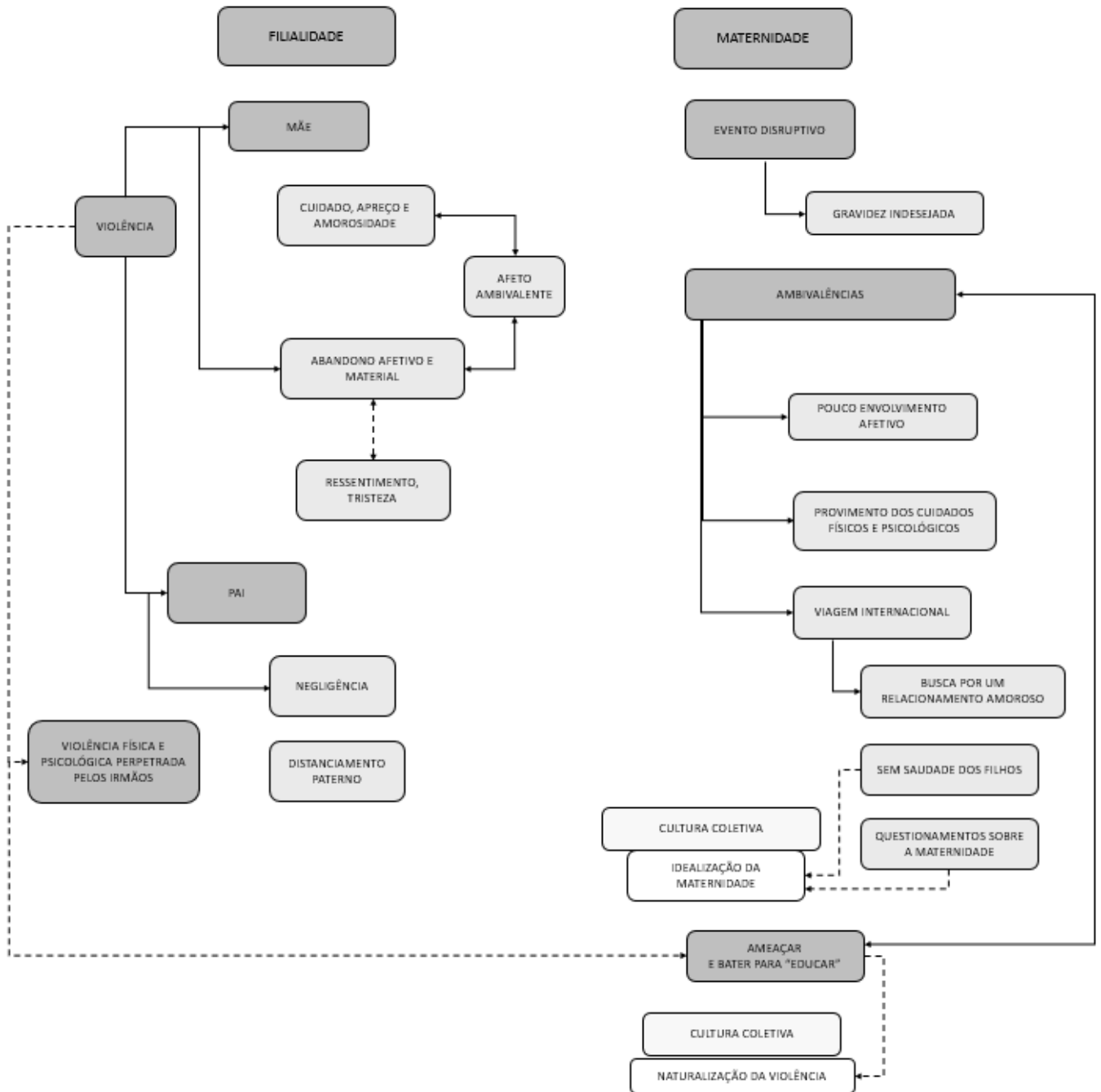


Figura 12. Síntese integrativa das significações de filialidade e de maternidade na trajetória de vida de Diana.

5. Discussão dos Casos

Nesta sessão inicia-se uma discussão sobre os casos articulada com a revisão de literatura e com os principais conceitos da psicologia semiótico cultural que constitui o arcabouço teórico deste trabalho. Constituindo um esforço para a construção de uma síntese compreensiva com relação aos dados que foram analisados, articulamos sucintamente, sob o pano de fundo da literatura e da fundamentação teórica, os dois casos estudados, assinalando em que aspectos se aproximam e se distanciam.

Nos relatos sobre suas infâncias, percebemos que José e Diana que comungam as seguintes características: a situação de pobreza e precariedade dos modos de vida, abandono emocional e a negligência por parte dos genitores, a naturalização da violência física justificada enquanto um modo de disciplinar.

Tanto José quanto Diana relataram situações que retratam como os impactos da vulnerabilidade socioeconômica influenciaram a dinâmica de suas famílias de origem. No caso de José, segundo o seu relato, somente a mãe se responsabilizava pelo provimento da casa o que não era o suficiente para suprir as necessidades e minimizar a gravidade do quadro de pobreza e do sofrimento social pelo qual passava a família. Diana, em especial, relacionou as dificuldades financeiras ao desarranjo que interferiu na dinâmica e na estrutura familiar ocasionado pela saída da sua mãe deste cenário.

Entretanto, ao relacionar a pobreza e a precariedade dos recursos financeiros das famílias com a violência intrafamiliar, devemos excluir a concepção de uma causalidade linear e compreender este como um dos diversos fatores que podem estar relacionados à prática da violência entre os membros da família, com destaque para relação dos pais com seus filhos.

Ambos os sujeitos fizeram menção ao uso de álcool por parte de seus genitores. Além de afetar os membros da família, os transtornos decorrentes do abuso na ingestão de bebidas alcoólicas contribuem para altos níveis de conflito interpessoal, violência doméstica, inadequação parental, negligência infantil, separação e divórcio, dificuldades financeiras e legais (White, Jackson, & Loeber 2009; Reinaldo e Pillon, 2008). No caso de José, o uso do álcool por parte do seu pai é bastante destacado, principalmente por precipitar comportamentos violentos, corroborando com o que é descrito pela literatura. Já no caso de Diana, o abuso da

substância feita por parte do seu pai pareceu ser circunstancial principalmente motivado pelo abandono da mãe.

Os participantes ofereceram informações sobre os tipos de violência intrafamiliar que sofreram. Entretanto, cabe salientar que, em momento algum das narrativas, José e Diana identificaram e nomearam os atos cometidos por seus pais como violência, diferentemente em relação aos que eles mesmos cometem com seus filhos (não identificaram como violência, mas sim, como uma forma de discipliná-los). Percebe-se, assim, uma normalização ou banalização da violência. Supõe-se que com a presença rotineira da violência na sua infância, os participantes mesmo com sofrimento, passaram a compreender tal situação como natural ao seu cotidiano e ao modo de se relacionar no interior da família. O silêncio em torno da violência contribui para ela não seja desvelada e reconhecida como tal. Assim, além de não se perceberem como vítimas, também não percebem que, enquanto pais tornam-se mais vulneráveis a apresentar comportamentos violentos com seus filhos (Ristum, 2010).

Várias são as formas de violência a que ambos os participantes foram submetidos: violência física, violência verbal/psicológica, abandono emocional e material e negligência. Além dessas, José ainda foi testemunha da violência que era direcionada à sua mãe. Desta forma, torna-se importante ressaltar o quão complicado é abordar cada tipo de violência isoladamente, já que a sua ocorrência, na maioria das vezes, como foi nos dois casos, acontecem concomitantemente e de forma inter-relacionada.

Ainda no âmbito de suas infâncias, os dois entrevistados afirmaram que foram expostos a maus tratos físicos, por parte de seus pais e, no caso de Diana, por parte de suas irmãs também. Ambos narraram que a violência física era frequentemente utilizada como método disciplinador e para corrigir alguns comportamentos tidos como inconvenientes. Percebe-se que os participantes normalizam este “método educacional”, sendo que José chegou a afirmar que “apanhava porque merecia mesmo”, sem clarificar ou refletir mais criticamente sobre essa questão do “merecimento”. Tal situação relatada pelos participantes encontra-se corroborada pelos estudos desenvolvidos por Vasconcelos e Alvarenga (2004) que afirmam ainda persistir a idéia de que a punição corporal é uma prática educativa aceitável e, muitas vezes, considerada adequada.

Enquanto pais, Diana e José também utilizam de práticas coercitivas com seus filhos mesmo sem a denominarem ou reconhecerem como violência, sempre lhes atribuindo cunho educativo ou disciplinador. Assim, pode-se supor que a banalização ou normatização da

violência como prática educativa dos pais, embora de forma mais moderada e sempre apoiada nas boas intenções educativas. De acordo com Hernning (2008), os pais podem desenvolver toda uma filosofia de práticas educativas baseadas na mesma severidade com que foram criados, que podem incluir a violência física. Assim, para este mesmo autor o uso das formas de violência para corrigir comportamentos considerados inadequados das crianças, em uma determinada geração, pode influenciar, diretamente, a geração seguinte ou, também, ser transmitida de forma indireta através do convívio e normas culturais, que reconhecem a punição física como forma de disciplina educacional.

No caso dos participantes do presente estudo, além da justificarem a intenção educativa e da moderação em relação a violência que sofreram, há uma percepção de que tanto José como Diana só fazem uso de tais práticas com seus filhos como “último recurso”, diante do fracasso de outras alternativas, como, por exemplo, a comunicação. Sendo assim, podemos supor que quando a comunicação falha abre-se espaço para o surgimento de ações violentas.

A revisão de literatura (Portugal & Alberto, 2015; Féres-Carneiro, 2017; Cia (2008); Portugal & Marques, 2013; Barbosa & Wagner, 2014) aponta para a importância dos processos comunicacionais para o desenvolvimento e melhora na qualidade das interações entre pais e filhos, evidenciando que este torna-se um constructo central para a qualidade do exercício da parentalidade. Desta forma, torna-se possível compreender a importância das práticas comunicacionais na interação entre pais e filhos, podendo considerá-las uma arena de negociações simbólicas.

Outro ponto em comum na experiência de José e Diana enquanto pais está relacionado as formas de pensar e executar as práticas de cuidado. Baseada na categoria “modos de partilhar” proposta por Bastos (2001), Bustamante (2005; 2009) desenvolveu a categoria “modos de cuidar” para descrever os cuidados que as crianças recebem de seus pais. A referida autora, agrupou os modos de cuidar em quatro subcategorias: cuidados voltados para as necessidades básicas (alimentação, higiene, sono e abrigo, entre outras); cuidados relacionados à promoção da saúde infantil (envolvem processos de desenvolvimento cognitivo, psicomotor e emocional); cuidados que envolvem prevenção de sintomas, doenças ou acidentes. Tais categorias assemelham-se ao conjunto de cuidados que os participantes ofertam aos seus filhos.

Além dos pontos comuns entre os participantes, foram também identificadas algumas diferenças, próprias em suas trajetórias. Alguns dos dilemas enfrentados por Diana consistiam em valores embutidos em sugestões sociais que guiam sentimentos e reflexões em torno da

maternidade. Um exemplo desta atuação semiótica intrapsicológica foi a culpa sentida por Diana após empreender uma viagem por três meses para o exterior e, durante esta viagem, não ter sentido falta de seus filhos, levando-a a questionamentos sobre a genuinidade dos sentimentos que nutria por eles.

O signo “ser mãe” já fazia parte da estrutura semiótica de Diana mesmo antes da mesma tornar-se mãe, mas este não se integrava ao seu desejo, uma vez que a participante relata dispor de pouca intensidade e investimento afetivo direcionadas a maternidade, além de um descontentamento com as demandas exigidas pelo papel materno. Entretanto ao engravidar, Diana internaliza as sugestões sociais da cultura coletiva sobre “ser mãe” e “ser esposa”. Desta forma, a participante segue vivenciando contradições e ambivalências na tentativa de elaborar uma nova síntese pessoal que possa incluir, além da maternidade, os seus desejos pessoais.

Sendo assim, Diana reelabora as sugestões canalizadas pela cultura de acordo com sua história pessoal, aparentemente refletindo sobre a maneira como foi construída sua relação com própria mãe e tentando reelaborar a sua postura diante dos próprios filhos, mesmo reconhecendo nunca ter sentido vontade de ser mãe. A participante também apresenta comportamentos, formas de pensar e sentir a maternidade que são diferentes daqueles vivenciados na sua família de origem com a sua própria mãe. Sendo assim, mesmo expondo, em alguns momentos, sentimento de culpa, possivelmente por ambicionar viver outras relações e outros aspectos de sua vida pessoal, especialmente o de realizar-se amorosamente, nos quais, em princípio, a maternidade não estaria inserida, Diana acaba por incluir seus filhos neste projeto de realização pessoal.

A novidade, neste caso, emerge na construção que Diana faz de sua cultura pessoal, encontrando formas diferentes de agir e sentir, e que lhe permitem exercer a função materna e também considerar outras possibilidades para a sua vida que, embora não estejam relacionadas diretamente à própria maternidade, não a invalidam. Seus relatos mostram, ainda, a presença de pouca aproximação emocional da condição de mãe, sem, entretanto, renunciar ao um papel materno, mais circunscrito a atenção e cuidado, mesmo que não se possa dizer que atenção e cuidado sejam desprovidos de afeto.

Diante do que foi exposto, pode haver a possibilidade de que para Diana, o signo “ser mãe” esteja passando por uma nova conformação semiótica em sua cultura pessoal diferente daquela que existiu anteriormente em sua história de vida diante da situação de abandono materno que experienciou na infância e da que se encontra amplamente difundida na cultura

coletiva.

Um dos pontos importantes da narrativa de Diana refere-se à sua verbalização e às reflexões sobre a própria maternidade e o sentimento de culpa. Zanello (2018) afirma que existem caminhos privilegiados de subjetivação no tornar-se homem e mulher na cultura brasileira, nos tempos atuais. Para as mulheres, destacam-se os dispositivos amoroso e materno. O dispositivo amoroso configura uma certa forma de amar que vulnerabiliza as mulheres. Percebe-se isso na narrativa em que Diana atribui grande importância e investimento em uma busca por satisfazer-se pessoalmente e afetivamente, acabando por se subjetivar na “prateleira do amor”, na qual “ser escolhida” e validada por um homem torna-se uma legitimação fundamental. A autora justifica afirmando que o amor é identitário para as mulheres, de um modo que não se constitui para os homens.

A mesma autora afirma que o dispositivo materno coloca as mulheres em uma relação naturalizada com o cuidar, tornando ideologicamente biológicas performances que, de fato, são elaboradas na e pela cultura desde que se nasce. Diana opõe-se a esse papel reservado ao feminino pela sociedade, uma vez que admite nunca ter desejado ser mãe (embora seja) e apresentar pouca disponibilidade para investir afetivamente na função.

Quanto a José, não há muitas informações sobre os outros filhos (somente cria Josiel) cujas relações também importam e informam sobre o significado da parentalidade. Entretanto, José aparenta ter constituído um conhecimento em sua cultura pessoal sobre a parentalidade a partir do que é hegemônico na cultura coletiva. Além disso, seu discurso mostra que, no nível pessoal, a ruptura representada pelo nascimento do filho mais novo, aliada ao diagnóstico do HIV e a situação de vulnerabilidade desse filho após o falecimento da mãe, colocam José em uma situação de bifurcação, em que a opção foi assumir o filho com as implicações de abandono da vida anterior e a construção de uma nova identidade: a de ser pai, mesmo com todas as dificuldades advindas disso, utilizando recursos como o apoio da sua mãe, promovendo o autocuidado e se dedicando ao trabalho.

O significado da parentalidade para José mostra-se pautado no cuidado do filho, no provimento de suas necessidades e afetos. Tal significado distancia-se da experiência vivida com o pai, mas aproxima-se da vivida com a mãe, além de se aproximar da que predomina na cultura coletiva. Nem todos os violentados quando filhos irão violentar quando pais, mas, não se nega a importância das experiências vividas; salienta-se, apenas, que tais experiências são vividas por cada pessoa de uma forma peculiar. Isto implica em que não há “fórmula” pronta

que nos permita estabelecer uma relação linear de causa e efeito nas trajetórias humanas.

De acordo com Mattos (2013), os seres humanos se encontram em um constante processo de devir. Isto porque, “as funções psicológicas operam justamente nesse limiar entre o que é/está agora e vários estados de *vir-a-ser*, projetando-nos na direção de futuros possíveis” (p. 158). Congruente com esta perspectiva, Valsiner (2012; 2014) afirma que função dos signos é sempre voltada para o futuro - tanto em seu impacto imediato, transformando o próximo futuro imediato em um novo presente. Isso também se aplica aos seres humanos, uma vez que segundo o mesmo autor, somos orientados para o futuro dada a inevitabilidade de viver - em tempo irreversível.

No contexto deste estudo, percebemos que a parentalidade também é uma experiência de potencial prospectivo para esses pais, tendo em vista que eles encontram-se constantemente vislumbrando suas relações com os filhos em um tempo futuro. Isto posto, podemos compreender a parentalidade sendo orientada para o futuro mesmo que os participantes ao criar significações sobre a parentalidade se referenciem no passado, recordando momentos relevantes das suas experiências de filialidade. Este fato, parece se aproximar da seguinte colocação de Valsiner (2014) afirma que *“o criador de significados no presente acessa diferentes vestígios de seu passado mesmo enquanto ele está se movendo em direção ao futuro. Desta forma, o que parece implicar “olhar para trás” no momento dado é, na verdade, “olhar para frente”* (p. 126).

Para finalizar o trabalho, buscou-se pensar a relação das violências vividas por José e Diana com suas significações atuais de parentalidade. Pode-se considerar que tanto José quanto Diana foram depreciados, abandonados e negligenciados durante a infância por pessoas tão significativas e que, tendo ambos se conectado com a realidade que lhes impuseram sobre sua própria existência, através da internalização das vozes desses outros significativos e em conexão com a cultura coletiva, hoje, já adultos e com a experiência da parentalidade, eles parecem ter reconhecido que, enquanto fazem diferente com seus filhos e apresentam a eles outras possibilidades de ser, estão construindo suas próprias identidades.

A parentalidade, enquanto fenômeno, oportuniza que esses pais (cada um a seu modo e dentro de suas possibilidades) se reinventem, mesmo diante das adversidades que vivenciaram no passado (no lugar de filho/a) e das que vivenciam no presente (enquanto pai ou mãe) constituindo possibilidades de fazer diferente. Diante disso, é possível que quem a experiência

(considerando que somos construídos através dos relacionamentos dos quais fazemos parte), reconheça-se como uma voz significativa na vida de outrem, possibilitando a construção/restauração de uma versão mais apreciativa de si mesmo.

6. Considerações finais

Este estudo trouxe, como interesse principal, a compreensão sobre as significações das experiências parentais para pais e mães que sofreram violência intrafamiliar durante a infância e/ou adolescência, considerando as idiosincrasias de suas trajetórias. Baseado na Psicologia Semiótica Cultural e em uma perspectiva idiográfica de pesquisa, centrou-se sobre os aspectos singulares das trajetórias dos participantes, buscando integrar a natureza temporal, histórica e dinâmica das suas experiências.

Buscando atender a este propósito, foram formulados dois objetivos específicos, os quais buscavam a compreensão sobre (1) os modos como as experiências de violência perpetrada pelos pais na infância se relacionam com as significações sobre filialidade; (2) as significações que os participantes constroem sobre suas experiências de parentalidade.

Em relação ao primeiro objetivo, foi possível perceber que as significações sobre a filialidade, foram atravessadas pela vulnerabilidade social e econômica e pela violência intrafamiliar, para ambos os participantes. Para José, a filialidade relacionada à figura paterna foi significada por com um sentimento de ambivalência pela forma que era tratado pelo pai. No que diz respeito a sua mãe, José define a relação entre ambos como permeada por muito amor, tornando possível compreender que as significações de filialidade associam-se à ideia de cuidado mútuo, companheirismo e proteção.

As significações da filialidade relacionadas à figura materna tornaram-se mais evidentes no discurso de José quando este, na sua adultez, passou a assumir, na família, funções que incluem: o acolhimento emocional da mãe, proteção, cuidado e auxílio financeiro. Na narrativa de José também fica claro que tais significações estão relacionadas ao papel que ele assume, atualmente, como pai.

As significações de filialidade desenvolvidas por Diana, referentes à própria mãe, assumem, em um primeiro momento, sentimentos positivos como o de ser amada, querida e acarinhada, sem mencionar, nesse enquadre, a figura paterna. Com a saída da mãe do contexto familiar, tais significações modificaram-se radical e abruptamente, sendo atravessadas pelo abandono material e afetivo, tristeza, sentimento de inferioridade, além de violência física e psicológica por parte das irmãs. Desta forma, a ambiguidade se faz presente em suas relações

parentais, principalmente, no que diz respeito à figura materna que, em muitos momentos, foi narrada pela participante como cuidadora, carinhosa, mas que, ao sair de casa, mal se despediu ou conversou com os filhos. Quanto ao pai, os relatos de Diana evidenciam as significações de filialidade perpassadas pelo distanciamento afetivo e a negligência.

De modo mais singular, com referência às irmãs mais velhas (que passaram a assumir as funções de cuidadoras principais de Diana), podemos supor que, com as responsabilidades que passaram a assumir diante do desmoronamento dos papéis parentais, a relação de Diana com as irmãs mais velhas também se mostrou ambivalente. Ao tempo em que havia uma degradação das relações pela violência física e psicológica, havia, por outro lado, a existência de cuidado e união na busca de recursos para tentar lidar com situações adversas, especialmente as de cunho material.

Em relação ao segundo objetivo, foi possível perceber que, na trajetória de José, a experiência da parentalidade vivenciada desde o nascimento do seu primeiro filho até o nascimento de Laura (sua penúltima filha), foi pouco consistente sendo caracterizada por pouco envolvimento físico e afetivo, ambivalências e distanciamentos. A partir da sua narrativa, podemos compreender que José pouco comprometeu-se com o cuidado dos dois primeiros filhos, passando a aproximar-se mais da condição paterna a partir do nascimento de Laura.

Ainda sobre as significações sobre a parentalidade na trajetória de José, o nascimento de Josiel (seu filho mais novo) assinala um período importante, em que ocorreram muitas mudanças em sua vida. Em sua narrativa, José apresenta revelar, como referência, a relação com o pai (de abandono, de falta de cuidado e negligência) para adotar outro tipo de comportamento na relação com Laura e, principalmente, com Josiel, buscando ser um pai atencioso e presente, postura semelhante à que sua própria mãe adotou/adota. Seu relato mostra que a experiência que teve com o próprio pai, na sua infância e adolescência, está presente na sua significação atual de paternidade, que parece impulsioná-lo para um movimento oposto ao do próprio pai.

José afirma que as funções de um pai estão atreladas à ideia de oportunizar um bom desenvolvimento e bem-estar para a criança. A sua mãe também se apresenta como uma figura importante para que José possa “ser pai”, ajudando-o sempre que necessita. A figura de referência que atua como signo organizador da experiência de José, e que serve para balizar e incentivar seu modo de exercer a paternidade, é a materna.

Para Diana, a experiência da maternidade mostrou-se como um evento disruptivo na sua trajetória. Em sua narrativa, Diana expressa que seus interesses pessoais conflitam com o exercício da maternidade. Relata que, por causa da medicação controlada, sente uma morosidade diante das tarefas domésticas e a indisposição atrapalha seus afazeres. Desta forma, a vivência da maternidade é atravessada por muita ambiguidade. Nessa perspectiva, percebe-se que Diana não apresenta muitas expectativas positivas em relação ao exercício da maternidade, evidenciada especialmente na falta de investimento afetivo.

Com os dois participantes desta pesquisa percebemos que a violência intrafamiliar experienciada na infância com os próprios pais, mesmo sendo um evento passado pode estar imbricada na experiência presente da parentalidade, embora não a determine. Desta forma percebemos que, no significado atual de parentalidade, estão presentes elementos que são comuns ao que foi vivenciado no passado, nas relações com os pais.

Diante do que foi explicitado no presente estudo, torna-se importante salientar que o seu propósito distancia-se de qualquer discurso social de culpabilização dos pais e também da busca por uma parentalidade perfeita que ilusoriamente é exigido socialmente. A parentalidade enquanto um processo inacabado compreende erros e acertos, ou seja, não existe uma representação perfeita a ser alcançada mas sim, uma relação bidirecional, processual que exige um investimento intelectual e afetivo em seu curso evolutivo.

Finalizando, podemos, pois, dizer que a análise e a interpretação dos dados permitem considerar sua relevância para a proposta principal deste estudo: a compreensão sobre significações construídas ao longo das trajetórias de vida dos participantes, buscando apreender as imbricações de experiências de violência do passado nas suas significações atuais sobre parentalidade.

Referências Bibliográficas

- Abbey, E., & Valsiner, J. (2004). Emergence of meanings through ambivalence. *Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research*, 6(1), Article 23.
- Abramovitch, S., Maia, M. C., Cheniaux, E. (2008). Transtornos de déficit de atenção e do comportamento disruptivo: associação com abuso físico na infância. *Archives of Clinical Psychiatry (São Paulo)*, 35(4), 159-164.
- Abranches, C. D. de, & Assis, S. G. de. (2011). A (in)visibilidade da violência psicológica na infância e adolescência no contexto familiar. *Cadernos de Saúde Pública*, 27(5), 843-854.
- Abranches, C. D. de; Assis, S. G. de and Pires, T. de O. (2013) Violência psicológica e contexto familiar de adolescentes usuários de serviços ambulatoriais em um hospital pediátrico público terciário. *Ciênc. saúde coletiva [online]*. vol. 18, n. 10, pp. 2995-3006.
- Almeida, M. V. (2009). Violência conjugal e álcool: (in) existência de uma relação causal? (Dissertação de mestrado). Universidade de Coimbra, Portugal.
- Althoff, C.R. Delineando uma abordagem teórica sobre o processo de conviver em família. In: Elsen I, Marcon SS, Santos MR, organizadores. *O viver em família e sua interface com a saúde e a doença*. Maringá (PR): EDUEM; 2002.
- Alvarenga, P. (2001). Práticas educativas como forma de prevenção de problemas de comportamento. In Guillard, H. J.; Madi, M. B. B. P.; Queiroz, P. P. & Scoz, M. C. *Sobre comportamento e cognição: expondo a variabilidade*, (Vol. 8): (pp. 54-60). Santo André: ESETec.
- Alvarenga, P., Piccinini, C. (2001). Práticas educativas maternas e problemas de comportamento em pré-escolares. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 14, 3, 449-460.
- Alvarenga, P., Piccinini, C. A. (2009). Práticas educativas maternas e indicadores do desenvolvimento social no terceiro ano de vida. *Psicol. Reflex. Crit*, vol. 22, no. 2, p. 191-199.
- Alvarenga, P., Oliveira, J. M., Gomes, Q. M., Freitas, L. M. A. (2016). As relações entre depressão materna e relatos maternos acerca do envolvimento paterno: um estudo longitudinal. *Temas em Psicologia*. vol. 24, no. 3, p. 911-925.
- Amazonas, M. C. L. A., Damasceno, P. R., Terto, L. M. S., & Silva, R. R. (2003). Arranjos familiares de crianças de camadas populares. *Psicologia em Estudo*, 8 (especial), 11-20.
- Amaral, S. A. (2001). A imagem de si em crianças com histórico de fracasso escolar. A luz da teoria de Henri Wallon. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Antoni, C., B. Rodriguez, L., Koller, S. H. (2007). Indicadores de risco e de proteção em famílias fisicamente abusivas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, vol. 23, no. 2, p. 125-132.
- Apostólico, M., Nóbrega, C., Guedes, R., Fonseca, R., & Egry, E. (2012). Características da violência contra a criança em uma capital brasileira. *Revista Latino-Americana De Enfermagem*, 20 (2), 266-273.

- Ariès, P. (1975). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC.
- Arón; A. M. (2010). *Abordaje psicosocial y jurídico a víctimas de la violencia intrafamiliar*. Documento produzido pela equipe do “Centro de Estudios y Promoción del Buentrato”, da Pontificia Universidad Católica do Chile.
- Avanci, J. Q., Pinto, L. W., Assis, S. G. de. (2017). Atendimento dos casos de violência em serviços de urgência e emergência brasileiros com foco nas relações intrafamiliares e nos ciclos de vida. *Ciência e Saúde Coletiva*, vol. 22, no. 9, p. 2825-2840
- Azevedo, M. A.; Guerra, V. N. A (org.). (1989) *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. Iglu, São Paulo.
- Azevedo, M. A.; Guerra, V. N. A. (1995) *Violência doméstica na infância e adolescência*. Robe: São Paulo.
- Azevedo, M. A., Guerra, V. N. de A. (2001). *Mania de bater: a punição corporal doméstica de crianças e adolescentes no Brasil*. São Paulo: Editora Iglu.
- Badinter, E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.
- Badinter, E. *O conflito: a mulher e a mãe*. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- Bandura, A. (1977). *Social Learning Theory*. New York: General Learning Press.
- Barbosa, P. Z., Rocha-Coutinho, M. L. (2007). Maternidade: novas possibilidades, antigas visões. *Psicologia Clínica*, 19(1), 163-185.
- Barbosa, P. V., Wagner, A. (2014). A construção e o reconhecimento das regras familiares: a perspectiva dos adolescentes. *Psicologia em Estudo*, vol. 19, no. 2, p. 235-245.
- Bastos, A. C. de S., Trad, L. A. B. (1998). *A Família enquanto Contexto de Desenvolvimento Humano: Implicações para a Investigação em Saúde*. *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 3, no. 1, 106-115.
- Bastos, A. C. S. (2001). *Modos de partilhar: a criança e o cotidiano da família*. Taubaté, SP: Cabral Editora Universitária.
- Bastos, A. C. S. (2008). *Transições familiares enquanto eventos narrativos: um estudo transgeracional*. Relatório Técnico encaminhado ao CNPq.
- Bastos, A. C. S. B. (2019). *Na iminência da morte: Cuidado Paliativo e Luto Antecipatório para crianças/adolescentes e os seus cuidadores (Tese de Doutorado)*. Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia.
- Bazon, M. R., Mello, I. L., Martínez A. de, Bérghamo, L. P. D, Faleiros, J. M. (2010). Negligência infantil: estudo comparativo do nível socioeconômico, estresse parental e apoio social. *Temas em Psicologia*, 18(1), 71-84.
- Belsky, J. Social-contextual determinants of parenting. In: Tremblay, R. E.; Barr, R. G.; Peters, R. V. (Ed). *Encyclopaedia on early childhood development*. Montreal: Centre of Excellence for

- Early Childhood Development, 2005. p.1-6. Disponível em: <<http://www.child-encyclopedia.com/en-ca/parenting-skills/according-to-experts/belsky.html>>.
- Belsky, J.; Jaffee, S. The multiple determinants of parenting. In: Cicchetti, D.; Cohen, D. (Ed.). *Developmental psychopathology*. (). 2. ed. Nova York: John Wiley, 2006. p.38-77.
- Belsky, J. Etiology of child maltreatment: a developmental-ecological analysis. *Psychological Bulletin*, n. 114, p. 413-434, 1993.
- Belsky, J.; Vondra, J. Lessons from child abuse: the determinants of parenting. In: Cicchetti, D.; Carlson, V. (Ed.). *Current research and theoretical advances in child maltreatment*. Cambridge: Cambridge University, 1989. p. 153-202.
- Belsky, J.; Vondra, J. Characteristics, consequences and determinants of parenting. In: L'abate, L. (Ed.). *Handbook of family psychology*. Homewood: Dow Jones-Irwin, 1985. p. 523-556.
- Belsky J. The determinants of parenting: a process model. *Child Development*, n. 55, p. 83-96, 1984.
- Bérgamo, L. P. D., Bazon, M. R. (2011). Experiências infantis e risco de abuso físico: mecanismos envolvidos na repetição da violência. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, vol. 24, no. 4, p. 710-719.
- Bittar, D. B., Nakano, A. M. S. (2011). Violência intrafamiliar: análise da história de vida de mães agressoras e toxicod dependentes no contexto da família de origem. *Texto & Contexto - Enfermagem*, vol. 20, no. 1, p. 17-24.
- Bolsoni-Silva, A. T., Salina-Brandão, A., Versuti-Stoque, F. M., Rosin-Pinola, A. R. (2008) Avaliação de um programa de intervenção de habilidades sociais educativas parentais: um estudo-piloto. *Psicologia: Ciência e Profissão*, vol. 28, no. 1, p. 18-33.
- Bolsoni-Silva, A. T., Loureiro, S. R. (2011). Práticas educativas parentais e repertório comportamental infantil: comparando crianças diferenciadas pelo comportamento. *Paidéia*, vol. 21, no. 48, p. 61-71.
- Borsa, J. C.; Nunes, M. L. T. (2011). Aspectos psicossociais da parentalidade: o papel de homens e mulheres na família nuclear. *Psicologia em Argumento*, vol. 29, no. 64, p. 31-39.
- Bowlby, J. (1988). *A secure base: Parent-child attachment and healthy human development*. New York: Basic Books.
- Branco, A. U. (2006). Crenças e práticas culturais: co-construção e ontogênese de valores sociais. *Pro-Posições*, 17(2), 139-155.
- Branco, A. U. (2012). Values and sociocultural practices: pathways to moral development. Em J. Valsiner (Ed.) *The Oxford handbook of culture and psychology* (pp. 749-766) New York: Oxford University Press.
- Branco, A. U., & Valsiner, J. (2012). *Cultural psychology of human values*. Charlotte, NC: Information Age Publishing.
- Brasil. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Brasília, 1990.

- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço / Secretaria de Políticas de Saúde. –Brasília: Ministério da Saúde, 2001.
- Broad, R. D., Wheeler, K. (2006). An adult with childhood medical trauma treated with psychoanalytic psychotherapy and EMDR: A case study. *Perspective in Psychiatric Care*, 42(2), 95-105.
- Bustamante, V. (2005). Família, paternidade e saúde: um estudo etnográfico sobre a participação paterna no cuidado da saúde de crianças pequenas em um bairro popular. Dissertação de Mestrado, Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA.
- Bustamante, V. (2009). Cuidado infantil e construção social da pessoa: uma etnografia em um bairro popular de Salvador. Tese de Doutorado, Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA.
- Bustamante V, Santos I. Arranjos familiares e possibilidades terapêuticas em um serviço de saúde mental infantil. *Pensando Fam.* 2015; 19:115-31.
- Carlos, D. M., Pádua, E. M. M. de, Fernandes, M. I. D., Leitão, M. N. da C., Ferriani, M. das G. C. (2016). Violência doméstica contra crianças e adolescentes: olhares sobre a rede de apoio. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 37.
- Carvalho, B.C.B. (2019) Maternidade e filialidade para mães em sofrimento psíquico e suas filhas: entre as delicadezas da experiência pessoal e os recursos de proteção social. Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Carvalho-Barreto, A. de. (2013). A parentalidade no ciclo de vida. *Psicol. Estud. Maringá*, vol. 18, no. 1, p. 147-156.
- Cecconello, A. M.; Antoni, C; Koller, S. H. (2003) Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em Estudo, Maringá*, 8, 45-54.
- Centeno, R. M., Jiménez, E. V. (2016) Terapia familiar inclusiva: em busca de pais “efetivos”. *Pensando Família*. vol. 20, no. 2, p. 3-26.
- Cerqueira, D., Lobão, W. (2004). Determinantes da criminalidade: arcabouços teóricos e resultados empíricos. *Dados*, 47(2), 233-269.
- Cervený, C. M. O., Berthoud, C. M. E. (1997) Família e ciclo vital: nossa realidade em pesquisa. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Cezar, P. K., Arpini, D. M., Goetz, E. R. (2017). Registros de Notificação Compulsória de Violência Envolvendo Crianças e Adolescentes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, vol. 37, no. 2, p. 432-445.
- Cia, F., Pereira, C. S., Del-Prette, Z. A. P., Del-Prette, A. (2006). Habilidades sociais parentais e o relacionamento entre pais e filhos. *Psicologia em Estudo*, vol. 11, no. 1, p. 73-81.
- Cia, F., Pamplin, R. C. de O., Williams, L. C. de A. (2008) O impacto do envolvimento parental no desempenho acadêmico de crianças escolares. *Psicologia em Estudo* vol.13, no. 2, p. 351-360.

- Costa, M. C. O., Carvalho, R. C. de, Santa Bárbara, J. de F. R., Santos, C. A. S. T., Gomes, W. de A., Sousa, H. L. de. (2007). O perfil da violência contra crianças e adolescentes, segundo registros de Conselhos Tutelares: vítimas, agressores e manifestações de violência. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(5), 1129-1141.
- Costa, F. A. de O., Marra, M. M. (2013). Famílias brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: risco e proteção. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 21(1), 141-153.
- Costa, D. K. G. da, Reichert, L. P., França, J. R. F. de S., Collet, N., Reichert, A. P. da S. (2015). Concepções e práticas dos profissionais de saúde acerca da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes. *Trabalho, Educação e Saúde*, 13 (Supl. 2), 79-95.
- Cruz, A. M. A. de La. Mãe por que me abandonaste? Mito do amor materno, abandono e circulação de crianças em camadas populares. Tese de doutorado em Psicologia Social – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- Cunha, A. C. B. da, Santos, C., Gonçalves, R. M. (2012). Concepções sobre maternidade, parto e amamentação em grupo de gestantes. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 64(1), 139-155.
- Cunha, E. O. (2018). Dinâmicas semióticas reguladoras do envolvimento com o crime nas trajetórias de jovens privados de liberdade (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Day, V. P., Telles, L. E. de B., Zoratto, P. H., Azambuja, M. R. F. de Machado, D. A., Silveira, M. B., Debiaggi, M. R. M. da G., Cardoso, R., Göettert, B. P. (2003). Violência doméstica e suas diferentes manifestações. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, vol. 25, suppl. 1, 9-21.
- De La Cruz, A. M. A. "Mãe, por que me abandonaste?": mito do amor materno, abandono e circulação de crianças em camadas populares. 2014. 227f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- Dellazzana, L. L., Freitas, L. B. de L. (2010). Um dia na vida de irmãos que cuidam de irmãos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(4), 595-603.
- Dib, M. A., Bazon, M. R., Silva, J. L. (2012). Família e conduta infracional na adolescência: revisão sistemática de literatura. *Perspectivas em Psicologia*, 16(1), 142-159.
- Ensink, K., Fonagy, P., Normandin, L., Berthelot, N., Biberdzic, M., Duval, J. (2015) O papel protetor da mentalização de experiências traumáticas: implicações quando da entrada na parentalidade. *Estilos clínicos.*, vol. 20, no. 1, p. 76-91.
- Faleiros, V., Faleiros, E. S. (2008). Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. Brasília, DF: Ministério da Educação.
- Feijó, M. C., & Assis, S. G. (2004). O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias. *Estudos de Psicologia*, 9(1), 157-166.
- Fêres-Carneiro, T., Machado, R. N. Mello, A., Magalhães, A. S. (2017). Práticas de nomeação nas relações familiares contemporâneas. *Revista da SPAGESP*, vol. 18 no. 1, p. 4-19.

- Fernandes, N., & Fernandes, V. (2010). *Criminologia integrada* (3. ed.). São Paulo: Revista dos Tribunais.
- Fernandes, R. T, Lamy, Z. C, Morsch, D, Lamy, F. F, Coelho, C. L. F.. (2011). Tecendo as teias do abandono: além das percepções das mães de bebês prematuros. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16 (10), 4033-4042.
- Fonseca R. M. G. S, Egry, E. Y, Nóbrega, C. R, Apostólico M. R, Oliveira R. N. G. Recurrence of violence against children in the municipality of Curitiba: a look at gender. *Acta Paul Enferm.* 2012 Nov-Dez; 25(6):895-901.
- Freitas, L. M. A.; Alvarenga, P. (2016). Interação pai-criança e problemas externalizantes na infância. *Psico (Porto Alegre)*, vol. 47, no. 4, p. 279-287.
- Gabatz, R. I. B., Neves, E. T., Beuter, M., Padoin, S. M. de M. (2010). O significado de cuidado para crianças vítimas de violência intrafamiliar. *Escola Anna Nery*, vol. 14, no. 1, p. 135-142.
- Garcia, M. L. T., & Tassara, E. T. O. (2003). Problemas no casamento: Uma análise qualitativa. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 8(1), 127-133.
- Gebara, C. F. P., & Lourenço, L. M. (2008). Crenças de profissionais da saúde sobre violência doméstica contra crianças e adolescentes. *Psicologia em Pesquisa, UFJF*, 2(1), 27-39.
- Godinho, L. B. R., Ramires, V. R. R. (2011). Violência contra a criança. *Psicologia e Argumento*. vol. 29, no. 66, p. 315-326.
- Goetz, E. R., Vieira, M. L. (2009). Percepções dos filhos sobre aspectos reais e ideais do cuidado parental. *Estud. psicol. (Campinas)*, vol. 26, no. 2, p. 195-203.
- Gomes, N., & Erdmann, A. (2014). Violência conjugal na perspectiva de profissionais da Estratégia Saúde da Família & quot: problema de saúde pública e a necessidade do cuidado a mulher. *Revista Latino-Americana De Enfermagem*, 22 (1), 76-84.
- Gomes, M. A.; Pereira, M. L. D. (2004) Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. *Ciência & Saúde Coletiva*. v. 10, n. 2, p. 357-363, 2005.
- Gorin, M. C., Mello, R., Machado, R. N., Fêres-Carneiro, T. (2015). O estatuto contemporâneo da parentalidade. *Rev. SPAGESP*, vol. 16, no. 2, p. 3-15.
- Granville-Garcia A. F, Silva M. J. F, Menezes V. A. Maus-Tratos a Crianças e Adolescentes: Um Estudo em São Bento do Una, PE, Brasil. *Pesq Bras Odontoped Clin Integr* 2008; 8(3):301-307.
- Guerra, V. N. de A. (1998). *Violência de pais contra filhos: A tragédia revisitada*. São Paulo: Cortez.
- Habigzang, L. F., Koller, S. H., Azevedo, G. A., Machado, P. X. (2005). Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21(3), 341-348.
- Henning, C. E. *As Diferenças na Diferença: hierarquia e interseções de geração, gênero, classe, raça e corporalidade em bares e boates GLS de Florianópolis, SC*. Dissertação de Mestrado, Antropologia Social, UFSC, 2008.

- Henry, S. (2013). Crime. In E. McLaughlin, & J. Muncie. (Eds.), *The Sage Dictionary of Criminology* (3rd ed.) (pp. 85-87). London, England: SAGE.
- Hermans, H. & Hermans-Jansen, E. (2003). Dialogical process and the development of the self. In J. Valsiner & K. Connolly (Eds.), *Handbook of development psychology*. London: Sage
- Hintz, H. C., Baginski, P. H. (2012). Vínculo conjugal e transição para a parentalidade: fragilidades e possíveis superações. *Revista Brasileira de Terapia de Família*, vol. 4, no. 1, p. 10-22.
- Hoghugh, M. Parenting: an introduction. In: Hoghugh, M.; Long, N. (Ed). *Handbook of parenting: theory and research for practice*. Londres: Sage, 2004. p. 1-18
- Holmes, J. (2012). A model of intervention at a psychoanalytic parent-child drop-in group in a poor district of Lima-Peru. Peru: *Jornal of Child Psychotherapy*, vol. 38, no. 2, p. 170-184.
- Houzel, D. (2004). As implicações da parentalidade. In. M. C. P. Silva, L., Solis-Ponton (Orgs.). *Ser pai, ser mãe. Parentalidade: um desafio para o terceiro milênio*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Jovchelovitch, S., Bauer, M. V. (2002). Entrevista Narrativa. In. M. V. Bauer, G. Gaskell (Eds.) *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático*. p. 90-113. Petrópolis: Vozes.
- Kalmus, J. & Paparielli, R. (1997) Para além dos muros da escola: as repercussões do fracasso escolar na vida de crianças reprovadas. In: A. M., Machado; M., Proença (orgs). *Psicologia escolar: Em busca de novos rumos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 157-183.
- La Taille, Y. (2006). *Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas*. Porto Alegre: Artmed
- Lebovici, S. (2004). Diálogo Letícia Solis-Ponton e Serge Lebovici. In M. C. P. Silva, L. Solis-Ponton (Orgs.), *Ser pai, ser mãe. Parentalidade: um desafio para o terceiro milênio*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Leite, J. T., Bezerra, M. A., Scatena, L., Silva, L. M. P. da, Ferriani, M. das G. C. (2016). Enfrentamento da violência doméstica contra crianças e adolescentes na perspectiva de enfermeiros da atenção básica. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 37(2).
- Lieblich, A.; Tuval-Mashiach, R.; Zilber, T. (1998). *Narrative Research: reading, analysis and interpretation*. Applied Social Research Methods Series: Sage.
- Lima, M. G. de, Alencar, H. M. de, Rossetti, C. B. (2015). Moralidade: estudo acerca do sentimento de vergonha com estudantes universitários. *Gerais : Revista Interinstitucional de Psicologia*, 8(1), 63-77.
- Lins, Z. M. B., Salomão, N. M. R., Lins, S. L. B., Féres-Carneiro, T., Eberhardt, A. C. (2015). O papel dos pais e as influências externas na educação dos filhos. *Revista da SPAGESP*, vol. 16, no. 1, p. 43-59.
- Lira, M. O. de S. C., Rodrigues, V. P., Rodrigues, A. D., Couto, T. M., Gomes, N. P., Diniz, N. M. F. (2017). Abuso sexual na infância e suas repercussões na vida adulta. *Texto & Contexto - Enfermagem*, vol. 26, no. 3.

- Lisboa, C., Koller, S. (2000). Questões de ética na pesquisa com crianças vítimas de violência doméstica. *Aletheia*. vol. 11, p. 59-70.
- Machado, P. M. (2017) *Cultura, afeto e narrativas: os caminhos semióticos da paternidade no contexto da separação conjugal*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Psicologia. Salvador, 2017.
- Magalhães, J. R. F. de, Gomes, N. P., Mota, R. S., Campos, L. M., Camargo, C. L. de, Andrade, S. R. de. (2017). Violência intrafamiliar: vivências e percepções de adolescentes. *Escola Anna Nery*, vol. 21, no. 1.
- Malbergier, A., Cardoso, L. R. D., Amaral, R. A. do. (2012). Uso de substâncias na adolescência e problemas familiares. *Cadernos de Saúde Pública*, 28(4), 678-688.
- Martins, A. G., Nascimento, A. R. A. do. (2017). Violência doméstica, álcool e outros fatores associados: uma análise bibliométrica. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 69(1), 107-121.
- Matos, M. G. de; Magalhães, A. S. (2014). Tornar-se pais: sobre a expectativa de jovens adultos. *Pensando Famílias*, vol. 18, no. 1, p. 78-91.
- Mattos, E. de (2013). *Desenvolvimento do self na transição para a vida adulta: Um estudo longitudinal com jovens baianos*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Milani, R. G., Loureiro, S. R. (2008). Famílias e violência doméstica: condições psicossociais pós ações do conselho tutelar. *Psicologia: ciência e profissão*, 28(1), 50-67.
- Minayo, M. C. S. (1994). Violência social sob a perspectiva da saúde pública. *Cadernos de Saúde Pública*, vol. 10, no. 1, p. 7-18.
- Minayo, M. C. S. (2006). A inclusão da violência na agenda da saúde: trajetória histórica. *Ciência e Saúde Coletiva*, vol. 11, 1259-1267.
- Moysés, M. A. A. (2001). *A institucionalização Invisível: crianças que não aprendem na escola*. São Paulo: FAPESP.
- Mora, L., Otálora, C., e Recagno-Puente, I. (2005). Hombre y la mujer frente al hijo: Diferentes vocês sobre su significado. *Psykhe*, vol. 14, no. 2, p. 119 -132.
- Moreno, M. R.; Branco, A. (2014). Desenvolvimento das significações de si em crianças na perspectiva dialógico cultural. *Psicologia em Estudo*, vol. 19, no. 4, p. 599-610.
- Moro, M. R. (2005). Os Ingredientes da Parentalidade. *Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental*, vol. 8, no. 2, p. 258-273.
- Moura, M. M. de A. (2015). *Significações e ressignificações de violência doméstica ao longo da vida: as narrativas de adultos vitimados na infância ou adolescência*. Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia.
- Nascimento, R. de C. S. *Entre xingamentos e rejeições: um estudo da violência psicológica na relação entre professor e aluno com dificuldades de aprendizagem*. Salvador, 2011, 233f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia.

- Neves-Pereira, M. S., Branco, A. U. (2015). Criatividade na educação infantil: contribuições da psicologia cultural para a investigação de concepções e práticas de educadores. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 20(3), 161-172
- Nunes, A. B., & Branco, A. U. (2007). Desenvolvimento moral: novas perspectivas de análise. *Psicologia Argumento*, 25(51), 413-424.
- Nunes, S. A. N., Fernandes, M. G. V., Mauro L. (2007). Interações sociais precoces: uma análise das mudanças nas funções parentais. *Revista Brasileira Crescimento Desenvolvimento Humano*, vol. 17, no. 3, p. 160-171.
- Nunes, A. J., Sales, M. C. V. (2016). Violência contra crianças no cenário brasileiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(3), 871-880.
- Oliveira, M. T. de, Lima, M. L. C. de, Barros, M. D. de A., Paz, A. M., Barbosa, A. M. F., Leite, R. M. B. (2011). Sub-registro da violência doméstica em adolescentes: a (in)visibilidade na demanda ambulatorial de um serviço de saúde no Recife-PE, Brasil. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, 11(1), 29-39.
- Piccinini, C. A., Lopes, R. S., Gomes, A. Grill e De Nardi, T. (2008). Gestação e a constituição da maternidade. *Psicologia em Estudo*, 13 (1), 63-72.
- Pardini, D. A., Waller, R., & Hawes, S. W. (2015). Familial influences on the development of serious conduct problems and delinquency. In J. Morizot, & L. Kazemian (Eds.), *The development of criminal and antisocial behavior: theory, research and practical applications* (pp. 201-220). New York, USA: Springer.
- Paludo, S. dos S., Koller, S. H. (2008). Toda criança tem família: criança em situação de rua também. *Psicologia & Sociedade*, 20(1), 42-52.
- Pepino, C. B. (2014). Relacionamento Romântico entre Mulheres Brasileiras e Homens Estrangeiros. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES.
- Pfeiffer, L., Rosário, N. A., Cat, M. N. L. (2011). Violência contra crianças e adolescentes: proposta de classificação dos níveis de gravidade. *Revista Paulista de Pediatria*, 29(4), 477-482.
- Pasian M.S.; Faleiros J. M.; Bazon M.R;., Lacharité C. Negligência infantil: a modalidade mais recorrente de maus-tratos. *Pensando Fam [Internet]*. 2013 [cited 2015 Dec 23] 17(2):61-70.
- Piccinini, C. A.; Gomes, A. G; Nardi, T., Lopes, R. S. (2008). Gestação e a constituição da maternidade. *Psicologia em Estudo*, 13(1), 63-72.
- Piscitelli, A. (2007) Sexo tropical em um país europeu: migração de brasileiras para a Itália no marco do “turismo sexual” internacional. *Estudos Feministas, Florianópolis*, v. 15, n. 3, p. 717-744, set./dez.
- Pontes, V. V. (2013). Construindo continuidade frente a sucessivas rupturas: estratégias semióticas de reparação dinâmica do self. Tese de doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia.

- Portugal, A., Marques, I. A. (2013). A comunicação parento-filial: estudo das dimensões comunicacionais realçadas por progenitores e por filhos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, vol. 26, no. 3, p. 479-487.
- Ramires, V. R. (1997). *O exercício da paternidade hoje*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos.
- Reinaldo, A. M. dos S., Pillon, S. C. (2008). Repercussões do alcoolismo nas relações familiares: estudo de caso. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 16 (spe), 529-534.
- Rena, A. C. C. B., Romagnoli, R. C., Lima, N. L. Maternidade e feminilidade: um estudo da subjetividade de mães negligentes na Assistência Social. *Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental*, vol. 17, no. 4, p. 857-857.
- Ristum, M. (2010). A violência doméstica contra crianças e as implicações da escola. *Temas em Psicologia*, Vol. 18, nº1, 237 –247.
- Ristum, M. (2014). As marcas da violência doméstica e a identificação por professores do ensino fundamental. *Revista Brasileira de Psicologia*, Salvador, Bahia, 01.
- Rodrigues, L. S., Chalhub, A. A. (2014). Contextos familiares violentos: da vivência de filho à experiência de pai. *Pensando Famílias*, vol. 18, no. 2, p. 77-92.
- Rodrigues V. P., Machado J. C., Santos W. da S., Santos M. de F. de S., Diniz, N. M. F. Violência de gênero: representações sociais de familiares. *Texto contexto - enferm.* [Internet]. 2016; 25 (4).
- Roncancio-Moreno, M. (2015) *Dinâmica das significações de si em crianças na perspectiva dialógico-cultural*. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, Brasília.
- Saffioti, H. I. B. (1989) *A síndrome do pequeno poder*. Em: *Crianças vitimizados: a Síndrome do Pequeno Poder*. Ed. Iglu, São Paulo.
- Santrock, J. W. (2014). *Adolescência* (14. ed.) (S. M. da Rosa, Trad.). Porto Alegre: Artmed. (Trabalho original publicado em 2012).
- Santos, B. R. (2014). Por uma escuta da criança e do adolescente social e culturalmente contextualizada: concepções de infância e de adolescência, universalidade de direitos e respeito às diversidades. In B. R. Santos, I. B. Gonçalves (Coords.), *Escuta de crianças e adolescentes em situação de violência sexual: aspectos teóricos e metodológicos: guia para capacitação em depoimento especial de crianças e adolescentes*. p. 27-42. Brasília, DF: EdUCB.
- Santos, K. D., Motta, I. F. da (2014) *O significado da maternidade na trajetória de três jovens mães: um estudo psicanalítico*. *Estudos em Psicologia*. (Campinas), vol. 31, no. 4, p. 517-52.
- Sarmiento, M. J. Vasconcellos, V. M. R. (Org.). (2007) *Infância (in)visível*. Araraquara: Junqueira & Marin.
- Schmidt, B., Staudt, A. C. P., Wagner, A. (2016). Intervenções para promoção de práticas parentais positivas: uma revisão integrativa. *Contextos Clínicos*, vol. 9, no. 1, p. 01-18.

- Scholz, A. L. T., Scremin, A. L. X., Bottoli, C., Costa, V. F. C. (2015). O exercício da parentalidade no contexto atual e o lugar da criança como protagonista. *Estudos de Psicanálise*, no. 44, p. 15-22.
- Scorsolini-Comin, F., Santos, M. A. dos (2016). Construir, organizar, transformar: considerações teóricas sobre a transmissão psíquica entre gerações. *Psicologia Clínica*, vol. 28, no. 1, p. 141-159.
- Seidl-de-Moura, M. L., Ribas, A. F. P., Seabra, C. C. S., Pessoa, L. F., Nogueira, S. E., Mendes, D. M. L. F. Vicente, C. C. (2008). Interações mãe-bebê de um e cinco meses: aspectos afetivos, complexidade e sistemas parentais predominantes. *Psicologia Reflexão e Crítica*, vol. 21, no. 1, p. 66-73.
- Sell, M., Ostermann, A. C. (2015). A construção da significação da experiência do abuso sexual infantil através da narrativa: uma perspectiva interacional. *Delta: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, vol. 31, no. 2, p. 307-332
- Senado Federal. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: o autor.
- Silva, I. M. da; Lopes, R. de C. S. (2012) As relações entre os subsistemas conjugal e parental durante a transição para a parentalidade. *Pensando Famílias*, vol. 16, no.1, p. 69-90.
- Silva K. L.; Alves C.V.; Araújo L. F. (2012) Abandono familiar infanto-juvenil: um olhar sobre uma instituição do agreste pernambucano. In: *Anais do 5 Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira*, Set 4-6; Recife, Brasil
- Silva-Junior, G. B. da, Rolim, A. C. A. da, Moreira, G. A. R., Corrêa, C. R. S., Vieira, L. J. E de S. (2017). Identificação e notificação de maus-tratos em crianças e adolescentes por médicos de família no ceará. *Trabalho, Educação e Saúde*, 15(2), 469-484. Epub March 13, 2017.
- Simons, L. G. (2009). Families and crime. In J. M. Miller (Ed.), *21st Century Criminology: a reference handbook* (pp. 67-75). London, England: SAGE.
- Singly, F. (2007). *Sociologia da família contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FGV. Solis-Ponton, L. (2004). A construção da parentalidade. In. L. Solis-Ponton (Org.), *Ser pai, ser mãe. Parentalidade: Um desafio para o terceiro milênio*. p. 29-40. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Soejima, C. S., Weber, I. N. D. (2008). O que leva uma mãe a abandonar um filho? *Aletheia*, (28), 174-187.
- Solis-Ponton, L. (2004). A construção da parentalidade. In. M. C. P. Silva & L. Solis-Ponton (Orgs.), *Ser pai, ser mãe. Parentalidade: um desafio para o terceiro milênio*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Souza, M. P. R. (2002). Problemas de Aprendizagem ou Problema de Escolarização? Repensando o Cotidiano Escolar à luz da perspectiva histórico-crítica em Psicologia? In: M. K. Oliveira; D. T. Souza & T. C. Rego (Org.). *Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea*. São Paulo: Moderna, p. 177-195.
- Sykes, G. M., Matza, D. (2008). Técnicas de neutralización: una teoría de la delincuencia. *Caderno CRH*, 21(52), 163-170.

- Valério, T.A.M. (2013). O filho adotivo não vem de fora, vem de dentro: um estudo sobre trajetórias de vidas e a construção de significados sobre a decisão de adotar na perspectiva da Psicologia Cultural Semiótica. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE.
- Valsiner, J.; Branco, A.; Dantas, C. (1997). Co-construction of human development: heterogeneity within parental belief orientations. In: Grusec, J.; kuczynski, L. (Ed.). Parenting and children's internalization of values. Nova York: John Wiley, 1997. p. 283-306.
- Valsiner, J. (2001). Process Structure of Semiotic Mediation in Human Development. *Human Development*, 44, 84–97.
- Valsiner, J. (2005). Civility of basic distrust: a cultural-psychological view on persons-insociety. In Symposium on Risk, Trust, and Civility. Toronto, Canada
- Valsiner, J. (2006). Dangerous curves in knowledge construction within psychology: Fragmentation of methodology. *Theory Psychology*, 16, 597-612
- Valsiner. (2007). Comparative study of human cultural development. *Culture in Minds and Societies*. New Delhi: Sage.
- Valsiner, J. (2009). Cultural Psychology today: inovations and oversights. *Culture & Psychology*. Vol. 15 (1): 5-39.
- Valsiner, J. (2010). Climbing the Sacred Mountain of Knowledge: Psychology at it eternal crossroads. Keynote address at XIV Congreso Colombiano de Psicología, Ibagé.
- Valsiner, J. (2012). Fundamentos da psicologia cultural: mundos da mente, mundos da vida. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Valsiner, J. (2014). Why cultural psychology? Making the human condition meaningful. In: Jaan Valsiner. An invitation to cultural psychology. USA, Sage Publications Ltda.
- Vasconcelos, A. C. & Alvarenga, P. (2004). A transmissão transgeracional das noções de educação e disciplina em pais que agridem seus filhos. [Trabalho de Conclusão de Curso não publicado], Universidade Luterana do Brasil, Cachoeira do Sul.
- Vilar, J. O. V; Rabinovich, E. P. (2014). Tipos de conjugalidade e sexualidade na transição para a parentalidade de mulheres de classe média de Salvador, Bahia. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, vol. 14, no. 1, p. 29-46.
- White, H. R., Jackson, K. M., & Loeber, R. (2009). Developmental sequences and comorbidity of substance use and violence. In M. D. Krohn, A. J. Lizotte, & G. P. Hall (Eds.), *Handbook on crime and deviance* (pp. 433-468). New York, USA: Springer.
- Weber, L. N. D., Viezzer, A. P., Brandenburg, O. J. (2004). O uso de palmadas e surras como prática educativa. *Estudos de Psicologia*, vol. 9, no. 2, p. 27-37.
- Ximenes, L. F., Oliveira, R. de V. C. de, Assis, S. G. de. (2009). Violência e transtorno de estresse pós-traumático na infância. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(2), 417-433.
- Yin, R. K. (2001). Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman.

- Zambon MP, Jacintho ACA, Medeiro MM, Guglielminetti R, Marmo DB. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: um desafio. *Rev Assoc Med Bras* 2012; 58(4):465-464.
- Zanello, V. Saúde mental, gênero e dispositivos. Curitiba: Appris, 2018.
- Zanetti, S. A. S., Gomes, I. C. (2011). A "fragilização das funções parentais" na família contemporânea: determinantes e consequências. *Temas em Psicologia*, vol. 19, no. 2, p. 491-502.
- Zanetti, S. A. S.; Gomes, I. C. (2014). Relação entre funções parentais e o comportamento de crianças pré-escolares. *Bol. Psicologia*, vol. 64, no. 140, p. 1-20.
- Zanoti-Jeronymo, D. V., Zaleski, M., Pinsky, I., Caetano, R, Figlie, N. B., Laranjeira, R.. (2009). Prevalência de abuso físico na infância e exposição à violência parental em uma amostra brasileira. *Cadernos de Saúde Pública*, 25(11), 2467-2479.
- Zittoun, T. (2006). *Transitions: development through symbolic resources*. Charlotte, NC: Information Age Publishing.
- Zittoun, T. (2012). Life-course: a sociocultural perspective. In J. Valsiner (Ed.), *The Oxford Handbook of Culture and Psychology* (pp. 513-535). New York, USA: Oxford University Press.
- Zorning, S.M.A. (2010) Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade. *Tempo psicanalítico*, 42(2), 453-470.
- Zuma, C. E. (2004). A violência no âmbito das famílias: Identificando práticas sociais de prevenção. Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão de Iniciativas Sociais do curso de Especialização em Gestão de Iniciativas Sociais LTDS/COPPE/UFRJ e SESI/DN. Orientadora: Profa. Luciana Badin. RJ.
- White, H. R., Jackson, K. M., & Loeber, R. (2009). Developmental sequences and comorbidity of substance use and violence. In M. D. Krohn, A. J. Lizotte, & G. P. Hall (Eds.), *Handbook on crime and deviance* (pp. 433-468). New York, USA: Springer.

APÊNDICES

APÊNDICE A

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

MESTRADO EM PSICOLOGIA

ROTEIRO TEMÁTICO DA ENTREVISTA NARRATIVA

1. Primeiro momento

Proposição geral: “Quando você era criança, como era a sua relação com sua família de origem?”

“Quais as principais lembranças você tem da relação com sua família, em especial os seus pais?”

1.1 Possíveis questionamentos

Temas	Possíveis questões
Relação do entrevistado com sua família de origem. Objetivo específico 1 – Investigar as experiências de adultos sobre a sua infância no que tange a qualidade do relacionamento com seus cuidadores.	- Você poderia falar da sua infância? - Quem morava na mesma casa com você? - Quais as lembranças que você tem dessa época? Quando você pensa na sua infância o que lhe vem à cabeça? Tem alguma cena marcante que você recorda? (Pedir para o entrevistado contar fatos que retratem a infância buscando retratar fatos

	que caracterizem esta etapa da vida do sujeito).
<p>Relação do entrevistado com sua família de origem.</p> <p>Objetivo específico 1 – Investigar as experiências de adultos sobre a sua infância no que tange a qualidade do relacionamento com seus cuidadores.</p>	<p>- Como era a sua relação com seus pais?</p> <p>- E com seus avós? E outros membros da família? (Tios, primos, etc.)</p> <p>(Pedir para o sujeito relatar como se estabelecia a sua relação com os seus pais; Solicitar que o mesmo exemplifique contando fatos que caracterizem a relação).</p>

2. Segundo momento

Proposição geral: “Como é para você ser (mãe... pai... avó... etc.) desta criança”. Ao término do relato pode-se indagar: “haveria ainda alguma coisa que você gostaria de dizer?”.

2.1. Possíveis questionamentos

Temas	Possíveis questões
<p>Questões antecedentes ao nascimento da criança.</p> <p>Objetivo específico 2 – compreender como se constrói o significado da experiência parental para o sujeito.</p>	<p>- Antes de ser pai/mãe, o que você achava de ter filhos? Ou de ser responsável por uma criança?</p> <p>- Como foi para você saber que seria pai/mãe?</p>

	<ul style="list-style-type: none"> - Quais as expectativas que você tinha com relação a ser pai/mãe? Havia alguma expectativa (sonhos, medos)? - O que você sentia em relação ao bebê? - Nessa época, quando você se tornou pai/mãe, você observou se algo mudou na sua forma de sentir, pensar e agir?
<p>Questões relacionadas a criação da criança e como a pessoa se vê como pai.</p> <p>Objetivo específico 3: Identificar os padrões relacionais presentes no comportamento entre pais e filhos que possam caracterizar a experiência parental.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Como você se vê hoje sendo pai/mãe? - Algo mudou na forma como você se via no passado e como você se percebe hoje? Se sim: Você consegue descrever essas mudanças? - Como você busca se relacionar (conversar, interagir, participar da vida da criança) com ele? - E nos momentos de conflito? Como são solucionados? - Com quem você conta nesses momentos? - Como é um dia comum com X? E um dia diferente? - Você pode me contar uma situação na qual você achou difícil lidar com X? (O

	<p>que aconteceu? Como você fez? Alguém te ajudou?) Você se lembra de alguma experiência semelhante a essa quando você era criança?</p>
<p>A experiência da parentalidade e a família de origem.</p> <p>Objetivo específico 4: Identificar os momentos nos quais o sujeito assume posicionamentos que diferem daqueles que lhes foram transmitidos, criando novas estratégias de práticas parentais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Existem crenças na sua família sobre a forma de conduzir a criação de uma criança? Você recebeu orientação de alguém sobre isso? - No modo de ser de XX, você age parecido com alguém da sua família? - Existe alguma semelhança entre o modo como foi criado e a forma como conduz a criação do seu filho? Quais as principais semelhanças? E diferença? - Você se percebe repetindo atitudes, comportamentos que sua mãe ou o seu pai tinham com você, na sua infância? - Você se acha parecido com alguém (pai, mãe, avó) na forma como conduz a educação do seu filho? <p>Se sim: Em quais aspectos? Você percebe essa semelhança?</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tem algum comportamento dos seus pais na sua criação que você decidiu não repetir? Fazer diferente? Se sim: Quais

	são esses comportamentos? e porquê decidiu fazer diferente?
--	---

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “Significações da parentalidade para pais que frequentam o Projeto Brincando em Família”, desenvolvida por Carolina Silva Pereira Rebouças, discente do Mestrado em Psicologia da Universidade Federal da Bahia – UFBA, sob orientação da Prof. Dra. Vania Nora Bustamante Dejo e co-orientação da Prof. Dra. Elsa de Mattos.

OBJETIVOS

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa com objetivo é identificar, compreender e analisar como são construídos os significados de parentalidade por pais que frequentam o Projeto Brincando em Família. Caso concorde em participar do estudo, você será solicitado a contar a sua história de vida.

PROCEDIMENTOS

Você participará de uma entrevista na qual falará livremente sobre como é para você ser pai ou mãe. Caso seja necessário, poderão ser realizadas mais de uma entrevista. O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente duas horas. Após o seu consentimento, estas entrevistas serão gravadas e transcritas, possibilitando manter maior fidedignidade às informações coletadas. As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e sua orientadora. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 466/12.

JUSTIFICATIVA

Este estudo é importante porque explora a temática parentalidade e pode contribuir para a melhora do cuidado oferecido aos adultos que são pais ou mães de crianças. Além disso, poucos estudos na literatura abordam esta temática, principalmente, do ponto de vista dos significados relacionados a experiência parental.

PARTICIPAÇÃO E INTERRUPÇÃO

Sua participação neste estudo é voluntária. Sendo assim, você pode se recusar a participar. Caso venha a aceitar este convite, você poderá mudar de idéia a qualquer instante e interromper sua participação no estudo, sem o menor problema.

BENEFÍCIOS E RISCOS

Toda pesquisa envolvendo seres humanos apresenta riscos potenciais. Assim, a sua participação na pesquisa vai levar você a falar sobre situações que podem ter sido difíceis e isto pode gerar ansiedade. Por outro lado, o estudo pode ser bom, pois falar sobre eventos difíceis pode propiciar uma resignificação destes, repercutindo positivamente em sua vida.

DIVULGAÇÃO E CONFIDENCIALIDADE

As informações coletadas serão analisadas e irão compor a dissertação de mestrado em psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) realizada pela mestrande Carolina Silva Pereira Rebouças. Os resultados da pesquisa poderão ser divulgados através da publicação de artigos científicos, apresentações orais e também em congressos e seminários da área. A sua identidade será sempre mantida sob absoluto sigilo.

Caberá à pesquisadora manter em arquivo, sob sua guarda, por tempo indeterminado, os dados da pesquisa, contendo fichas individuais e todos os demais documentos recomendados pelo CEP. Será entregue uma cópia do TCLE a você após a leitura e esclarecimento feito pela pesquisadora. Desse modo, sempre que quiser, você poderá reler este termo de consentimento.

DESCRIÇÃO DO CEP (COMITÊ DE ÉTICA EM PSICOLOGIA)

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia - CEPIPS. O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa para recurso ou reclamações do sujeito pesquisado:

Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia (CEP/IPS) da UFBA:

Rua Aristides Novis, Campus São Lázaro, 197, Federação, CEP 40.170-055, Salvador, Bahia, telefone (71) 3283-6457. E-mail: cepips@ufba.br.

Endereço e contato da Comissão:

Se desejar, consulte ainda a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep):

Telefone: (61) 3315-5878 / (61) 3315-5879.

E-mail: conep@saude.gov.br

Local e data: _____

Nome do participante: _____

Assinatura do participante: _____

RG/CPF: _____

Pesquisadora: _____